Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 11

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 14

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 15

3.7 - Nível de Endividamento 16

3.8 - Obrigações 17

3.9 - Outras Informações Relevantes 18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 19

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 35

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 38

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 41

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 42

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 43

4.7 - Outras Contingências Relevantes 44

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 47

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 48

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 51

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 56

5.4 - Programa de Integridade 58

5.5 - Alterações significativas 60

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 61

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 62

6.3 - Breve Histórico 63

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 65

6.6 - Outras Informações Relevantes 66

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 67

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 72

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 73

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 74

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 79

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 80

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 83

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 84

7.8 - Políticas Socioambientais 85

7.9 - Outras Informações Relevantes 86

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 87

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 88

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 89

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 90

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 91

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 92

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 93

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 104

9.2 - Outras Informações Relevantes 107

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 108

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 129

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 131

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 132

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 134

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 136

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 138

10.8 - Plano de Negócios 139

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 141

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 142

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 143

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 144

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 157

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 161

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 163

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 164

12.7/8 - Composição Dos Comitês 176

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 184

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 185

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 186

12.12 - Outras informações relevantes 187

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 188

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 192

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 195

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 197

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 205

13.6 - Opções em Aberto 209

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 211

13.8 - Precificação Das Ações/opções 214

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 218

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 219

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 220

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 222

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 223

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 224

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 225

13.16 - Outras Informações Relevantes 226

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 229

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 232

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 233

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 235

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 236

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 237

15.3 - Distribuição de Capital 241

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 242

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 243

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 244

15.7 - Principais Operações Societárias 245

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 246

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 247

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 249

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 251

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 252

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 253

17.2 - Aumentos do Capital Social 254

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 255

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 256

17.5 - Outras Informações Relevantes 257

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 258

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 259

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 262

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 263

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 264

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 270

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 271

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 272

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 273

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 274

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 276

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 277

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 278

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 279

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 280

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 282

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 283

20.2 - Outras Informações Relevantes 284

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 285

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 286

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 288

21.4 - Outras Informações Relevantes 289

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luiz Mauricio de Garcia Paula**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Rodrigo Osmo**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. Declaração do Diretor Presidente

Nome do Responsável pelo conteúdo do formulário: **Rodrigo Osmo**

Cargo do Responsável: **Diretor Presidente**

O Diretor acima qualificado, declara que:

a) Reviu o Formulário de Referência;

b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM n°480, em especial aos artigos 14 e 19; e

c) O Conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

_____

Rodrigo Osmo

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2. Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do Responsável pelo conteúdo do formulário: **Luiz Mauricio de Garcia Paula**

Cargo do Responsável: **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

O Diretor acima qualificado, declara que:

a) Reviu o Formulário de Referência;

b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM n°480, em especial aos artigos 14 e 19; e

c) O Conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

_____

Luiz Mauricio de Garcia Paula

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	01/04/2013
Descrição do serviço contratado	Serviços Profissionais de Auditoria, abrangendo: (a) Auditoria (de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria) das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014, 2015 e exercício social a ser encerrado em 2016; (b) Revisão, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente), das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para os trimestres e períodos findos e a findar em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, 2014, 2015 e 2016 elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB; e (d) a emissão de relatórios de procedimentos pré-acordados em conexão à oferta pública de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da KPMG Auditores Independentes pelos serviços de "assurance" e correlatos relacionados à auditoria, no último exercício social findo em 31/12/2016, foi de R$641.398,00 integralmente pagos pela controladora Gafisa S.A.
Justificativa da substituição	Substuição obrigatória em virtude do rodízio.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor independente por questões de discordância ou conflito de opiniões

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Giuseppe Masi	01/04/2013	074.811.038-01	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11º andar, Chácara Sto Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39403000, Fax (11) 39403001, e-mail: gmasi@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	01/04/2018
Descrição do serviço contratado	Serviços Profissionais de Auditoria, abrangendo: (a) Auditoria (de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria) das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB para os exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021; (b) Revisão, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente), das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para os trimestres e períodos findos e a findar em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019, 2020 e 2021 elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB; e (d) a emissão de relatórios de procedimentos pré-acordados em conexão à oferta pública de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços de "assurance" (auditoria) e correlatos relacionados à auditoria, no último exercício social findo em 31/12/2021, foi de R$ 607.942,00
Justificativa da substituição	Não aplicável em virtude de não ter havido substituição
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor independente por questões de discordância ou conflito de opiniões

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Alexandre Cassini Decourt	01/07/2020	257.953.648-51	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240, Golden Tower, Chácara S. Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51861000, e-mail: acassini@deloitte.com
Roberto Torres dos Santos	01/04/2018	283.211.408-31	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240, Golden Tower, Chácara S. Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51861000, e-mail: robesantos@deloitte.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 – Outras informações relevantes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor externo. Estes princípios são os internacionalmente aceitos que: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

No último exercício social, a Companhia não contratou colaboradores ou ex-colaboradores de empresa que tenham prestado serviços de auditoria à Companhia e os Auditores Independentes que emitiram o parecer sobre as demonstrações financeiras da Companhia foram contratados exclusivamente para os trabalhos de auditoria externa.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	1.212.628.000,00	1.535.209.095,33	1.351.709.391,36
Ativo Total	4.441.497.000,00	4.236.719.148,22	3.478.485.914,30
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.539.954.000,00	2.284.552.850,66	1.950.098.286,45
Resultado Bruto	451.290.000,00	710.357.623,07	648.075.181,56
Resultado Líquido	-191.477.000,00	200.318.717,95	263.543.678,24
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	104.344.246	104.344.246	104.344.246
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	11,620000	14,712900	12,954300
Resultado Básico por Ação	-1,989200	2,054900	2,727800
Resultado Diluído por Ação	-1,85	1,90	2,51

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Medições Não Contábeis

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Demonstrações Financeiras Consolidadas (R$000)	**2021**	**2020**	**2019**
Lucro Líquido	-196.589	199.720	264.413
(+) Imposto de renda e Contribuição Social	46.048	41.857	35.120
(+) Depreciação e Amortização	32.988	30.059	31.650
(+) Resultado Financeiro	60.111	23.071	-8.802
EBITDA	-57.442	294.707	322.381
(+) Encargos financeiros capitalizados (apropriados no resultado)	36.410	24.202	33.605
(+) Despesas com plano de opções	16.308	18.738	8.656
EBITDA ajustado	-4.724	337.647	364.642
Receita Líquida	2.539.954	2.282.369	1.950.098
Margem EBITDA ajustada	-0,19%	14,79%	18,70%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Demonstrações Financeiras Consolidadas (R$000)	**2021**	**2020**	**2019**
(+) Empréstimos e financiamentos	402.802	334.541	60.016
(+) Debêntures	993.955	822.576	810.420
(1) Endividamento curto e longo prazo	1.396.757	1.157.117	870.436
(+) Caixa e equivalentes de caixa	-87.074	-69.735	-48.353
(+) Títulos e valores mobiliários	-977.870	-1.235.719	-1.022.099
(2) Disponibilidades	-1.064.944	-1.305.454	-1.070.452
Endividamento líquido (1-2)	331.813	-148.337	-200.016
Patrimônio líquido	1.212.628	1.518.121	1.351.709
Índice Endividamento líquido	27,36%	-9,77%	-14,80%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Demonstrações Financeiras Consolidadas (R$000)	**2021**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	2.539.954	2.282.369	1.950.098
(-) Custos operacionais	-2.088.664	-1.572.011	-1.302.023
Lucro bruto operacional	451.290	710.358	648.075
Margem Bruta	17,8%	31,1%	33,2%
(+) Encargos financeiros capitalizados	36.410	24.202	33.605
Lucro bruto Ajustado	487.700	734.560	681.680

3.2 - Medições Não Contábeis

Margem Bruta Ajustada	19,2%	32,2%	35,0%

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por itens contábeis não recorrentes ou sem reflexo direto no caixa da Companhia, de forma a melhor refletir tal indicador, tais como: encargos financeiros capitalizados, operações de fusões e aquisições e despesas com plano de opções (não-caixa). A Margem EBITDA Ajustada é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado apresenta uma medida mais precisa de seu desempenho operacional e geração de caixa, uma vez que exclui efeitos não recorrentes e não caixa. Desse modo, a Companhia efetua os seguintes ajustes ao cálculo do EBITDA: (i) encargos financeiros capitalizados referentes aos custos de empréstimos alocados ao custo, e portanto, referentes aos custos financeiros de empréstimos incorridos, os quais foram capitalizados conforme CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos; (ii) despesas com plano de opções de compra de ações, as quais não representam desembolso de caixa pela Companhia no período e a (iii) resultados advindos de transação de aquisição e venda não recorrente.

Portanto, a Companhia entende que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia, (iv) à suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus projetos imobiliários.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

3.2 - Medições Não Contábeis

Caixa (endividamento) líquido

A divulgação de informações sobre o caixa (endividamento) líquido visa apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. O caixa (endividamento) líquido é igual ao caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de curto e de longo prazo, deduzidos os empréstimos, financiamentos e debêntures. O caixa (endividamento) líquido não é uma medida de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos o caixa (endividamento) líquido como forma de avaliar nossa posição financeira. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais. Adicionalmente, utilizamos o caixa (endividamento) líquido em obrigações (*covenants*) relacionadas com alguns de nossos contratos de financiamento.

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

O Lucro Bruto Ajustado é uma medida não-contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro bruto adicionado pelos encargos financeiros capitalizados. A Margem Bruta Ajustada é calculada por meio da divisão do Lucro Bruto Ajustado pela receita líquida da Companhia.

A Companhia entende que este ajuste funciona como uma ferramenta importante para comparação dos lucros e margens operacionais com demais concorrentes de mercado, não considerando eventuais distorções relativas aos encargos financeiros capitalizados.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Eventos Subsequentes às DFs

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve eventos subsequentes reportados nas Demonstrações Financeiras relativas ao mesmo exercício, aprovadas em 10 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Política de Destinação de Resultados

	2021	2020	2019
a) Regras sobre a retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, e (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2022, foi definido que, em razão do resultado negativo apurado, o prejuízo deverá seja absorvido pelas reservas de lucros existentes, nos termos do artigo 189, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações.	O Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, e (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi destinada para Reserva de Investimento 71,25% do lucro líquido do exercício (líquido da absorção dos prejuízos acumulados, da constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios)	O Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades de suas controladas, e (ii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de julho de 2020, foi destinada para Reserva de Investimento 71,25% do lucro líquido do exercício (líquido da absorção dos prejuízos acumulados, da constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios)
a.i) Valores das retenções de lucros	Não aplicável, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	R$ 142.727.086,54	R$ 187.774.870,75
a.ii) Percentuais em relação aos totais declarados.	Não aplicável, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	71,25%	71,25%
b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia distribuiu dividendos no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As distribuições dos dividendos intercalares foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2021.	A Companhia distribuiu dividendos no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As distribuições dos dividendos intercalares foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração nos dias 24 de setembro de 2020 e	A Companhia distribuiu dividendos intercalares no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As distribuições foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração nos dias 7 de junho de 2019, 19 de agosto de 2019 e 18 de novembro de 2019.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

		05 de novembro de 2020, e a distribuição dos dividendos suplementares foram aprovados na AGO celebrada em 10 de julho de 2020.	
	A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

N/A

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

N/A

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	0,00	190.302.782,05	250.366.494,33
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	12,540000	18,520000
Dividendo distribuído total	0,00	47.575.695,51	62.591.623,58
Lucro líquido retido	0,00	142.727.086,54	187.774.870,75
Data da aprovação da retenção	28/04/2022	30/04/2021	10/07/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00					
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			13.743.650,00	16/10/2020	18.094.002,72	30/12/2020
Ordinária			16.743.493,61	20/11/2020		
Ordinária			17.088.551,90	31/12/2021		
Ordinária					11.816.337,50	25/06/2019
Ordinária					17.327.742,76	03/09/2019
Ordinária					15.353.540,60	04/12/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, uma vez que não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos três últimos exercícios sociais

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	3.228.869.000,00	Índice de Endividamento	2,66270365	
	0,00	Outros índices	27,36000000	Índice de endividamento líquido de 27,36% (vinte e sete e Trinta e seis centésimos). Para mais informações ver item 3.2.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		110.020.774,48	84.355.094,00	0,00	0,00	194.375.868,48
Financiamento	Garantia Flutuante		87.937.630,42	120.488.635,60	0,00	0,00	208.426.266,02
Empréstimo	Quirografárias		17.004.120,30	0,00	133.333.333,33	66.666.666,66	217.004.120,29
Títulos de dívida	Quirografárias		117.154.140,96	508.358.333,33	141.666.666,67	0,00	767.179.140,96
Total			332.116.666,16	713.202.062,93	275.000.000,00	66.666.666,66	1.386.985.395,75
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Outras informações relevantes

As informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Descrição dos Fatores de Risco

a) Com relação à Companhia

O atual modelo de negócios da Companhia foca exclusivamente em empreendimentos imobiliários enquadrados nas faixas 1,5 e 2 do programa Casa Verde e Amarela. A não implementação, cancelamento, suspensão ou escassez de recursos decorrentes desse programa poderá afetar a condução dos negócios da Companhia e seus resultados.

Em 2009, o Governo Federal anunciou a criação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e desde 2021, o Programa chama-se Casa Verde e Amarela (PCVA). O programa, que visa reduzir o déficit habitacional, compreende investimentos alocados para promover financiamento e subsídio para a construção e entrega de moradias para famílias com renda mensal entre 1 e 10 salários mínimos.

Desde 2013, a Companhia desenvolve empreendimentos imobiliários voltados para as faixas 1,5 e 2 do PCVA, em que famílias com renda mensal entre 1 e 4 salários-mínimos compram novas moradias com acesso a subsídios na entrada e nos juros para o financiamento das unidades.

A Companhia depende significativamente da disponibilidade de recursos para financiamento dentro das condições do PCVA. A não implementação desse Programa, sua suspensão, cancelamento ou qualquer atraso em seu cronograma poderá afetar de forma significativa o crescimento da Companhia e seu desempenho financeiro.

Portanto, a escassez de financiamento pelo programa, o aumento nas taxas de juros, a redução de prazo do financiamento, a redução do valor financiado por unidade, a redução nos subsídios oferecidos e/ou a alteração de outras condições de financiamento podem vir a afetar negativamente o desempenho do segmento e impactar negativamente os resultados da Companhia.

Tanto o financiamento de empreendimentos quanto o dos clientes utilizam, em sua maioria, os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS é gerido e administrado por um Conselho Curador, sendo este um colegiado tripartite composto por entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do Governo Federal. Por ser administrado em parte pelo Governo Federal, pode sofrer mudanças em seus parâmetros capazes de impactar adversamente o setor imobiliário e, consequentemente, a Companhia, podendo, inclusive, o Governo Federal mudar sua designação para atender outras demandas da economia, reduzindo os recursos disponíveis para o setor imobiliário, em especial o de atuação da Companhia.

A impossibilidade de a Companhia levantar capital suficiente para o financiamento de seus empreendimentos poderá ocasionar atraso no lançamento de novos projetos e afetar seus negócios.

O contínuo desenvolvimento das atividades da Companhia demandará montantes significativos de capital para financiar seus investimentos e despesas operacionais, incluindo capital de giro. A Companhia poderá não obter tais montantes de capital ou obtê-los em condições insatisfatórias, fazendo com que não se gere fluxo de caixa suficiente a partir de suas operações para atender às suas exigências de caixa.

Ainda, suas necessidades de capital poderão diferir de forma substancial das estimativas de sua administração, caso, por exemplo, as vendas e os repasses da Companhia não atinjam os níveis planejados ou se tiver que incorrer em gastos imprevistos ou realizar investimentos para manter a competitividade da Companhia no mercado.

Caso isso ocorra, a Companhia poderá necessitar de capital ou financiamentos adicionais antes do previsto ou ser obrigada a adiar alguns de seus novos planos de incorporação ou, ainda, abrir mão de oportunidades de mercado. A impossibilidade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os negócios da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A estratégia de crescimento da Companhia está ancorada em aumento da participação de mercado nas regiões metropolitanas em que a Companhia atua e na expansão para novas regiões metropolitanas. Além disso, as etapas precedentes ao lançamento dos empreendimentos estão sujeitas à dinâmica de cada região. Caso não seja possível implementar a estratégia de crescimento da Companhia dentro do atual modelo de negócios conforme planejado, o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Dentro do atual modelo de negócios, a Companhia acredita haver concorrência crescente na aquisição de locais adequados para a incorporação imobiliária, e por isso talvez não encontre locais adicionais adequados para a incorporação de novos empreendimentos ou outras oportunidades de expansão satisfatórias.

Há a possibilidade de que a Companhia encontre dificuldades operacionais em novas regiões e, ainda, de as margens de rentabilidade nessas novas localidades serem menores do que o esperado, inviabilizando ou tornando não vantajoso para Companhia a continuidade da expansão.

Além disso, as etapas precedentes ao lançamento dos empreendimentos estão sujeitas à dinâmica de cada região. Alterações inesperadas no formato e no tempo de atendimento de atividades de legalização e registro dos empreendimentos podem impactar o planejamento de lançamentos da Companhia.

O atual modelo de negócios da Companhia exige escala mínima de operação em cada mercado geográfico de atuação para gerar retorno atrativo aos acionistas.

A Companhia executa suas obras com o uso da tecnologia de formas de alumínio, o que exige formação específica dos empregados da obra. Assim, a necessidade de especialização dos empregados eleva o custo de mobilização e desmobilização de pessoal, o que exige continuidade produtiva para garantir um retorno atrativo aos acionistas. Assim, para que haja competitividade de custos em relação às tecnologias conhecidas de mercado, a Companhia precisa operar em uma escala mínima de produção. Caso esta escala mínima não seja atingida, os resultados da Companhia e sua capacidade de crescimento e de geração de retornos atrativos aos acionistas podem ser adversamente afetados.

A Companhia anunciou, em dezembro de 2019, a intenção de desenvolver um novo modelo de negócios complementar ao atual, com a utilização de fábricas no processo produtivo de unidades habitacionais. Investimentos no desenvolvimento do novo modelo de negócios poderão resultar em consumo de caixa, poderão impactar negativamente o resultado da Companhia nos próximos anos e não necessariamente se mostrarão economicamente viáveis

A Companhia pretende executar obras com uma ou mais novas tecnologias que permitam a produção integral ou de componentes de unidades habitacionais em ambiente de fábrica. Essas tecnologias são utilizadas por diversas empresas no mundo, mas ainda são utilizadas de forma incipiente no Brasil. Assim, a Companhia precisará investir recursos para formar equipes e testar tecnologias e produtos, sem ter garantia de que os resultados serão economicamente viáveis nem de que será possível desenvolver um novo modelo de negócios a partir desses investimentos.

Uma vez que a Companhia reconhece a receita de vendas proveniente de seus imóveis segundo o método contábil da evolução financeira da obra, o ajuste do custo de um projeto de incorporação poderá reduzir ou eliminar a receita e o lucro anteriormente apurados.

A Companhia reconhece a receita de venda de unidades com base no método contábil da evolução financeira da obra, que exige o reconhecimento de seus resultados à medida em que são incorridos os custos de construção. As estimativas de custo totais são regularmente revisadas, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. Na medida em que esses ajustes resultem em redução ou eliminação do lucro anteriormente informado, a Companhia reconhecerá débito contra o lucro, o que poderá prejudicar sua receita e lucros anteriormente estimados.

Problemas relacionados ao cumprimento do prazo de construção dos empreendimentos e à percepção da qualidade dos produtos entregues pela Companhia poderão prejudicar a reputação da Companhia ou sujeitá-la a eventual imposição

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de indenização e responsabilidade civil e diminuir sua rentabilidade.

A qualidade e o compromisso com o prazo de entrega dos empreendimentos imobiliários são fatores importantes para a reputação da Companhia e, consequentemente, para as suas vendas e crescimento.

Podem ocorrer atrasos na execução de empreendimentos da Companhia ou defeitos em materiais e/ou falhas de mão-de-obra. Quaisquer defeitos podem atrasar a conclusão dos empreendimentos imobiliários da Companhia ou, caso sejam constatados depois da conclusão, sujeitar a Companhia a ações judiciais cíveis propostas por compradores ou inquilinos.

Podem ocorrer atrasos ou mesmo a impossibilidade de obtenção de licenças, alvarás ou aprovações das autoridades competentes para os projetos de construção. Os projetos também podem sofrer atrasos devido a condições meteorológicas adversas, como desastres naturais, incêndios, atrasos no fornecimento de matérias-primas e insumos ou mão-de-obra, acidentes, questões trabalhistas, imprevistos de engenharia, ambientais ou geológicos, controvérsias com empresas contratadas e subcontratadas, greves de colaboradores, subcontratados ou fornecedores, condições imprevisíveis nos canteiros de obras ou arredores, questionamento de proprietários de imóveis vizinhos, ou outros acontecimentos. Caso isso aconteça, a Companhia pode ser obrigada a corrigir o problema antes de dar continuidade às obras, o que pode atrasar a execução do empreendimento em questão. A ocorrência de um ou mais desses problemas nos empreendimentos imobiliários da Companhia pode prejudicar a sua reputação, as vendas futuras e o seu resultado financeiro.

A Companhia pode incorrer em custos, tanto na incorporação quanto na construção de um empreendimento, que ultrapassem suas estimativas e prazos originais em razão de aumentos da taxa de juros, custos de materiais, de mão-de-obra ou quaisquer outros custos ou despesas e que não sejam passíveis de repasse aos compradores.

Os atrasos nas obras, escassez de mão-de-obra qualificada, custos excedentes ou condições adversas podem aumentar os custos de incorporação dos empreendimentos da Companhia. Além disso, o descumprimento do prazo de construção e conclusão de um empreendimento pode gerar atrasos no recebimento do fluxo de caixa, o que pode aumentar as necessidades de capital da Companhia, como também gerar contingências com os compradores das unidades imobiliárias objeto das incorporações, em função das entregas com atraso, o que poderá impactar adversamente os resultados da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é, e poderá ser no futuro, ré em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, trabalhista, societária, regulatória, concorrencial, ambiental, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos lhe serão favoráveis, ou, ainda, que manterá provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia, que impeçam a realização dos seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver os Itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

As atividades da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental, o que pode vir a aumentar o custo da Companhia e limitar o desenvolvimento de seus negócios ou, de outra forma, afetar adversamente as suas atividades.

As operações da Companhia estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. As normas ambientais podem acarretar atrasos nos projetos desenvolvidos ou, ainda, fazer com que a Companhia incorra em custos significativos para seu cumprimento. Além disso, a legislação ambiental pode proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis. As leis que regem o setor imobiliário brasileiro, assim como as leis ambientais, tendem a se tornar mais restritivas e qualquer aumento de restrições pode afetar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

adversamente a Companhia.

Adicionalmente, existe ainda a possibilidade das leis de zoneamento e proteção ambiental serem alteradas após a aquisição de um terreno, bem como antes e durante o desenvolvimento do projeto a ele atrelado, o que pode incorrer em atrasos e modificações no objetivo comercial inicialmente projetado, resultando em um efeito adverso para os negócios da Companhia e resultados estimados.

A Companhia é obrigada a obter licenças e autorizações de diversas autoridades governamentais para desenvolver a sua atividade de incorporação imobiliária, podendo novas leis ou regulamentos serem aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia, conforme se tornem mais rígidas.

A perda de membros da administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados pela sua administração e nenhum dos administradores da Companhia está vinculado à Companhia por contrato de trabalho de longo prazo ou via obrigação de não concorrência. Ainda, a Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. Assim, a perda de qualquer dos membros da administração da Companhia ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode voltar a fazer parte do "Cadastro de Empregadores", o que pode afetar adversamente a imagem e consequentemente os negócios e a situação financeira da Companhia.

O "Cadastro de Empregadores" de trabalhadores em condições análogas ao escravo tem seu funcionamento regulado pela Portaria Interministerial nº 4 publicada em 13 de maio de 2016 ("Portaria nº 4/16"). Entretanto, a Portaria Interministerial não prevê o procedimento para caracterização de "condições análogas a de escravo" e não informa as regras de inclusão e exclusão no Cadastro.

Em 27 de maio de 2016, a liminar antes obtida pela Companhia foi cassada em virtude do Ministro ter considerado a perda do objeto da liminar em razão da publicação da Portaria nº 4/16. A Companhia recorreu desta decisão e a liminar foi restaurada em 30 de junho de 2016.

Diante da falta de clareza e objetividade da Portaria que rege o funcionamento do "Cadastro de Empregadores", a amplitude da operação da empresa no território brasileiro, e devido ao critério subjetivo por parte do agente fiscalizador, em qualificar a condição análoga ao trabalho escravo, existe o risco de inclusão neste Cadastro e consequente suspensão de novos financiamentos aos novos empreendimentos, durante o período em que a Companhia permanecer no Cadastro.

Nossa operação possui controle sistemático e diário quanto às condições de trabalho e controle no cumprimento dos direitos trabalhistas, respeitando sempre a legislação vigente.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.

A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, como danos patrimoniais, riscos de engenharia, incêndio, quedas, desmoronamentos, raios, explosão de gás e prováveis erros de construção. Todavia, a Companhia não pode garantir que a sua cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Ademais, a Companhia pode ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas apólices de seguro da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os negócios ou a condição financeira da Companhia.

A Companhia pode vender partes do seu portfólio de terrenos localizadas em regiões não estratégicas, em linha com suas estratégias futuras. Como resultado, a Companhia prepara uma análise anual refletindo a imparidade do seu portfólio de terrenos.

Como parte da estratégia da Companhia de focar operações futuras em regiões já testadas, e onde a Companhia acredita que haja um potencial de construção civil com base em oportunidades de mercado, a Companhia pode vender parte do portfólio de terrenos localizados fora destas regiões. De acordo com o momento e precificação da venda, a Companhia pode não obter o mesmo valor pago nos terrenos ou perder com eventual valorização da região.

A depender da avaliação dos terrenos disponíveis para a venda e a depender de seu valor de mercado na região em que se localiza, a Companhia pode ser obrigada a alterar sua provisão para imparidade de terrenos e propriedades para venda, o que pode acabar impactando os resultados da Companhia.

A Companhia utiliza sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos e operar os negócios. Problemas nos sistemas de tecnologia da informação podem afetar adversamente as operações da Companhia.

Os sistemas de informação podem sofrer interrupções ou ter seus dados comprometidos devido a fatores que extrapolam o controle interno da Companhia, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, *malwares* e outros "vírus", dentre outros fatores.

Desta forma, os sistemas de informação estão expostos a violações por parte de terceiros com a intenção de utilizar-se de maneira fraudulenta dos dados da Companhia e nem sempre o monitoramento destas violações ocorre em tempo hábil para contramedida.

Caso os sistemas de informação sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações, a Companhia poderá ficar exposta a demandas judiciais decorrentes de fraudes ou falsidades ideológicas pelo uso não autorizado de dados divulgados, incluindo, mas não se limitando, àquelas previstas na Lei nº 13.709/18 e ao impacto em reputação e imagem.

Além disso, na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, podemos inviabilizar as reservas e deixar de processar transações, prejudicando receitas, contabilização financeira, bem como a capacidade de administrar o nosso negócio, de maneira adversa relevante, afetando negativamente nossos resultados operacionais.

A Companhia está sujeita ao risco de reavaliação do risco de crédito por parte das agências de *rating*

A S&P Global Ratings atribui a nota de classificação de risco brAAA com perspectiva estável. A nota pode ser impactada pela alteração do rating soberano do Brasil ou piora no desempenho operacional ou queda na nossa geração de caixa.

Mudanças na nota de classificação de risco podem alterar o acesso a crédito e os custos de captação de recursos, tornando o acesso à dívida no mercado de capitais de dívida mais ou menos seletivo.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

A Companhia é suscetível a alianças de acionistas, aquisições hostis, litígios entre acionistas e outras dificuldades relacionadas à tomada de decisões.

A ausência de um acionista controlador ou de grupo titular de mais de 50% do capital votante pode dificultar os processos de tomada de decisão, já que o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações pode não ser alcançado. Como não há um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante, a Companhia e seus acionistas não podem usufruir da mesma proteção dada pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos por parte de acionistas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

controladores e, consequentemente, podem ter dificuldade na reparação por eventuais danos.

O capital da Companhia é pulverizado e, caso um grupo de controle se forme, a Companhia poderá sofrer alterações súbitas e inesperadas nas suas políticas e estratégias corporativas, inclusive através da substituição de seus conselheiros ou diretores. Além disso, a Companhia fica mais vulnerável a tentativas de aquisição hostil e a perturbações associadas com essas tentativas. A Companhia também pode se tornar alvo de investimentos por parte de investidores que tentem contornar as disposições do seu estatuto social que exige que um acionista que adquira mais de 30% de ações da Companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações. A Companhia não pode garantir que os investidores serão capazes de contornar determinadas disposições que visam a obstar uma aquisição hostil em seu estatuto social. Além disso, os acionistas podem votar para excluir ou alterar essas disposições do estatuto social da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na equipe de gestão, na política empresarial, na orientação estratégica ou em qualquer disputa entre acionistas relativa aos seus respectivos direitos pode afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações emitidas pela Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários, tais como as ações ordinárias de emissão da Companhia, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos políticos e econômicos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociações não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Os acionistas poderão não receber quaisquer dividendos.

O estatuto social obriga a Companhia a pagar aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do seu lucro líquido ajustado, na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos depende, principalmente, da determinação do lucro líquido, mas também está sujeita à aprovação do Conselho de Administração da Companhia e da Assembleia de acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações. Não obstante a obrigação de distribuição do dividendo mínimo, o conselho de administração da Companhia pode optar por não pagar dividendos aos acionistas da Companhia em qualquer exercício fiscal se julgar tais distribuições desaconselháveis em vista da situação financeira da Companhia. Como resultado, o investimento em ações da Companhia não garante que os titulares de ações receberão dividendos.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos atuais detentores das ações ordinárias de sua emissão

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária dos seus atuais acionistas no capital

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia

Os resultados da Companhia dependem dos resultados de suas sociedades de propósito específico (SPEs), os quais podem não estar disponíveis. A participação da Companhia em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros.

A Companhia opera por meio de sociedades de propósito específico. Sua capacidade de cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos à sua acionista depende do fluxo de caixa e dos lucros de tais sociedades, bem como da distribuição desses lucros, sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sob capital próprio ou ainda de eventos de redução de capital.

Algumas das suas sociedades de propósito específico foram constituídas pela Companhia, juntamente com outras incorporadoras e construtoras. A Companhia mantém o controle das contas-movimento das SPEs, sendo que tais sociedades não podem pagar dividendos, exceto se todas as suas obrigações tiverem sido integralmente pagas ou os sócios tiverem decidido de outra forma.

Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos ao acionista da Companhia. A não-disponibilização destes recursos ou sua insuficiência pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, caso a regulamentação acerca da distribuição de lucro seja alterada, isto poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

A Companhia investe continuamente na implementação de novas tecnologias e métodos construtivos, o que pode trazer riscos associados ao tempo e custo de execução das obras, assistência técnica e manutenção.

O atual modelo de negócios da Companhia prevê a execução de obras através da tecnologia de forma de alumínio. O constante desenvolvimento de soluções inovadoras com o uso da tecnologia, como por exemplo a produção de torres cada vez mais elevadas, pode resultar em riscos associados ao tempo e custo de execução obras, assistência técnica e manutenção, podendo ensejar passivos futuros que podem vir a afetar adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, ainda existem poucos fornecedores, nacionais e internacionais, qualificados para o fornecimento de formas de alumínio. Problemas com estes fornecedores, incluindo atrasos ou falha no fornecimento do material, no médio e longo prazo podem impactar negativamente os negócios e operações da Companhia, por conta de atraso no desenvolvimento de novos projetos, redução no volume de lançamentos e até mesmo atraso para o início da construção de projetos já efetivamente aprovados e lançados.

O desenvolvimento de tecnologias alternativas para produção de unidades habitacionais em ambiente de fábrica, ou *offsite construction*, também pode acarretar futuramente em produtos que podem trazer riscos associados ao tempo e custo de execução das obras, assistência técnica e manutenção.

Aumentos no preço de matérias-primas podem elevar o custo de empreendimentos e reduzir os lucros da Companhia.

No atual modelo de negócios, as matérias-primas básicas utilizadas pela Companhia na construção de empreendimentos imobiliários incluem concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, dentre outros. Aumentos no preço dessas e de outras matérias-primas, incluindo aumentos decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de empreendimentos e afetar adversamente os negócios da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas e previdenciárias de terceirizados, por danos ambientais causados por seus fornecedores ou por consequências de eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços por empresas contratadas pela Companhia.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e as suas subsidiárias podem ser consideradas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de a Companhia vir a ser responsabilizada por todas estas demandas, suas atividades e resultados poderão sofrer um efeito adverso sobre o negócio, os resultados operacionais, a situação financeira e a imagem.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

Além de a Companhia construir diretamente, também terceiriza parte dos serviços de construção de que necessita para desenvolver seus empreendimentos. Desse modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais a Companhia participa dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, exemplificativamente, a qualidade e a tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados contratados. Nos casos em que a construção seja realizada por terceiros, podem ocorrer dificuldades na identificação de atrasos e falhas, e, consequentemente, na sua correção. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelas construtoras contratadas pela Companhia podem ter um efeito negativo em sua imagem e no seu relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

f) Com relação aos clientes da Companhia

O setor imobiliário depende da disponibilidade de crédito, em especial para empreendimentos no segmento popular. A escassez de crédito poderá resultar em um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia atua no segmento de habitação popular e seus clientes dependem de acesso a financiamento habitacional para adquirir as unidades. Tais financiamentos poderão não estar disponíveis para potenciais clientes, assim como, mesmo se disponíveis, os termos destes financiamentos poderão não ser atrativos.

Mudanças nas regras do Sistema de Financiamento Imobiliário ("SFI"), do Sistema Financeiro de Habitação ("SFH"), e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), a escassez de recursos do FGTS disponíveis no mercado para financiamento ou qualquer aumento na taxa de juros podem prejudicar a capacidade ou a vontade de potenciais clientes de financiar suas aquisições de imóveis, reduzindo, portanto, a demanda por unidades comercializadas pela Companhia.

A política de precificação e vendas da Companhia permite que parte do valor do imóvel seja recebido após a conclusão do financiamento imobiliário do cliente. Assim, a Companhia está sujeita a riscos normalmente associados à concessão de financiamentos. Caso ocorra um aumento na taxa de inadimplência das parcelas a serem pagas pelos clientes, os resultados da Companhia poderão ser afetados.

A Companhia tem em sua política de precificação o recebimento de valores a serem pagos a prazo diretamente pelos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

clientes. No momento do financiamento imobiliário do cliente há a alienação do imóvel para o banco financiador, não restando à Companhia nenhuma garantia real de valores futuros a receber diretamente dos clientes. O inadimplemento por parte dos clientes pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia provisiona uma perda derivada da inadimplência dos clientes com base no comportamento recente dos clientes com parcelas a pagar. Desta forma, mudanças no cenário macroeconômico ou no comportamento dos clientes podem impactar seus resultados.

Após a entrega das unidades adquiridas a prazo, a cobrança dos valores devidos ou a retomada da propriedade, pela via judicial, está sujeita a um longo processo, com todos os custos a ele associados. A Companhia não pode assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou, uma vez retomado o imóvel, assegurar que o venderá em condições satisfatórias ou até mesmo se o venderá, o que pode impactar adversamente os resultados da Companhia.

Ao concretizar o financiamento imobiliário do cliente ao longo da obra, o banco financiador exige coparticipação da Companhia caso o cliente não faça os pagamentos em dia para as parcelas vincendas no período de obras.

As condições de vendas da Companhia permitem ao cliente realizar o financiamento imobiliário com o banco financiador mesmo sem o imóvel concluído. Durante o período em que o imóvel permanece em construção, o cliente tem a responsabilidade de efetuar os pagamentos dos juros do financiamento realizado, porém o banco financiador exige coparticipação da Companhia, de forma que, durante o período de obras, caso o cliente falte com o pagamento de parcela de juros, a Companhia deve efetivar o pagamento pelo cliente, ficando a responsabilidade de cobrança a cargo da Companhia. Somente a partir da conclusão da obra, quando se inicia a fase de amortização da dívida do cliente, extingue-se a coparticipação da Companhia, sendo responsabilidade do banco financiador a cobrança da dívida. A coparticipação da Companhia durante o período de obras pode afetar negativamente os seus resultados na hipótese de inadimplência de seus clientes.

O resultado reportado pela Companhia está sujeito ao cancelamento de vendas.

Apesar de os processos de vendas e de repasse serem integrados, a Companhia apura as receitas com base nos contratos firmados diretamente com os clientes, antes da assinatura do contrato de financiamento junto às instituições financeiras. Assim, a Companhia está sujeita ao cancelamento das vendas no período que antecede a assinatura do contrato de financiamento (repasse).

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

A Companhia pode enfrentar dificuldades para localizar terrenos atraentes e aumentos no preço de terrenos poderão elevar seu custo de vendas e diminuir seu lucro.

O crescimento da Companhia depende, em grande parte, de sua capacidade de adquirir terrenos a custo razoável. À medida em que outras incorporadoras entrarem no setor brasileiro de incorporação de empreendimentos residenciais do segmento econômico ou aumentarem suas operações nesse setor, os preços dos terrenos poderão subir significativamente, podendo haver escassez de terrenos adequados em razão do incremento da demanda ou da diminuição da oferta. A consequente elevação dos preços de terrenos poderá aumentar o custo de vendas e diminuir os ganhos da Companhia. A Companhia poderá, assim, ter dificuldade em dar continuidade à aquisição de terrenos adequados por preços razoáveis no futuro, o que pode afetar adversamente os seus negócios.

A alteração das condições de mercado pode prejudicar a capacidade da Companhia de vender seus empreendimentos e unidades disponíveis pelos preços previstos, o que pode reduzir suas margens de lucro.

Na qualidade de incorporadora, a Companhia deve constantemente localizar e adquirir novos terrenos para respaldar suas operações de incorporação. Existe uma defasagem entre a data na qual a Companhia adquire um terreno para incorporação e a data de entrega do empreendimento aos clientes. Em consequência, a Companhia enfrenta o risco de declínio da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

demanda por unidades, do aumento dos custos de mão-de-obra, insumos e matérias-primas, do aumento das taxas de juros, de flutuação das moedas e da ocorrência de incertezas políticas durante esse período, bem como o risco de não vender imóveis incorporados, terrenos não incorporados ou locais adquiridos para incorporação residencial por preços ou margens de lucro previstos ou, ainda, dentro dos prazos previstos.

Em geral, despesas significativas relativas ao desenvolvimento imobiliário, como custos de manutenção, custos de construção e pagamentos de dívidas, não podem ser reduzidas caso haja diminuição das receitas da Companhia em decorrência das alterações das condições da economia. O valor de mercado de unidades disponíveis em estoque, de terrenos não incorporados e de locais para incorporação residencial pode flutuar significativamente devido às alterações das condições de mercado. Além disso, os custos de manutenção de unidades em estoque (inclusive juros sobre recursos utilizados para aquisição de terrenos ou incorporação residencial) podem ser significativos e prejudicar o desempenho da Companhia. Em razão desses fatores, a Companhia pode ser forçada a vender imóveis residenciais ou outros imóveis com prejuízo ou por preços que gerem margens de lucro mais baixas do que as por ela previstas.

Devido a esses fatores, a Companhia pode ser obrigada a reduzir substancialmente o valor contábil de seus ativos imobiliários. A ocorrência de tais eventos pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

A não obtenção, atrasos, ou o cancelamento de licenças ou alvarás, podem impactar os negócios da Companhia.

A implementação dos empreendimentos e projetos da Companhia está condicionada à obtenção de licenças, autorizações e alvarás exigidos pela legislação aplicável perante as autoridades governamentais competentes, tais como a regulamentação ambiental e urbanística. Além disso, as atividades da Companhia estão sujeitas à fiscalização de órgãos governamentais, como o Ministério Público e agências ambientais. A não obtenção, atrasos ou a revogação dessas licenças, autorizações e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, poderá levar à interrupção ou cancelamento definitivo da implementação e funcionamento dos empreendimentos da Companhia, o que poderá causar impacto negativo em sua imagem e reputação, além de efeitos adversos relevantes sobre as suas atividades e negócios.

Ainda, o descumprimento da regulamentação poderá sujeitar a Companhia e seus administradores a penalidades administrativas e criminais, bem como ao dever de reparar eventuais danos causados por sua conduta.

Alterações na legislação tributária podem aumentar a carga tributária e, consequentemente, prejudicar a rentabilidade da Companhia.

Atualmente, a Companhia se beneficia do Regime Especial de Tributação – RET, específico para o setor de incorporação imobiliária, que assim como os demais regimes de tributação dos outros setores da economia estão sujeitos a revisões periódicas do Governo Federal e eventualmente podem alterar a carga tributária da Companhia e de seus clientes, bem como modificar ou suspender benefícios e/ou incentivos. Essas alterações incluem modificações na alíquota e/ou base de cálculo dos tributos já existentes e, ocasionalmente, a criação de novos impostos. Os efeitos de uma eventual reforma fiscal, assim como quaisquer outras possíveis alterações no sistema tributário brasileiro, não podem ser quantificados. De qualquer forma, algumas dessas medidas podem ocasionar aumentos da carga tributária total da Companhia, bem como a modificação e a suspensão de benefícios, o que pode afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Se a Companhia ou suas controladas não observarem a regulamentação aplicável ou ficarem sujeitas a regulamentação mais rigorosa, o negócio da Companhia pode ser prejudicado.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, inclusive relativos à construção, zoneamento, uso do solo, proteção do meio ambiente, proteção do patrimônio histórico, do consumidor, da concorrência e de proteção aos direitos do trabalhador. Para que a Companhia e suas controladas possam desenvolver as suas atividades, devem obter, manter e renovar alvarás, licenças e autorizações de diversas autoridades governamentais. Caso a Companhia e suas controladas não observem essas leis e regulamentos, ficarão sujeitas à aplicação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e à revogação de autorizações ou outras restrições às suas atividades de incorporação de empreendimentos, o que pode acarretar um impacto prejudicial sobre a situação financeira da Companhia, sua imagem e reputação.

Além disso, as controladas da Companhia e suas contratadas e subcontratadas devem observar diversas regulamentações trabalhistas, tributárias, ambientais e regulatórias. Caso tais contratadas e subcontratadas não observem as referidas regulamentações, a Companhia e suas controladas podem ficar sujeitas a responsabilidade subsidiária. Além disso, a inobservância da regulamentação pelas contratadas e subcontratadas pode implicar na responsabilidade objetiva e solidária da Companhia caso sejam identificados danos ambientais.

A regulamentação relacionada ao setor imobiliário brasileiro, como a legislação ambiental, pode se tornar mais rígida no decorrer do tempo. Não é possível garantir ao investidor que novas normas, mais rígidas, não serão aprovadas ou, se aprovadas, não serão aplicáveis à Companhia e às suas controladas, ou que não ocorrerão interpretações mais rígidas das leis e regulamentos existentes. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que estas normas e regulamentos mais rígidos não causarão atrasos em seus projetos ou que a Companhia conseguirá obter e manter todas as licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento de suas obras. A ocorrência de qualquer dos referidos eventos poderá exigir que a Companhia e suas controladas utilizem fundos adicionais para cumprir as exigências decorrentes de interpretações ou de novas normas, tornando a incorporação dos empreendimentos da Companhia mais custosa, o que pode afetar adversamente os seus negócios.

A Companhia poderá ser afetada por atividades de terceirização de processos de negócios ou pela imposição de leis e normas regulamentares que proíbem ou restringem referidas atividades, tornando-se responsável por contingências, obrigações e violações de leis trabalhistas e ambientais dos fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

No Brasil, a terceirização de processos de negócios passou a ser regulamentada após a publicação da Lei 13.429/2017, a qual alterou a Lei 6.019/1974. A partir da publicação da referida Lei passou a ser expressa a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços referente às obrigações trabalhistas e previdenciárias no período em que houve a prestação de serviços. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada pelo processo do fornecedor terceirizado - o qual é o responsável primário pelo cumprimento das obrigações trabalhistas - fica assegurado à Companhia o direito de regresso contra este.

As principais atividades desenvolvidas por prestadores de serviço terceirizados contratados pela Companhia estão relacionadas à construção de empreendimentos imobiliários.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada caso seus fornecedores e terceiros contratados se envolvam, mesmo sem o conhecimento da Companhia, em práticas ilegais ou não operem em conformidade com a regulamentação aplicável, inclusive no que diz respeito às leis trabalhistas, tais como condições de trabalho inseguras ou insalubres e de trabalho escravo. Cumpre ressaltar que qualquer violação relevante das normas trabalhistas pelos fornecedores e terceiros contratados pode afetar de forma adversa nossa reputação e nossa capacidade de obter capital adicional. Potenciais contingências deste tipo são difíceis de prever e de quantificar. Neste sentido, caso sejamos condenados subsidiariamente ao pagamento de quaisquer verbas ou benefícios trabalhistas de responsabilidade dos prestadores de serviços da Companhia, ou se quaisquer de nossos fornecedores ou terceiros contratados se envolvam em práticas ilegais, os negócios, condição financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia poderão ser adversamente afetados. Da mesma forma, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para o desenvolvimento de seus projetos.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável, pois a Companhia não desenvolve atividades operacionais no exterior.

j) Com relação a questões socioambientais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita à extensa legislação ambiental e se a Companhia ou suas controladas não observarem a regulamentação aplicável ou ficarem sujeitas a regulamentação mais rigorosa, o negócio da Companhia pode ser prejudicado.

A Companhia está sujeita a uma variedade de leis e regulamentos municipais, estaduais e federais no que diz respeito à proteção do meio ambiente, bem como normas de cunho urbanístico e restrições de zoneamento, conforme descrito abaixo. A legislação ambiental aplicável poderá variar de acordo com a localização do empreendimento, as condições ambientais do local, bem como os usos anteriores, atuais e futuros dos imóveis. O cumprimento da legislação ambiental pode resultar em atrasos, em custos significativos, bem como na proibição ou restrição do desenvolvimento de projetos. Geralmente, as aquisições de imóveis são condicionadas à obtenção das autorizações e licenças ambientais necessárias antes da conclusão da transação.

Ainda, a Companhia está sujeita aos seguintes riscos relacionados aos aspectos ambientais:

Licenças e autorizações ambientais

O processo de licenciamento ambiental consiste, na maioria dos casos, em três fases: (i) a licença prévia, (ii) a licença de instalação e (iii) a licença de operação. No processo de licenciamento dos empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental – entendidos pela legislação ambiental como aqueles sujeitos a Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) – instalados a partir de julho de 2000, é necessário, a título de compensação ambiental, a destinação de recursos a serem fixados pelo órgão ambiental licenciador para a implantação e/ou manutenção de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. A ausência de licença ambiental para um projeto em que a legislação ambiental a exige, independentemente de a atividade estar ou não causando danos ao meio ambiente, é considerada infração ambiental, sujeitando o infrator a penalidades administrativas, que podem variar de multa até a suspensão de atividades ou interdição definitiva da construção do empreendimento, sem prejuízo da responsabilização na esfera criminal e da obrigação de reparar e/ou indenizar eventuais danos ambientais causados.

A implantação de empreendimentos imobiliários normalmente exige a execução de terraplanagens, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos, assim como a supressão de vegetação. Essas atividades dependem da prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Como condições para emissão de tais autorizações, os órgãos ambientais competentes poderão estabelecer exigências técnicas e medidas de compensação, tais como o plantio de árvores e, até mesmo, a aquisição de áreas de florestas com extensão no mínimo equivalente às áreas impactadas. A execução dessas atividades sem a autorização necessária caracteriza infração administrativa e crime ambiental, sujeitando o responsável a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da responsabilização pela recuperação do dano ambiental causado na esfera civil.

Descarte de resíduos

A legislação brasileira conta com diversas normas e procedimentos relativos à gestão de resíduos sólidos. Todo o resíduo deve ser devidamente armazenado, acondicionado, transportado, tratado e descartado a fim de evitar a ocorrência de danos ambientais e, consequentemente, responsabilização ambiental.

A "Política Nacional de Resíduos Sólidos" (Lei Federal nº. 12.305/2010) e a Resolução CONAMA nº 307/2002 – alterada pelas Resoluções nº. 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015 – regulam o manuseio dos resíduos sólidos gerados pelo setor da construção civil, estabelecendo que as empresas são obrigadas a apresentar e possuir um plano de gerenciamento desses resíduos aprovado pelo órgão ambiental competente e deverão cumprir as condições e obrigações estabelecidas no referido plano. O não cumprimento das referidas obrigações poderá resultar em responsabilidade civil (obrigação de reparar/indenizar em caso de dano ambiental), administrativa (por exemplo, multas, embargo das atividades, etc.) e, de acordo com circunstâncias específicas, responsabilidade criminal.

Com relação à responsabilidade civil, a legislação brasileira adota o conceito de responsabilidade objetiva, independente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de culpa, e solidária por danos ambientais. Portanto, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer dano ambiental que possa surgir como resultado de suas atividades, inclusive o resíduo gerado na construção de seus projetos. Da mesma forma, a contratação de terceiros para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom andamento dos negócios da Companhia, não a isenta da responsabilidade civil ambiental.

Áreas contaminadas

A Companhia e suas subsidiárias desenvolvem e constroem projetos em vários Estados brasileiros e cada Estado possui sua Secretaria e/ou Agência Ambiental. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo - SMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB representam os principais órgãos ambientais do Estado de São Paulo e vêm adotando procedimentos relativos à gestão de áreas contaminadas, inclusive com a criação de normas ambientais para preservar a qualidade do solo e das águas subterrâneas, bem como procedimentos a serem cumpridos caso a contaminação seja confirmada, após a devida investigação. As normas estabelecidas pela CETESB são utilizadas como referência pela maioria dos Estados brasileiros que não possuem uma regulamentação específica sobre a gestão de áreas contaminadas.

Além disso, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro e o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA também mantêm suas próprias normas de qualidade, associadas com aquelas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA").

Caso áreas contaminadas sejam identificadas no desenvolvimento dos projetos, a Companhia é obrigada a notificar as autoridades ambientais e, se necessário, a cadastrar essas áreas na matrícula do imóvel. Levando em consideração o rígido regime de responsabilidade, a Companhia pode vir a ser obrigada a prosseguir com medidas reparadoras consideradas necessárias pelos órgãos ambientais de modo a cumprir as normas técnicas estabelecidas em cada tipo de projeto, mesmo que não tenha causado a contaminação, o que poderá resultar em atrasos na conclusão do desenvolvimento do projeto e custos significativos. Além disso, em determinados casos, poderá ser necessária a aprovação prévia dos órgãos ambientais antes de serem providenciadas as medidas reparadoras. Todas as medidas emergenciais para prevenir os riscos ao meio ambiente e à saúde pública, se exigidas, deverão ser adotadas prontamente e às custas da Companhia.

O não cumprimento das diretrizes estabelecidas pelas autoridades ambientais para o gerenciamento de áreas contaminadas pode resultar em sanções criminais, bem como penalidades administrativas, sem prejuízo da reparação dos danos ambientais na esfera civil. Adicionalmente, caso as áreas contaminadas estejam situadas nas propriedades onde os projetos da Companhia serão desenvolvidos, isto deverá ser informado aos clientes, o que poderá ensejar em prejuízos aos negócios e à imagem da Companhia.

Responsabilidade ambiental

A Constituição Federal Brasileira prevê que "as atividades nocivas ao meio ambiente deverão sujeitar os infratores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, às sanções criminais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados". Portanto, a Constituição Federal Brasileira prevê a responsabilidade ambiental em três esferas, distintas e independentes, quais sejam: i. civil; ii. administrativa; e iii. criminal. Por exemplo, o pagamento de uma multa administrativa não oferece isenção da obrigação de reparar ou indenizar por danos que possam ser causados por conduta nociva ou por omissão, tampouco oferece isenção de possível responsabilização criminal motivadas pelo mesmo evento.

Nesse contexto, acidentes ambientais podem incidir na responsabilização administrativa e criminal da Companhia e de seus administradores, além da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

A responsabilidade civil ambiental no Brasil é considerada pela jurisprudência como "propter rem", ou seja, a responsabilidade é vinculada ao imóvel. Portanto, qualquer pessoa que adquira um terreno ambientalmente degradado sucederá na responsabilidade pela recuperação do meio ambiente e pela reparação de possíveis danos à terceiros. Embora essa responsabilidade possa ser contratualmente distribuída entre as partes, vinculada ao direito de regresso, a Companhia pode ser responsável pela indenização e/ou reparação dos danos ambientais identificados no imóvel, sendo que o conceito

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de comprador potencial de boa-fé não se aplica na responsabilidade civil ambiental brasileira.

Além disso, a Lei Federal nº. 6.938/81 estabelece rigorosa responsabilidade pela recuperação de danos ambientais ou, caso não seja possível, a compensação ou indenização pelos referidos danos, com responsabilidade solidária e objetiva estabelecida dentre todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a degradação ambiental, independente do grau de participação no dano. Cada uma das partes envolvidas poderá ser responsabilizada pelo valor total dos danos, sendo que a legislação ambiental brasileira determina que a personalidade jurídica pode ser desconsiderada sempre que a referida personalidade seja considerada um obstáculo na recuperação dos danos ambientais. Consequentemente, a pessoa jurídica controladora pode ser responsabilizada, apesar da condição jurídica de responsabilidade limitada.

Na esfera administrativa, doutrina e a jurisprudência ainda não pacificaram o entendimento a respeito da responsabilidade ambiental, isto é, se seria objetiva ou subjetiva. As sanções administrativas são impostas pelas autoridades ambientais competentes, de acordo com a legislação municipal e estadual aplicáveis ao caso, bem como com base no Decreto Federal 6.514/2008, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente". As referidas sanções poderão incluir, dentre outras penalidades: (1) multas ajustadas de acordo com a gravidade dos fatos, capacidade econômica e histórico do infrator, com a possibilidade de as referidas multas dobrarem ou triplicarem, no caso de violações recorrentes; (2) embargo, suspensão ou demolição de obras; e (3) perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais.

A responsabilidade criminal ambiental, por sua vez, é subjetiva e decorre diretamente da conduta ilegal do agente, com os crimes sendo, necessariamente, especificados na legislação. A legislação brasileira permite que a responsabilidade criminal seja atribuída às pessoas físicas e jurídicas. Quando a responsabilidade é atribuída à pessoa jurídica, as pessoas físicas que tomaram a decisão que resultou na conduta criminal (tais como, conselheiros, diretores, administradores, membros de entidades técnicas, gerentes, agentes ou representantes) também poderão ser penalizadas, até a extensão de sua culpa.

Caso a Companhia e suas controladas não mantenham a observância de todas as leis e regulamentos ambientais, estas ficarão sujeitas à aplicação de multas, embargo de obras, revogação de licenças e autorizações ou outras restrições às suas atividades de incorporação, construção, manutenção e venda de empreendimentos, o que pode acarretar em um impacto prejudicial sobre a situação financeira da Companhia, bem como para sua imagem e reputação.

Decisões desfavoráveis em inquéritos, autos de infração e ações judiciais de cunho ambiental podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e poderá ser no futuro, ré em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria ambiental. Ainda, a Companhia e suas controladas são partes em determinados inquéritos (civis e policiais), autos de infração e ações judiciais de cunho ambiental, que apuram a instalação de empreendimentos e a competente licença ambiental, operação em desacordo com as condicionantes da licença emitida e eventuais danos ambientais causados pelas atividades da Companhia. Os resultados desses processos podem ser desfavoráveis aos negócios e à imagem da Companhia, podendo resultar na suspensão de suas atividades, até que sejam cumpridas as determinações judiciais e/ou administrativas ou mesmo impossibilitar a continuidade de determinado projeto.

A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos lhe serão favoráveis, ou, ainda, que manterá provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia, que impeçam a realização dos seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais de cunho ambiental, ver os Itens 4.3 a 4.6 deste Formulário de Referência.

k) Com relação a questões políticas e econômicas

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, pode vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades e nos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

resultados operacionais e mesmo no preço das ações da Companhia.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações de emissão da Companhia podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Movimentos de taxas de câmbio;
- Taxas de políticas de controle;
- Expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto;
- Inflação;
- Política fiscal e monetária;
- Política habitacional;
- Outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem;
- Taxas de juros;
- Fornecimento de energia elétrica;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- Instabilidade social e política.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades e os resultados operacionais da Companhia, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

A Companhia não possui nenhum controle sobre a situação e não pode prever quais políticas ou ações que o governo brasileiro poderá tomar no futuro. Qualquer um desses fatores pode ter um impacto adverso sobre a economia brasileira, os negócios, condição financeira, resultados de operações da Companhia e nas cotações de suas ações. O governo brasileiro pode estar sujeito à pressão interna para mudar suas políticas macroeconômicas atuais a fim de alcançar taxas mais elevadas de crescimento económico e tem historicamente mantido uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Além disso, a economia brasileira tem sido afetada por acontecimentos políticos do país, que também têm afetado a confiança dos investidores e do público em geral, o que prejudica o desempenho da economia brasileira. Adicionalmente, qualquer falta de decisão pelo governo brasileiro na implementação de alterações em determinadas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado acionário.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras, no qual a controladora da Companhia se inclui, é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil, em determinado grau, de outros países da América Latina

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações, de forma a impactar, mesmo que indiretamente, a Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios e aderentes ao ambiente macroeconômico do Brasil. Os contratos firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas CDI, IGP-M, INCC e TR. Riscos cambiais e condições internacionais do mercado afetam a Companhia apenas indiretamente, uma vez que a Companhia não realiza projetos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber apropriado e a apropriar da Companhia, de R$2,7 milhões, era composto, em sua quase totalidade, por ativos indexados pelo INCC e pelo IGP-M. Na posição passiva, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem em vigor contratos de empréstimo indexados pelo TR e CDI, representando um total de R$208,4 milhões do seu passivo.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados à variação nos preços dos insumos e mão-de-obra para construção, bem como à variação dos preços dos terrenos. Encontra-se, ainda, sujeita a riscos relativos à volatilidade e à liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro, o que pode afetar negativamente a liquidez e o valor de mercado de ações da Companhia.

Abaixo, mais detalhes dos principais fatores de risco a esse respeito:

A inflação e as medidas governamentais para combatê-la poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá vir a causar um efeito adverso nas atividades da Companhia e no preço de mercado de suas ações.

O Brasil teve, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real em 1994. De acordo com o IGP-M, a taxa de inflação no Brasil foi de 17,78% em 2021. E, de acordo com o Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), a taxa de inflação do setor no Brasil foi de 13,85% em 2021. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação incluem a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros e a consequente limitação à disponibilidade de crédito e a redução do crescimento econômico.

A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação pública a respeito das prováveis medidas adicionais a serem tomadas pelo Governo Federal também contribuem de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil.

Caso as taxas de inflação venham a sofrer elevação, uma eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal pode vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e redução do poder aquisitivo da população, o que resultaria na diminuição da demanda dos produtos da Companhia e na redução das vendas líquidas. Uma elevação na taxa de inflação pode, ademais, aumentar alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não consiga repassá-los aos clientes, o que pode, em consequência, reduzir suas margens de lucro e o seu lucro líquido. Além disso, um aumento da taxa de inflação pode gerar uma elevação na taxa de juros interna, o que, por conseguinte, elevaria os custos do serviço com dívidas expressas em reais da Companhia, acarretando lucro líquido menor. A elevação da taxa de inflação e seu efeito sobre a taxa de juros interna pode, ademais, acarretar redução da liquidez nos mercados internos de capitais e de crédito, o que afetaria a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento. Tendo em vista a relação indireta da inflação com os resultados da Companhia, o qual depende de diversas outras variáveis, os resultados e as operações da Companhia podem ser adversamente afetados.

Informamos que em 31 de dezembro de 2021, nossas posições de ativos e passivos remunerados a taxas de inflação (INCC e IGP-M) eram de R$1.093 milhões de contas a receber e serviços prestados apresentados em nosso balanço, R$1.605,5 milhões de contas a receber a apropriar em nossos resultados futuros e R$2.024,5 milhões de custos a incorrer de unidades vendidas e estoque.

	Consolidado
	31/12/2021

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Contas a Receber CP	601.886
Contas a Receber LP	492.085
Contas a Receber a apropriar	1.605.521
Custo a Incorrer (Unidades Vendidas e Estoque)	(2.024.492)

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo das dívidas da Companhia ocasionando efeitos adversos sobre seus negócios e sobre o preço de suas ações

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, entre outros, o nível de crescimento da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento de empresas no setor imobiliário, setor de atuação da Companhia, está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento também crescerão.

A variação na taxa de juros poderá afetar nosso custo de financiamento a produção e, desta forma, impactar nos custos de construção de nossos projetos e nas demais dívidas que a companhia possui ou poderá vir a contratar.

No encerramento de 2021, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R$ 1.396,8 milhões, sendo (i) R$ 194,4 milhões referentes a financiamento a produção, contratados junto ao Sistema Financeiro de Habitação atrelados à TR; (ii) R$994,0 milhões referentes a quatro títulos de dívida (CRI e debênture) remunerados a CDI e (iii) R$ 208,4 milhões referentes a cédula de crédito bancário remunerados a CDI. Nossa receita financeira, advinda da aplicação do caixa disponível da companhia, também poderá ser influenciada pela modificação nas taxas de juros, substancialmente a taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras contratadas em reais, em 2021 encerramos o ano com 92% do caixa disponível em aplicações remuneradas pelo índice mencionado, representando R$ 977,9 milhões.

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade dos riscos aos quais a Companhia está exposta, com base nos cenários descritos abaixo. Os efeitos no Patrimônio Líquido são basicamente os mesmos nas receitas e despesas:

Em 31 de dezembro de 2021 possuímos os seguintes instrumentos financeiros de dívida:

- Investimentos de curto prazo e empréstimos e financiamento indexados ao CDI;
- Empréstimos e financiamentos indexados ao TR; e
- Contas a receber e empréstimos e financiamentos indexados ao INCC.
- Para a análise de sensibilidade do exercício de 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a 2,65%, Taxa Referencial 0%, Índice Nacional de Construção Civil (INCC) a 4,29%, Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) a 1,66%.
- Cenário I: Aumento de 50% nas variáveis utilizadas para precificação;
- Cenário II: Aumento de 25% nas variáveis utilizadas para precificação;
- Cenário III: Aumento de 10% nas variáveis utilizadas para precificação;
- Cenário III: Diminuição de 10% nas variáveis utilizadas para precificação;
- Cenário II: Diminuição de 25% nas variáveis utilizadas para precificação;
- Cenário I: redução de 50% nas variáveis utilizadas para precificação;

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Cenário consolidado							
		III	II	I	I	II	III
Operação	Risco	Alta 50%	Alta 25%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 25%	Queda 50%
Títulos e valores mobiliários	Alta/ queda do CDI	35.964	17.982	7.193	-7.193	-17.982	-35.964
Debêntures	Alta/ queda do CDI	-41.170	-20.585	-8.234	8.234	20.585	41.170
CCB	Alta/ queda do CDI	-4.491	-2.245	-898	898	2.245	4.491
Swap IPCA X CDI	Alta/ queda do CDI	-8.383	-4.191	-1.677	1.677	4.191	8.383
Efeito líquido da variação do CDI		-18.081	-9.040	-3.616	3.616	9.040	18.081
Sistema Financeiro da Habitação	Alta/ queda do TR	-567	-284	-113	113	284	567
Contas a receber de incorporação	Alta/ queda do INCC	23.497	11.748	4.699	-4.699	-11.748	-23.497
Contas a receber de incorporação	Alta/ queda do IGPM	23.054	11.527	4.611	-4.611	-11.527	-23.054

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e previdenciárias, cíveis e ambientais. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas as suas pendências judiciais trabalhistas no montante de aproximadamente R$ 6,3 milhões, para questões relativas as suas pendências de natureza tributária e previdenciária no montante de aproximadamente R$ 11,4 milhões, e para questões relativas as suas pendências judiciais cíveis no montante de aproximadamente R$ 57 milhões.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como ré em processos judiciais de natureza trabalhista, sendo que mais de 30% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas, resultantes da prestação de serviços à Companhia.

Dentre as ações trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no polo passivo ou ativo, a Companhia identificou como ações relevantes, que não estão sob sigilo, as abaixo descritas:

Mandado de Segurança nº 21115 DF (2014/0167213-7)	
a. juízo	Superior Tribunal de Justiça
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	14/07/2014
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: Ministro do Trabalho e Emprego
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Em 01/07/2014, a Companhia e sua controlada (Tenda Negócios Imobiliários S.A. – TNI) tomaram conhecimento pela mídia de suas respectivas inclusões pelo Ministério do Trabalho e Emprego no cadastro de empresas que supostamente submetem seus trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo. Em 14/07/2014, a Companhia e a TNI impetraram Mandado de Segurança contra ato coator do Ministério do Trabalho e Emprego requerendo preliminarmente a concessão de medida liminar com vistas à retirada do nome das impetrantes do Cadastro de Empregadores, sob a alegação de (i) inexistência de devido processo legal anterior à inclusão no cadastro em questão; e (ii) inexistência de intimação e motivação do ato coator; no que diz respeito ao mérito, as Impetrantes requereram a declaração de nulidade do ato coator. Na mesma data, a Companhia e a TNI obtiveram a liminar e tiveram seus nomes excluídos do Cadastro de Empregadores. Em 10/11/2014, a Procuradoria Geral da República apresentou parecer favorável às Impetrantes por meio do qual se manifestou pela anulação do ato coator. Em 23/05/2016, foi proferida decisão julgando prejudicado o mandado de segurança em função da perda superveniente do objeto resultante da revogação da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12/05/2011. Em 03/06/2016, as Impetrantes interpuseram agravo regimental com pedido de reconsideração contra a decisão que julgou prejudicado o mandado de segurança. Em 30/06/2016, foi proferida decisão acolhendo, liminarmente, a manutenção de exclusãos Impetrantes do Cadastro de Empregadores. Os autos aguardam pronunciamento do Pleno do STJ quanto à liminar que garantiu a manutenção da exclusão das Impetrantes do Cadastro de Empregadores, bem como quanto ao agravo regimental interposto.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impactos à imagem da Companhia e obtenção de crédito junto às instituições bancárias.

Tributários e Previdenciária

A Companhia é parte em determinados processos de natureza tributária e previdenciária envolvendo valor total de contingência passiva estimado, em 31 de dezembro de 2021, em aproximadamente R$ 85 milhões, sendo certo que nenhum deles era considerado individualmente relevante em 31 de dezembro de 2021.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em ações cíveis, cujos valores de contingência envolvidos totalizavam aproximadamente R$ 155 milhões, sendo certo que nenhum deles era considerado individualmente relevante em 31 de dezembro de 2021.

Ambientais

Há procedimentos de cunho ambiental em curso envolvendo a Companhia para apurar possíveis danos ambientais supostamente causados pelas atividades da Companhia.

Tais procedimentos poderão, eventualmente, resultar no ajuizamento de ações civis públicas de cunho ambiental contra a Companhia e os fatos que lhes deram origem poderão, também, resultar em outros eventuais desdobramentos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha provisão para questões ambientais no montante de aproximadamente R$ 650 mil, sendo certo que nenhum deles era considerado individualmente relevante em 31 de dezembro de 2021.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantinha provisão em relação aos processos indicados como relevantes no item 4.3 acima.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Processos não sigilosos envolvendo Administradores

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantinha processos passivos envolvendo administradores.

4.4.1. Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantinha provisão em processos passivos envolvendo administradores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes

Até a data base deste Formulário de Referência, a Companhia possuía os seguintes processos sigilosos relevantes:

Procedimento Arbitral – Companhia – Processo nº 34/2015/SEC4	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia é autora em uma arbitragem que versa sobre inadimplemento do contrato de construção com pedidos indenizatórios formulados pela Companhia em face da parte adversária.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento dos valores pleiteados.
c. chance de perda	Possível

Procedimento Arbitral – Companhia – Processo nº 33/2013/SEC-1 - CCBC/SP	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia é autora e ré em uma arbitragem que versa sobre litígios entre sócios com pedidos indenizatórios formulados reciprocamente.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.
c. chance de perda	Possível

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Processos repetitivos ou conexos

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, sendo que aproximadamente 30% destes processos foram propostos por empregados de empresas terceirizadas.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como parte em processos judiciais de natureza cível, sendo que aproximadamente 26% destes processos versam sobre entrega de obra.

4.6.1. Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas de R$ 6,3 milhões.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha provisão para questões relativas às suas pendências judiciais cíveis no montante aproximado de R$ 57 milhões.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

Seguem, abaixo, informações sobre Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") relevantes celebrados pela Companhia:

Objeto: Condições de trabalho (NR 18)

Data de assinatura: dezembro de 2016

Abrangência: Minas Gerais

Obrigações: Constituir e manter Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na forma do item 18.33 da NR-18; implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, nos termos da NR-7; elaborar e implementar o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho, nos termos do item 18.3 da NR-18; manter o SESMT dimensionado de acordo com a NR-4; manter adequadas as instalações elétricas observado o disposto no item 18.21 da NR-18; fornecer e exigir o uso de EPIs adequados aos riscos de suas respectivas atividades, conforme item 18.23 da NR-18; dotar os equipamentos que operem em marcha ré de alarme sonoro acoplado ao sistema de câmbio, conforme item 18.22.12, alínea d da NR-18; afixar no corpo do vaso de pressão placa de identificação com informações previstas na NR-13; manter no estabelecimento os prontuários dos vasos de pressão, conforme item 13.5.1.6 da NR-13; utilizar nas operações de corte de madeira dispositivo empurrador e guia de alinhamento, conforme item 18.7.3 da NR-18; dotar serras circulares dos dispositivos de segurança previstos no item 18.7.2 da NR-18; dotar máquinas de dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não autorizada, conforme item 18.22.8 da NR-18; dotar de proteção adequada as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores, nos termos do item 18.22.2 da NR-18; dotar de proteção adequada as máquinas e equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais, conforme item 18.22.3 da NR-18; garantir que a dobragem e o corte de vergalhões de aço nos termos do item 18.8.1 da NR-18; garantir que a operação de máquinas e equipamentos nos termos do item 18.22.1 da NR-18; colocar fechamento provisório resistente nas aberturas existentes nos pisos conforme item 18.13.2 da NR-18; manter protegidas as pontas verticais de vergalhões de aço de acordo com o item 18.8.5 da NR-18; garantir que as escadas de mão utilizadas observem as especificações do item 18.12.5.6 da NR-18; manter o canteiro de obras organizado, limpo e desimpedido, nos termos dos itens 18.27.1 e 18.29.1 da NR 18; promover treinamento de empregados conforme item 18.28 da NR-18; garantir conforto térmico conforme no item 18.4.1.3 da NR-18.

Objeto: Condições de trabalho (NR 18)

Data de assinatura: novembro de 2013

Abrangência: Bahia

Obrigações: Manter as áreas de vivência em perfeito estado (higiene e limpeza), instalar os lavatórios nas proximidades dos locais das refeições, fornecer água potável e fornecer equipamento de segurança.

Objeto: Rescisão Unilateral

Data de assinatura: outubro de 2013

Abrangência: São Paulo

Obrigações: Abster-se de firmar com um mesmo comprador diferentes contratos de compromisso de venda e compra, dos quais conste, para uma mesma unidade imobiliária, diferentes preços de alienação, sob pena de multa no valor de R$20.000,00; Caso seja verificada inadimplência do cliente, adotar os seguintes procedimentos para a rescisão unilateral: (a) enviar carta (simples) para o cliente, instando-o a regularizar os pagamentos; (b) uma vez inerte o adquirente, envio de segunda carta (simples) instando-o novamente a regularizar os pagamentos; (c) mais uma vez inerte o adquirente, envio de notificação extrajudicial, encaminhada por cartório de títulos e documentos, instando-o a regularizar o pagamento no

4.7 - Outras Contingências Relevantes

prazo

Objeto: Trabalho de terceirizados em situação irregular

Data de assinatura: setembro de 2013

Abrangência: Minas Gerais

Obrigações: Garantir alojamentos a empregados próprios e terceiros de acordo com a NR18 do Ministério do Trabalho e Emprego e que empregados próprios e de terceiros recrutados em localidade diversa da prestação de serviço tenham todos os direitos trabalhistas assegurados desde a sua contratação, com celebração do contrato de trabalho na localidade de origem, prevendo as condições do alojamento, de alimentação e de retorno

Objeto: Terceirização e condições de trabalho

Data de assinatura: maio de 2013

Abrangência: Pernambuco

Obrigações: Orientar as empresas terceirizadas para prestação de serviços ao cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscalizar as condições dos alojamentos dos terceiros

Objeto: Controle de Jornada

Data de assinatura: janeiro de 2013

Abrangência: Rio de Janeiro

Obrigações: Implementar o controle de jornada

Objeto: Jornada

Data de assinatura: novembro de 2011

Abrangência: Rio Grande do Sul

Obrigações: respeitar a concessão do repouso semanal remunerado e manter efetivo controle de horário de seus empregados

Objeto: Recuperação de área degradada e compensação ambiental

Data de assinatura: agosto de 2011

Abrangência: Bahia

Obrigações: Aplicar o PRAD, Programa de Recuperação de Áreas Degradas aprovado pelo Ibama no terreno do empreendimento Vila Allegro, apresentando à SUCOM relatório semestral acerca da sua aplicação e avanços; e realizar compensação ambiental no CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama/BA, instalando canil, sala dos micos e recintos para cágados e jabutis, ficando ainda responsáveis pelas licenças e regularizações das obras. Houve cumprimento integral do PRAD, conforme declaração da Sucom datada de 28/03/2016

Objeto: Precarização nas condições de trabalho (NR 18)

Data de assinatura: abril de 2011

Abrangência: Sem abrangência limitada

Obrigações: Manter as áreas de vivência em perfeito estado (higiene e limpeza), instalar os lavatórios nas proximidades dos locais das refeições, fornecer água potável, fornecer equipamento de segurança, disponibilizar armários e implementar dispositivo de segurança que impeça a abertura da barreira nos elevadores

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Objeto: Cumprimento NR-18

Data de assinatura: setembro de 2010

Abrangência: Rio Grande do Sul

Obrigações: Cumprimento dos itens 18.8.3, 18.13, 18.14.1, 18.14.1.1, 18.14.1.2, 18.14.2, 18.14.3, 18.14.12, 18.22.7, 18.4.2 e 18.37.3 da NR-18, de forma a assegurar a observância do Padrão Técnico Operacional para Andaimes (PTO 002), do Padrão Técnico Operacional para Escadas, Rampas e Passarelas (PTO 003), do Padrão Técnico Operacional para Instalações Elétricas Provisórias (PTO 005) e do Padrão Técnico Operacional para Equipamentos de Proteção Individual (PTO 006)

Objeto: Formas de restituição ao cliente nos casos de rescisão, impostos e abstenção de cobranças

Data de assinatura: outubro de 2007

Abrangência: São Paulo

Obrigações: Nas rescisões contratuais o cliente receberá o montante pago, corrigido monetariamente no mesmo modo que pagou, em 5 parcelas, descontadas as seguintes despesas também atualizadas monetariamente: (a) contribuição ao PIS e Cofins à alíquota vigente à ocasião sobre os valores recebidos pela Companhia; (b) CPMF sobre todos os pagamentos efetuados pela Companhia em decorrência da restituição; (c) multa compensatória de 20% sobre o valor pago; e (d) outros impostos que venham ser criados no curso do contrato. Abster-se: (a) da cobrança referente aos juros capitalizados; (b) de cobrar multa penal compensatória, em razão do não registro da escritura; (c) de cobrar multa de 1% sobre o valor total da transação, em razão de desistência da proposta; (d) de cobrar despesas derivadas do imóvel durante a construção até a entrega das chaves; (e) de cobrar despesas pela cessão de direitos superior a 2%, calculados sobre o valor pago até a data da efetiva cessão; (f) de cobrar despesas com publicidade e corretagem; e (g) de vedar a locação do imóvel, antes da outorga da escritura definitiva ao promissário comprador

Objeto: Cobranças de taxas de cadastros ou contrato

Data de assinatura: setembro de 2002

Abrangência: São Paulo

Obrigações: Somente é permitida a cobrança dos seguintes serviços, decorrentes das atividades desenvolvidas pelos agentes de vendas e que não se confundem com a simples intermediação: (a) assessoria jurídica; e (b) assessoria técnico-imobiliária

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, uma vez que não há emissor estrangeiro, sendo a Companhia uma empresa de origem brasileira e atuação nacional.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Políticas de Gerenciamento de Riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política formalizada para gerenciamento de riscos, aprovada pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração em 07 de outubro de 2021.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para os riscos definidos na Matriz de Riscos. De acordo com o cenário do ano corrente, estes riscos podem ser estratégicos, regulamentares, financeiros ou operacionais.

Os riscos estratégicos incluem aqueles relacionados à implementação da estratégia de crescimento da Companhia, os riscos regulamentares incluem aqueles relacionados ao cumprimento de normas, inclusive ambientais e normas de zoneamento urbano, e eventuais impactos relacionados às mudanças institucionais ou e/ou operacionais dos órgãos públicos, os riscos financeiros incluem aqueles relacionados à obtenção de financiamento para suas atividades e os riscos operacionais incluem aqueles relacionados a todo o processo de desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários da Companhia, tais como aquisição do terreno, aprovação do projeto, lançamento, construção, segurança, entrega, entre outros.

Instrumentos utilizados para a proteção

A Companhia utiliza como instrumentos para a proteção o plano anual de Auditoria Interna estabelecido com base na Análise Geral de Riscos aprovada pelo Comitê de Auditoria da Construtora Tenda S.A., o programa de controles internos, estabelecido de acordo com os princípios definidos no COSO.

Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as diretrizes adotadas para gerenciamento de riscos.

A execução das atividades de controle é de responsabilidade da Companhia com base nas políticas corporativas e padrões (procedimentos para operacionalizar as atividades e rotinas de controle que, por sua vez, estão alinhadas com as políticas corporativas) aprovados e amplamente divulgados dentro da Companhia.

As atividades de controle são avaliadas pela administração da companhia, bem como certificadas por um auditor independente registrado no *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB, Conselho de Supervisão da Contabilidade de Companhias Abertas).

A Administração da Companhia preza pela integridade das informações contidas nos relatórios financeiros e pelo gerenciamento e avaliação dos controles internos, efetuando a avaliação constante destes controles através de normas e procedimentos claramente definidos e divulgados para toda a Companhia.

A Companhia possui estrutura de Gestão de Riscos que tem como principal responsabilidade o acompanhamento contínuo riscos atrelados aos processos da companhia, monitorando estes riscos, através de adequabilidade e efetividade das performances de execução dos controles, e ainda, monitorando se os cinco elementos de controle (ambiente, avaliação e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

comunicação de riscos, atividade de controle, informação, e monitoramento) estão presentes e funcionando conforme planejado, e garantindo com razoável certeza que as informações fornecidas pelos relatórios e sistemas corporativos são confiáveis, e que as leis, regulamentos e normas pertinentes estão sendo cumpridas, aumentando a velocidade e o foco na implementação de controles, monitoramento dos processos e a comunicação tempestiva das deficiências e planos de ação à Administração. A área de Gestão de Riscos é composta por 1 gerente, 1 coordenador e 1 analista, repontando-se à Diretoria Executiva Financeira.

A Companhia possui uma gerência de Auditoria Interna que fornece, à Administração e ao Comitê de Auditoria, informações sobre avaliações contínuas dos processos de gestão de risco da Companhia e o sistema de controle interno. A estrutura de Auditoria Interna é um órgão independente da Diretoria Executiva e composta por 1 gerente, 3 analistas e tem o suporte de consultoria especializada, em bases anuais, para auxílio na execução do plano de auditoria interna, e está diretamente sob a supervisão do Comitê de Auditoria.

As políticas e diretrizes da Companhia são publicadas em um portal, permitindo que todos os colaboradores as acessem. As políticas corporativas são revisadas no mínimo a cada dois anos, sendo obrigatória a aprovação do gestor para que as mesmas sejam divulgadas no site de Gestão da Companhia.

A abordagem da Companhia para identificar e avaliar os principais riscos de negócio é composta por três fases:

Fase 1 – Análise Geral de Riscos (AGR): Identificação e avaliação dos riscos de negócio da Companhia através de uma matriz de riscos corporativos, cujo conteúdo é atualizado anualmente da seguinte forma:

- Entrevista com os principais executivos, diretores e conselheiros da Companhia para obtenção da percepção de alto nível sobre a situação atual dos principais riscos de negócio.
- Avaliação do plano de auditoria e dos ciclos testes de controles internos do ano anterior.

Este processo é suportado pelo dicionário de riscos, que proporciona uma linguagem comum na abordagem do tema "risco" e está estruturado em 4 grupos de riscos: estratégico, regulamentar, financeiro e operacional.

Fase 2 – avaliação final e priorização de riscos: As categorias de riscos avaliadas na Fase 1 são relacionados ao Modelo de Classificação de Processos (MCP), que define os processos da Companhia em três principais categorias: processos corporativos, processos operacionais e processos de apoio.

Ao final deste processo, são estabelecidos os riscos prioritários, bem como o plano anual de auditoria interna, com objetivo de que estes riscos sejam avaliados de maneira recorrente no ano subsequente.

Fase 3 – execução do plano anual de auditoria e testes recorrentes de controles internos: Ao longo do ano, os riscos prioritários definidos na Matriz de Riscos são avaliados de forma recorrente, através dos trabalhos de auditoria interna, que são planejados através de cronograma estruturado. As revisões da auditoria interna têm como principal objetivo a avaliação dos controles internos e execução de testes transacionais dos processos classificados como prioritários. As eventuais exceções identificadas nos trabalhos geram planos de ação para mitigação dos riscos associados. Os relatórios, bem como os planos de ação são validados e reportados formalmente para a Diretoria e Comitê de Auditoria.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional e de controles internos é desenhada para mitigar os riscos de negócio a níveis aceitáveis.

O plano anual de auditoria interna, executado pela função de auditoria interna, bem como os testes de controles efetuados

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

pela função de controles internos, têm como objetivo identificar exceções que possam afetar a mitigação dos riscos de negócio nos níveis estabelecidos pela administração.

As áreas de auditoria interna e de controles internos elaboram planos de ação, endereçados para a administração, com objetivo de alinhar a estrutura operacional e de controles internos para mitigação dos riscos.

A Companhia efetua anualmente a análise geral de riscos, com objetivo de identificar eventuais fragilidades que possam expor a Companhia aos riscos inerentes ao seu negócio, inclusive atividades exercidas por terceiros.

Em relação ao monitoramento e gestão de riscos de terceiros, a Companhia adota as seguintes práticas:

- Procedimentos para homologação de fornecedores, os procedimentos são executados por uma área denominada DT (Desenvolvimento Tecnológico), que fica sob a diretoria de operações. Adicionalmente a Companhia executa o *background check*, que consiste no cruzamento com listas negativas publicadas pelo Ministério do Trabalho e na Controladoria-Geral da União.
- Todos os fornecedores, quando homologados na Companhia, devem dar o aceite no código de ética de fornecedores, que descreve o posicionamento da Companhia, contemplando princípios éticos e intolerância à corrupção. Este aceite é salvaguardado para efeito de registro de ciência do fornecedor.
- Obrigatoriedade da inclusão de cláusulas nos contratos, de todos fornecedores, destacando o posicionamento ético e legal da Companhia referentes à lei anticorrupção.

Existe uma área denominada DAP (Departamento de Apoio ao Parceiro), que consiste em monitorar, mensalmente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e tributárias dos fornecedores da Tenda.

A administração da Companhia entende que a estrutura atual é adequada para suportar o processo de verificação da efetividade das políticas adotadas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Políticas de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada específica para gerenciamento de riscos de mercado. A Companhia dispõe de políticas que, dentre outras previsões, estabelecem determinadas estratégias relacionadas a riscos de mercado, quais sejam: (i) política de investimento, aprovada pelo Diretor Financeiro; (ii) política de contratação de financiamento à produção, aprovada pela Diretoria Financeira; (ii) política de contratação de financiamento PJ – CEF e BB, aprovada pelo Diretor de Negócios; e (iii) Política de Gestão Estratégica de Riscos, aprovada pelo Diretor Financeiro, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia possui padrões operacionais formalizados para operações no mercado de capitais, e política de crédito para clientes.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver

Como mencionado, a Companhia não possui uma política formalizada específica para gerenciamento de riscos de mercado, mas dispõe de políticas que, dentre outras previsões, estabelecem determinados objetivos e estratégias relacionadas a riscos de mercado, especificados a seguir.

O objetivo da política de investimentos consiste na definição de procedimentos, responsabilidades e alçadas para a atividade de aplicação e resgate de recursos financeiros da Companhia. A política define o percentual do caixa alocado em fundos exclusivos de Renda Fixa e/ou Referenciados DI, disciplina critérios de elegibilidade, incluindo meta de rentabilidade, composição da carteira, derivativos permitidos, exposições/ fatores de risco permitidos e vedações, bem como aborda controle de risco de mercado, política de risco de crédito, controle de risco de liquidez, e estabelece restrições para fundos abertos. Ainda, na política são estabelecidos procedimentos relativos à tomada de decisões de investimento e resgate, à necessidade de aplicações em carteira própria, ao desenquadramento e à execução das aplicações e resgates, e definidos os responsáveis pelas aplicações.

A política para a contratação de financiamento à produção tem por objetivo a definição das regras para contratação de financiamento à produção dos empreendimentos da Companhia e das suas controladas e coligadas. A política estabelece responsáveis, procedimentos e documentos necessários para a aprovação da contratação de financiamento à produção e a definição do valor a ser contratado, para a escolha da instituição financeira e interação com esta.

A política de escrituração de crédito apresenta e define as diretrizes e responsabilidades para a gestão do processo de escrituração e análise de crédito das propostas referentes às futuras unidades comercializadas. A política define as diretrizes e responsabilidades para a gestão do processo de escrituração e análise de crédito das propostas de vendas, desde a conferência e validação de toda a documentação recebida e registro das informações em sistema até seu arquivamento.

O padrão operacional de contratação de financiamento à construção tem como objetivo assegurar recursos financeiros à construção dos empreendimentos, reduzindo a exposição de caixa do empreendimento e da empresa. O padrão operacional define as regras para a contratação de financiamento à produção dos empreendimentos da Companhia e das suas controladas e coligadas (Companhia).

O padrão operacional de desenvolvimento de produtos de crédito imobiliário para clientes tem como objetivo garantir a obtenção das melhores condições de financiamento para os clientes junto aos principais bancos do mercado. O padrão

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

operacional estabelece a relação de documentos exigidos para análise de viabilidade e descreve o procedimento para a contratação de financiamento.

c) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito das parcelas de financiamento contratadas junto à Companhia (pró-soluto), uma vez que parte dos clientes não possui perfil creditício para financiamento de 100% do valor da unidade junto à instituição financeira.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas buscam mitigar os riscos de oscilações de taxas de juros incidentes que sejam divergentes para seus ativos e passivos financeiros. Portanto, a Companhia procura realizar aplicações com taxa de rentabilidade atreladas aos certificados de depósitos interbancários, que por sua vez acompanham as taxas de juros praticadas no Brasil, mitigando o risco de exposição dos passivos financeiros às oscilações de mercado.

Risco de inflação

A Companhia e suas Controladas buscam proteção para os riscos decorrentes de variações inflacionárias que podem impactar suas operações quando existem divergências entre o indexador dos recursos captados e o indexador dos pagamentos de juros e amortizações a serem efetuados. A agilidade construtiva proporcionada pelo atual modelo de negócios, que se baseia na construção com uso de formas de alumínio e na venda repassada, mitiga os riscos relacionados à inflação.

Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas administra suas aplicações financeiras por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Adicionado a estes controles, a Companhia adota uma prática de manter liquidez que suporte, no mínimo, três meses de saídas de caixa operacionais, um ano de compromissos irretratáveis com terrenos e um ano de amortização do principal dos financiamentos e empréstimos.

d) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

As estratégias que a Companhia utiliza para proteção são:

Risco de crédito

A Companhia definiu uma estratégia de proteção patrimonial efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Entendem-se como primeira linha as instituições que possuem rating nacional mínimo de grau de investimento por uma das três agências de risco internacionais (Fitch, Moody's e S&P Global Ratings).

Os limites e restrições dos investimentos – ressalvados os que possuam a garantia do fundo garantidor de crédito, até o limite da garantia – são definidos com base nas agências de classificação de risco, prevalecendo sempre a mais conservadora. Qualquer título com rating inferior ou sem avaliação das agências descritas somente será admitido dentro de fundos abertos e limitados ao cumprimento de determinados limites de exposição, mediante autorização do Comitê de Auditoria.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção.

Com vias a mitigar o risco do crédito do cliente frente às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam como prática o fundamento do lançamento contratado, onde desde o momento inicial das vendas (lançamento), a instituição financeira já aloca recursos para a realização dos repasses dos respectivos clientes.

Risco de taxa de juros

A estratégia utilizada pela Companhia e suas controladas para a mitigação deste tipo de risco consiste em realizar a condução de seus negócios de forma acelerada, através de seus dois pilares fundamentais: construção com uso de formas de alumínio e venda repassada, buscando a redução do ciclo operacional e, assim, minimizando a exposição de caixa e alavancagem financeira dos projetos executados pela companhia.

Risco de inflação

A estratégia utilizada pela Companhia e suas controladas para a mitigação deste tipo de risco consiste, majoritariamente, em utilizar os fundamentos do atual modelo de negócios explicitados nos itens acima.

Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas adotam políticas de investimentos que buscam mitigar os riscos de liquidez estabelecendo critérios de liquidez mínima para as aplicações financeiras e monitoram índices de endividamento.

e) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados para tal proteção são:

Risco de crédito

Em relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia vem adequando a análise de crédito de seus clientes visando ao alinhamento dos procedimentos dos agentes financeiros a fim de viabilizar as captações dos financiamentos de pessoas físicas. O objetivo principal desta medida reside na qualidade da carteira de clientes da Companhia, para mitigar o risco de distrato por desenquadramento de perfil no momento de aderir aos financiamentos bancários.

Risco de taxa de juros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia executou duas operações com instrumento derivativo com o objetivo de mitigar o risco de sua exposição à volatilidade de taxas de juros, bem como de diferentes taxas de captações, reconhecidos por seu valor justo diretamente no resultado do exercício.

Risco de inflação

A Companhia realiza a indexação do fluxo de pagamentos dos clientes à variação de um índice de inflação específico (INCC-DI para os fluxos oriundos de empreendimentos ainda não entregues e IGP-M para os já entregues). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou duas operações com instrumento derivativo de proteção (hedge) para mitigar a exposição ao índice de inflação.

Risco de liquidez

Não há um instrumento específico para o risco de liquidez. Para mitigar os riscos de liquidez, a Companhia e as suas controladas, além de contemplarem requisitos de liquidez em sua política de investimentos, monitoram permanentemente

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

f) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo, além de buscar mitigar a exposição de caixa dos empreendimentos imobiliários através de financiamentos à produção através do SFH ou outras modalidades de financiamento. Como os riscos relacionados à variação de preços dos insumos para a construção, serviços e mão-de-obra podem influenciar diretamente os custos de construção, a Companhia busca estabelecer contratos com os principais fornecedores por prazos mínimos de tal maneira que os eventuais aumentos de preços não impactem os seus custos de curto prazo.

Os riscos de crédito a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas em seu "contas a receber" de clientes (recebíveis) estão minimizados pela diversidade da base de clientes, pela análise de crédito e pelo constante acompanhamento e cobrança desses recebíveis. Nesse sentido, a Companhia define parâmetros que a confiabilidade do cadastro do cliente e reduzem o risco de caixa à organização, levando em consideração os riscos inerentes do negócio imobiliário. Durante o período de construção, o risco de perdas relevantes é minimizado devido à existência de garantia real de recuperação dos produtos comercializados.

A Companhia tem como política manter uma exposição ao CDI em seus financiamentos e aplicações financeiras. Para tanto, o risco de flutuação dos indexadores é gerenciado mantendo estes contratos atrelados àquela taxa de forma que o diferencial entre as taxas dos ativos e passivos mantenha nível aceitável para a Companhia. Para os contratos cujo indexador possui um componente pré-fixada, a Companhia busca mantê-los em nível igual ou inferior ao CDI, valendo-se de instrumentos financeiros derivativos de proteção, quando apropriado. Os parâmetros da Companhia visam a assegurar que seus recursos estejam disponíveis para a execução das diversas atividades da Companhia e de suas controladas, de acordo com a necessidade, assumindo uma postura conservadora e fornecendo informações precisas e tempestivas à Diretoria.

g) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou duas operações de derivativos com objetivo de proteção patrimonial (hedge), um Swap de taxa de juros alterando IPCA para CDI (risco taxa de juros) e a contratação de TRS TEND3 X CDI para proteger o valor dos encargos trabalhistas dos nossos programas de ILP.

h) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as diretrizes adotadas para gerenciamento de riscos.

A execução das atividades de controle é de responsabilidade da Companhia com base nas políticas corporativas e padrões (procedimentos para operacionalizar as atividades e rotinas de controle que, por sua vez, estão alinhadas com as políticas corporativas) aprovados e amplamente divulgados dentro da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

As atividades de controle são avaliadas pela administração da companhia, bem como certificadas por um auditor independente registrado no *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB, Conselho de Supervisão da Contabilidade de Companhias Abertas).

A Administração da Companhia preza pela integridade das informações contidas nos relatórios financeiros e pelo gerenciamento e avaliação dos controles internos, efetuando a avaliação constante destes controles através de normas e procedimentos claramente definidos e divulgados para toda a Companhia.

A Companhia possui uma Gerência de Gestão de Riscos que tem como principal responsabilidade o acompanhamento contínuo do gerenciamento dos riscos e controles internos mitigatórios, verificando se estes são adequados e efetivos, monitorando se os cinco elementos de controle (ambiente, avaliação e comunicação de riscos, atividade de controle, informação, e monitoramento) estão presentes e funcionando conforme planejado e garantindo com razoável certeza que as informações fornecidas pelos relatórios e sistemas corporativos são confiáveis e que as leis, regulamentos e normas pertinentes estão sendo cumpridas, aumentando a velocidade e o foco na implementação de controles, monitoramento dos processos e a comunicação tempestiva das deficiências e planos de ação à Administração. A área de Gestão de Riscos, liderada por um gerente, reporta-se à Diretoria Financeira.

A Companhia possui ainda uma Gerência de Tesouraria, responsável pelo acompanhamento dos controles relacionados à riscos de mercado e responsável pela verificação e atendimento às políticas e diretrizes que visam o gerenciamento de riscos de mercado junto à Diretoria e ao Comitê de Auditoria. A Gerência de Tesouraria, liderada por um gerente, reporta-se à Diretoria Financeira.

As políticas e diretrizes da Companhia são publicadas no portal da Companhia, permitindo que todos os colaboradores as acessem. As políticas corporativas são revisadas no mínimo a cada dois anos, sendo obrigatória a aprovação do gestor para que sejam divulgadas no site de Gestão da Companhia.

i) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional e de controles internos é desenhada para mitigar os riscos de mercado a níveis aceitáveis.

O plano anual de auditoria interna e os testes periódicos efetuados pela função de controles internos têm como objetivo identificar exceções que possam afetar a mitigação de riscos nos níveis estabelecidos pela administração.

As áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, em conjunto com as gerências de Tesouraria da Companhia, elaboram planos de ação, endereçados para a administração, com objetivo de alinhar a estrutura operacional e de controles internos para mitigação dos riscos.

A Companhia considera que a estrutura atual é adequada para suportar o processo de verificação da efetividade das políticas adotadas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Controles Adotados para Elaboração das DFs

a) Principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, é responsável por implantar e manter uma estrutura de controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras.

A avaliação da estrutura de controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que, no entendimento da Companhia,

1. se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos ativos da Companhia,
2. fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da Administração e dos diretores da Companhia e,
3. fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras

Em virtude de suas limitações internas, o controle interno sobre as demonstrações financeiras poderá não impedir ou detectar erros.

A Administração avaliou a eficiência dos controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros de 31 de dezembro de 2021. Ao fazer tal avaliação, a administração usou os critérios estabelecidos pelo Comitê de Organizações de Patrocínio da *Treadway Commission* (*Integrated Framework* – 2013; ERM 2017), ou COSO, em Controle Interno — Estrutura Integrada. Com base nesta avaliação, a Administração acredita que os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros são eficazes. O auditor externo sugeriu pontos de melhorias que são elencados no item d, para fortalecimento dos controles atuais. As ações evidenciam os esforços dos nossos gestores em aprimorar continuamente seus sistemas de informação e controles internos.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma Gerência de Gestão de Riscos e Auditoria Interna que atua tanto para a Companhia como para suas controladas e tem a responsabilidade de definir o desenho dos controles internos considerando os cinco elementos de controle (ambiente, avaliação e comunicação de riscos, atividade de controle, informação e monitoramento) juntamente com os gestores responsáveis de cada área ou processo de modo a assegurar a mitigação dos riscos identificados para cada processo

A Gerência de Gestão de Riscos e Auditoria Interna reporta suas atividades diretamente ao Comitê de Auditoria de maneira

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

que este garanta independência e suporte à sua atuação, possuindo um reporte indireto ao Diretor Executivo Financeiro, com o objetivo de obter auxílio na consecução de suas funções e articulação junto à Administração da Tenda. A área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna se relaciona-se com as demais gerências da Companhia de modo a obter os resultados dos testes de controles com o objetivo de atualizar, corrigir e aperfeiçoar os controles internos.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é avaliada periodicamente através da realização de testes de observação, indagação, exame e performance com o objetivo de analisar o desenho e a efetividade dos controles, mitigando os riscos dos processos.

Os testes são documentados e seus resultados são comunicados aos gestores das áreas ou processos, assim como ao comitê de auditoria, e para os controles considerados deficientes é requerido plano de ação que cujo cumprimento das atividades e prazos são monitorados mensalmente.

Os testes de controles internos são realizados duas vezes ao ano pela área de auditoria interna e são certificados anualmente pela firma de auditoria externa.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Alta Administração através da comunicação formal dos resultados dos testes de controles.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

Em consonância com os trabalhos de auditoria independente realizados sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve apontamentos de deficiências significativas para atenção do Conselho de Administração. Apenas algumas oportunidades de melhoria no sistema de controles internos foram identificadas e reportadas à Administração.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não houve deficiências significativas apontadas por nossa auditoria externa em consonância com os trabalhos de auditoria independente realizados sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de2021, os pontos que foram identificados e reportados à Administração são pontos de melhorias no sistema de controles internos da Companhia. Esses pontos de melhorias foram devidamente analisados pela Administração e os pontos pertinentes, se ainda não totalmente resolvidos, estão em processo de resolução.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui diversas práticas de prevenção a corrupção, como: código de ética; canal de denúncias; possui recursos para investigações; inclusão de cláusula anticorrupção em todos os contratos reafirmando o compromisso da Construtora Tenda com o tema e aplicação de treinamentos periódicos para colaboradores de todos os níveis.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Construtora Tenda possui recursos e ferramentas para monitoramento e tratamento de situações relacionadas ao programa de integridade, bem como aplicação de treinamentos e avaliação periódica de riscos. A área de Compliance é responsável pelo recebimento e apuração de denúncias é independente e reporta diretamente para o Comitê de Auditoria.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*
- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados relação em ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*
- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*
- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A Companhia possui um Código de Ética aplicável a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados da Companhia, além de fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários.

Os membros da administração são treinados com relação às normas do Código de Ética no momento de sua eleição.

As sanções previstas no Código de Ética para eventuais violações incluem:

5.4 - Programa de Integridade

- Advertência verbal ou escrita, e rescisão do contrato do colaborador ou representante (fornecedores, prestadores de Serviço e terceiros em geral).

- As penalidades impostas pela legislação em vigor, bem como eventual reparação de perdas e danos no caso de prejuízo do Patrimônio da Companhia.

O Código de Ética é aprovado pelo Comitê de Ética, Comitê de Remuneração e Conselho de Administração, sendo que a sua última alteração foi aprovada em 01 de outubro de 2021.

O Código de Ética encontra-se à disposição de todos, no site de RI da Companhia (https://ri.tenda.com), e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br)

b) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui canal de denúncias, administrado por empresa terceirizada e independente. A gestão interna é feita pela área de Compliance com reporte direto ao Comitê de Auditoria. Este Canal permite que o denunciante registre um relato de forma seguramente anônima e, quando opta em se identificar, é preservado mesmo após a conclusão do caso.

O canal é aberto para funcionários próprios, terceiros, fornecedores, clientes ou qualquer outra pessoa. Existe um cronograma de comunicação anual que contempla ações especificas com o objetivo de atingir a todos.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

A Companhia além de elevados padrões de diligência jurídica e contábil, usualmente adotados em operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias, não adota práticas específicas no que tange à vulnerabilidades e práticas irregulares.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui práticas de compliance anticorrupção, bem como mecanismos de apuração de denúncias e investigações.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco em sua Política de Gerenciamento de Riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	01/12/1993
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo sido transformada em sociedade anônima em 18/02/1999
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/10/2007

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A origem da Tenda remonta à fundação da empresa Tenda Engenharia e Comércio, hoje sem qualquer vínculo com a Tenda, no ano de 1969.

1ª Fase (1993 a 2007) – Fundação e primeiros passos

1993. A Tenda é fundada na cidade de Belo Horizonte sob a denominação Construtora Tenda Ltda. As primeiras atividades têm início em janeiro de 1994.

1994 – 2006. Após seis anos de atuação em Belo Horizonte, a Tenda promove sua primeira expansão em 1999, para São Paulo. Em 2006, a Tenda também passa a atuar no Rio de Janeiro.

2007. Em 2007, a Tenda faz um movimento mais forte rumo ao crescimento e se instala nas regiões metropolitanas de Salvador, Porto Alegre, Goiânia, Brasília e Vitória.

Em 15 de outubro, a Tenda é listada na B3 (então Bovespa) após oferta pública inicial (IPO) de 67 milhões de ações ao preço de R$ 9,00, com distribuição de R$ 603 milhões e pulverização de 55,07% do seu capital social.

2ª Fase (2008 a 2011) – Gafisa incorpora Tenda para acessar o mercado de habitação popular

2008. Em outubro de 2008, a Tenda incorpora a FIT Residencial Empreendimentos Imobiliários Ltda., até então controlada pela Gafisa. Como resultado da incorporação, a Gafisa diversifica seus segmentos de atuação e entra no setor de baixa renda, tornando-se controladora da Tenda com participação equivalente a 60% das ações então em circulação.

2009. É criado o programa Minha Casa Minha Vida.

Em dezembro de 2009, a incorporação de ações da Tenda pela Gafisa é aprovada, com a troca de ações da Companhia por ações de sua controladora.

Como consequência da incorporação de ações, a Companhia passa à condição de subsidiária integral da Gafisa e suas ações de emissão deixam de ser negociadas na B3.

Diretorias de Tenda e Gafisa compartilhadas.

Forte ciclo de expansão de negócios.

2011. Desafios operacionais levam a um prejuízo líquido de R$660 milhões.

Gafisa implementa nova estrutura organizacional e Tenda volta a ter diretoria dedicada à atuação no segmento de habitação popular.

3ª Fase (2012 a 2016) – Criação e aprimoramento do atual modelo de negócios

2012. Reestruturação e *downsizing*: nova diretoria interrompe lançamentos para resolver projetos remanescentes, depois conhecidos como os projetos do Legado.

Reposicionamento estratégico: Tenda desenvolve novo modelo de negócios, com empreendimentos a serem lançados a partir de 2013.

2013-2015

Foco na entrega do Legado

6.3 - Breve Histórico

Lançamentos dentro do Novo Modelo de Negócios, ancorado em 4 pilares:

- Lançamento contratado
- Venda repassada
- Método construtivo padronizado: construção com formas de alumínio
- Venda em lojas próprias

Em 2016, o modelo de negócios já alcançava seis grandes regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

4ª Fase (2017 em diante) – Tenda volta à B3, inicia expansão gradual das atividades e anuncia ambição de desenvolver a construção *offsite*

2017. Conclusão do processo de separação entre Tenda e Gafisa com listagem da Tenda na B3 no dia 4 de maio

Início das negociações no Novo Mercado da B3, mais alto nível de Governança Corporativa, no dia 28 de junho

Novo Conselho de Administração anunciado no dia 26 de julho

Tenda expande modelo de negócios para a 7ª região metropolitana: Curitiba

2018. Tenda expande modelo de negócios para a 8ª região metropolitana: Goiânia

2019. As ações da Tenda passam a ser um dos 100 ativos mais negociados da B3 e a empresa entra no índice IBRX 100 em janeiro de 2019.

Tenda expande modelo de negócios para a 9ª região metropolitana: Fortaleza

Tenda anuncia intenção de desenvolver um novo modelo de negócios para atuar em cidades de médio porte por meio da construção *offsite*.

2020. Tenda realizada testes de produtos usando a tecnologia construtiva *wood-frame* para o novo modelo de negócios que visa atuar em cidades de médio porte do país.

2021. Tenda expande modelo de negócios para a 10ª região metropolitana: Campinas. Novo modelo de negócios *offsite* é oficialmente inaugurado sob a marca Alea. Inauguração oficial da fábrica de Alea, localizada em Jaguariúna, sendo a maior linha de produção de painéis de *wood-frame* da América Latina com capacidade produtiva de 10 mil unidades por ano.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não há qualquer pedido de falência fundado em valor relevante ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou qualquer de suas controladas.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrição das Atividades da Companhia

A Construtora Tenda S.A. é uma das maiores incorporadoras do país, considerando o volume total de lançamentos em 2021 que totalizaram R$ 3,13 bilhões. A Companhia atua na incorporação e construção de empreendimentos residenciais enquadrados nas Faixas 1,5 e 2 do programa habitacional Casa Verde e Amarela. O foco operacional da Companhia são as maiores regiões metropolitanas do país, estando presente em 9 delas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Curitiba, Goiânia e Fortaleza).

Em 2021, a Tenda lançou 63 projetos/fases, que totalizaram R$ 3,13 bilhões em VGV, realizou vendas contratadas líquidas de R$ 3,14 bilhões e apresentou uma VSO Líquida trimestral média de 32,6%. A Companhia apresentou, ao final de 2021, receita liquida de R$ 2,54 bilhões, margem bruta ajustada de 19,2% e lucro líquido (prejuízo) atribuído à controladora de R$ -191,5 milhões.

Em 2020, a Tenda lançou 55 projetos/fases, que totalizaram R$ 2,65 bilhões em VGV, realizou vendas contratadas líquidas de R$ 2,55 bilhões e apresentou uma VSO Líquida trimestral média de 30,2%. A Companhia apresentou, ao final de 2020, receita liquida de R$ 2,28 bilhões, margem bruta ajustada de 32,2% e lucro líquido (prejuízo) atribuído à controladora de R$ 200,3 milhões.

Em 2019, a Tenda lançou 63 projetos/fases, que totalizaram R$ 2,58 bilhões em VGV, realizou vendas contratadas líquidas de R$ 2,04 bilhões e apresentou uma VSO Líquida trimestral média de 28,1%. A Companhia apresentou, ao final de 2019, receita liquida de R$ 1,95 bilhões, margem bruta ajustada de 35,0% e lucro líquido (prejuízo) atribuído à controladora de R$ 263,5 milhões.

Modelo de Negócios

O modelo de negócios da Companhia é baseado em uma abordagem industrial da construção civil, ancorada em três pilares: produtos padronizados, coordenação entre atores e continuidade produtiva.

- O foco em habitação popular permitiu à Companhia o desenvolvimento de produtos padronizados, o que permite a busca por ganhos de escala e melhoria contínua. A Companhia atua com uma única SKU nos prédios sem elevador;
- A Companhia atua exclusivamente em regiões metropolitanas do Brasil, onde a formação anual de famílias garante uma demanda constante e permite à Companhia construir de forma eficiente, com o uso de formas de alumínio (o que garante maior controle dos projetos desenvolvidos) e mão-de-obra própria (quase todas as atividades relacionadas à estrutura dos edifícios são feitas por funcionários contratados diretamente pela Companhia);
- Quebrando paradigmas da construção civil, a Companhia criou o conceito de linhas de produção (em substituição à produção em batelada), trazendo conceitos da Engenharia de Produção para a Engenharia Civil.

A melhoria contínua, advinda da abordagem industrial, permite a redução do custo de construção, o que viabiliza a oferta de produtos mais acessíveis na comparação com os *peers*. Com preços mais baixos, a Companhia garante uma velocidade de vendas superior, o que traz um ganho de escala que retroalimenta os benefícios da abordagem industrial e permite crescimento e geração de valor.

Em evento realizado com investidores no dia 10 de dezembro de 2019 *(Tenda Day)*, a Companhia anunciou a intenção de viabilizar a construção em fábrica (ou "*offsite construction*") como forma de atender à demanda por habitação popular em cidades pequenas e médias. Hoje, o modelo de negócios é focado na construção com formas de alumínio como forma de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

garantir maior competitividade de custos, mas a atuação acaba restrita às maiores regiões metropolitanas do país. No Tenda Day de 2021, anunciamos a inauguração da fábrica do nosso novo modelo de negócios, localizada em Jaguariúna.

Criação do Atual Modelo de Negócios

Em 2012, a Companhia promoveu uma revisão da sua estratégia de negócios, que passou pela resolução dos antigos projetos ("Legado"), através do término de suas obras, venda e repasse de suas unidades. Esse processo compreendeu também o desenvolvimento do atual Modelo de Negócios o qual tem o objetivo de promover uma atuação mais eficiente da Companhia junto ao Programa MCMV, focando à época, na Faixa 2 deste programa.

O quadro comparativo abaixo destaca o que na visão da Companhia são as principais diferenças entre o Legado e o atual Modelo de Negócios:

		Legado (2007 – 2011)	Novo Modelo de Negócios (2013 – presente)
Estratégia focada	Geografia	Presença nacional	Foco em 7 regiões metropolitanas
	Segmento	Foco generalizado (MCMV Faixas 2 e 3, SFH)	Foco exclusivo no MCMV Faixa 1,5 e 2
	Produto	Diversos tipos de plantas	Um produto *padrão*
Pilares operacionais	Método de construção	Alvenaria estrutural + formas de alumínio	Formas de alumínio
	Financiamento do empreendimento (Contratação)	Após o lançamento	Antes do lançamento
	Financiamento do Cliente (Repasse)	Pós-venda	Integrado com o processo de venda
	Estrutura de Vendas	Terceirizada + Lojas próprias / time de vendas interno	Lojas próprias / equipe de vendas interna (comissão vinculada ao repasse)

Os quatro pilares do novo Modelo de Negócios, associados a um maior foco de atuação, possibilitam vantagens competitivas fundamentais no segmento de habitação popular. A execução de projetos com maior agilidade e eficiência, minimizando a utilização de capital de giro, mitiga riscos de execução, simplifica a gestão e possibilita ganhos de escala.

Abaixo, mais detalhes das características fundamentais dos quatro pilares associados ao Modelo de Negócios:

Lançamento contratado

O lançamento contratado consiste na premissa de somente liberar o início de vendas daqueles projetos que já estão devidamente enquadrados e aprovados junto às instituições financeiras habilitadas no Programa MCMV e que possuem seu memorial de incorporação devidamente registrado. Este pilar é fundamental, na nossa visão, uma vez que permite um processo de lançamento mais disciplinado, eliminando diversos riscos de execução antes do lançamento do projeto (financiamento dos projetos, aprovações legais e ambientais, aprovações em concessionárias, riscos jurídicos), pois eles passam pela aprovação dos bancos financiadores e não somente pelas aprovações municipais, o que envolve diversas etapas adicionais não cobertas pelos municípios. Além disso, lançar contratado é condição precedente para o próximo pilar, "venda repassada".

Venda repassada

A venda repassada é ancorada na premissa de liberar a venda de nossos produtos somente após a aprovação prévia da elegibilidade creditícia de nossos clientes junto à instituição financeira em que o projeto foi contratado. Este processo, na

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

nossa visão, sustenta um ciclo operacional mais curto e eficiente, permitindo menor exposição de capital de giro ao longo do período de obras e também reduz o risco de cancelamento de vendas devido ao menor período em que a Companhia fica exposta à condição de crédito do cliente. Além disso, acreditamos que este pilar permite um maior alinhamento entre os objetivos estratégicos da Companhia e a remuneração dos vendedores, atrelada ao efetivo repasse da unidade e não apenas a sua venda, promovendo assim um processo de venda mais qualificado.

Vendas em lojas próprias

A Companhia realiza a maior parte de suas vendas por meio de força de vendas própria, operando dentro de lojas próprias. Nossa estratégia de marketing é ancorada na força que acreditamos que a marca da Companhia possui, buscando assim atrair o maior fluxo de clientes para dentro das nossas lojas.

Este pilar, na nossa visão, nos permite qualificar melhor nossos colaboradores em comparação aos agentes de venda terceiros, o que acreditamos ter como principal consequência uma melhoria contínua do processo de vendas. Além disso, acreditamos que a operação com força de vendas em lojas próprias permite à Companhia maior flexibilidade e capacidade de ofertar a seus clientes uma base mais ampla de produtos dentro das localizações atendidas por determinada loja. Por fim, acreditamos que a operação via força de vendas própria permite maior controle e gestão de nosso processo de vendas e, com isso, conseguimos, em nossa visão, alinhar com maior eficiência os objetivos estratégicos da Companhia.

Construção pelo método de parede de concreto com formas de alumínio

Atualmente, 100% de nossos projetos são construídos em paredes de concreto com a utilização de formas de alumínio. Acreditamos que este método construtivo gera um ciclo produtivo extremamente ágil e eficaz e, diante da dinâmica financeira da operação dentro do Programa MCMV, resulta em uma maior eficiência na gestão do capital empregado.

Acreditamos que a utilização de forma de alumínio, em consonância com a padronização do produto desenvolvido pela Companhia, permite uma eficiente replicação e sequenciamento dos projetos nas regiões de atuação da Companhia. O processo de construção via forma de alumínio exige mão de obra especializada para operar na montagem das formas, que, por outro lado, na nossa visão, acaba por contribuir com o processo de melhoria contínua e da curva de aprendizado desses colaboradores, permitindo incrementar a produtividade em nossos canteiros de obra. Finalmente, acreditamos ainda que a rápida execução da parede de concreto permite postergar o início da obra até o momento em que o empreendimento esteja bem vendido e repassado, minimizando a necessidade de capital de giro.

Adicionalmente ao que acreditamos ser um rígido controle da aplicação dos quatro pilares do Modelo de Negócios, a Companhia atingiu um período de atuação mais focada, cujos principais aspectos estão, em nossa opinião, resumidos abaixo:

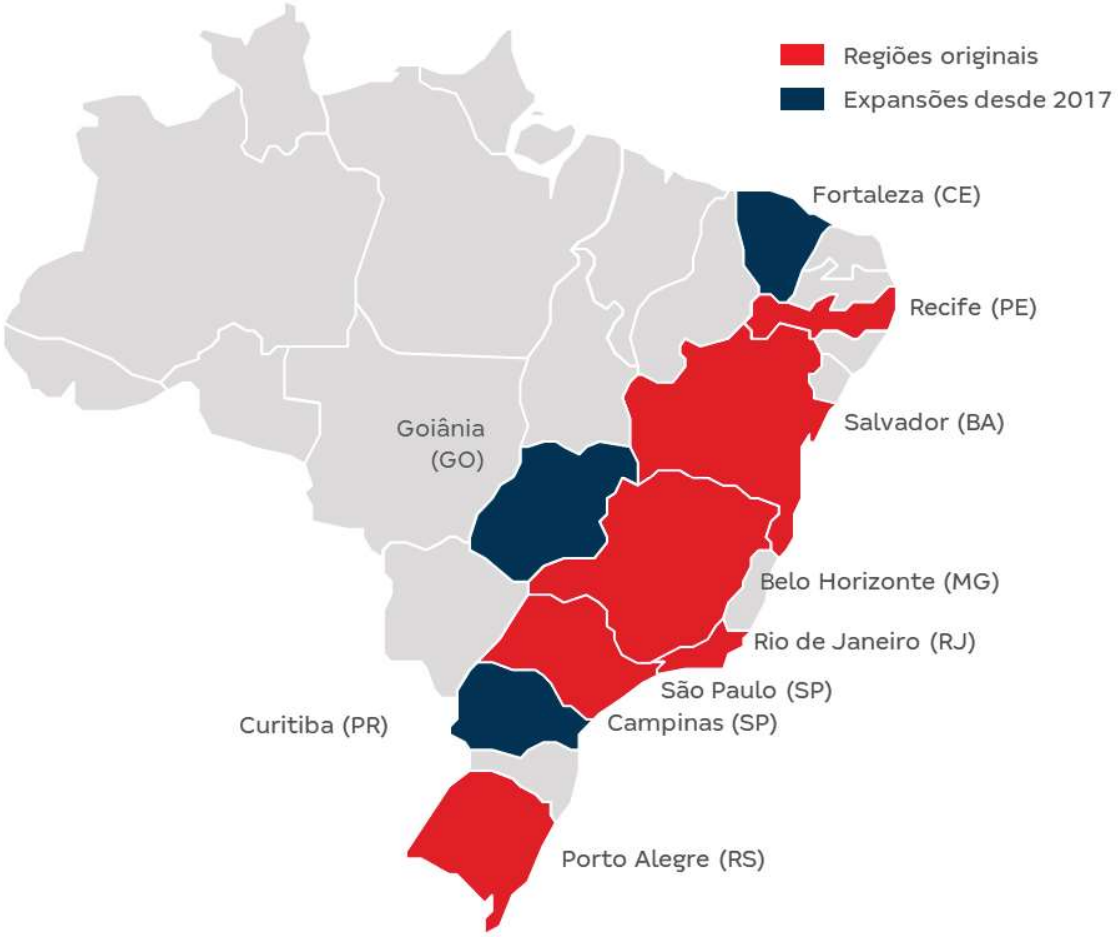
Produto padronizado. Avaliamos também que, em consonância com a utilização da forma de alumínio, a tipologia padronizada nos projetos desenvolvidos pela Companhia, respeitando as características exigidas pelo Programa MCMV, é outro importante fator de diferenciação do Modelo de Negócios. Atualmente, a Companhia possui apenas um produto padrão dentro de nosso Modelo de Negócios, contando com dois dormitórios, um banheiro e uma sala com cozinha americana. Acreditamos que esta decisão tornou nossos processos operacionais de construção comparáveis aos de uma linha de produção industrial e reduziu a complexidade de nosso negócio. Esta padronização do produto permitiu, na nossa visão, acelerar o processo de melhoria contínua por meio da replicabilidade e comparabilidade da performance construtiva de nossos projetos, conseguindo avaliar variáveis relevantes como: velocidade do processo construtivo, custo por unidade, prazo de entrega ao cliente final, número de colaboradores no canteiro, entre outras.

Foco em regiões metropolitanas. O Modelo de Negócios estreitou nosso foco de atuação para, atualmente, oito das maiores regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Goiânia), o que, em nossa visão, nos proporcionou grande simplificação gerencial e controle dos projetos desenvolvidos, reduzindo assim a necessidade de parcerias locais e que eventualmente podem não estar alinhadas com a estratégia da

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Companhia. Atualmente, a integralidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia dentro do Modelo de Negócios conta com participação societária exclusiva da Companhia. Acreditamos ainda que o ganho de escala dentro das regiões de atuação nos permitiu excelentes negociações com nossos parceiros de serviços e materiais para nossas obras, reduzindo custos e despesas fundamentais para manutenção de nossos atraentes preços de vendas.

Unidades Federativas em que a Tenda atua



Desenvolvimento de um Novo Modelo de Negócios para Expandir para Cidades Pequenas e Médias

Uma das limitações do atual modelo de negócios da Companhia é a restrição da utilização competitiva da tecnologia construtiva atual a regiões com demanda mínima de 1.000 unidades habitacionais/ano. De acordo com estimativas da Companhia, a necessidade de uma escala mínima local limitaria a expansão geográfica da Companhia a, no máximo, 13 regiões metropolitanas do país.

Com o objetivo de expandir para cidades pequenas e médias do país, a Companhia anunciou a intenção de desenvolver um modelo de negócios alternativo, mas que alavanque os seus diferenciais competitivos advindos da abordagem industrial da construção civil. Desta forma, a Companhia inaugurou em dezembro de 2021, a fábrica do novo modelo de negócios, que está localizada em Jaguariúna (São Paulo).

Além de resolver o dilema da escala mínima que restringe o crescimento da Companhia, a construção em fábrica pode aumentar ainda mais o grau de industrialização das unidades habitacionais produzidas pela Companhia, trazendo parte do processo produtivo para ambiente controlado, em três turnos de produção e alto potencial de automação.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a. Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

As informações abaixo se referem ao único segmento operacional da Companhia:

a) produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia decorreram, principalmente, da incorporação e comercialização de unidades autônomas, sob as marcas Tenda e Alea, voltadas para o segmento de habitação popular, para clientes com renda familiar mensal de até R$ 4.000,00.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo demonstra a receita proveniente do segmento em que a Companhia atua referente aos últimos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, que representa 100% da receita líquida da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	**2020**	**2019**
Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	2.540	2.282	1.950

Inclui todas as controladas da Companhia

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

As informações abaixo são geradas internamente na Companhia e são derivadas dos registros contábeis societários, sem segregação de despesas operacionais, ativos totais e depreciação:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita operacional líquida	2.540,0	2.282,4	1.950,1
Custo operacional	(2.052,0)	(1.572,0)	(1.302,0)
Lucro bruto operacional	468,9	710,4	648,1
Margem bruta - %	18,6%	31,1%	33,2%

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

Aquisição de Terreno

A atividade de incorporação e venda de unidades residenciais tem início com a aquisição do terreno.

Baseado no planejamento estratégico da Companhia são definidas as cidades potenciais que possuem demanda suficiente para suportar uma operação em regime, ou seja, com vendas e construção de unidades de forma contínua. São também definidos alguns fatores-chave utilizados pela administração na tomada de decisões de compra de terrenos e novas incorporações, que incluem a localização, a demanda esperada para o novo empreendimento, o estoque de unidades na região e o custo de aquisição do terreno.

Quando é identificado um terreno adequado, inicialmente elabora-se um estudo de implantação do empreendimento para definir a melhor forma de utilização do espaço com a utilização de nossa tipologia padrão. Posteriormente, este estudo de projeto preliminar entra na fase de análise da viabilidade econômica, em que são consideradas as receitas, custos, velocidade de vendas mês, precificação, prazos, entre outros, de modo a avaliar sua rentabilidade. Baseado em estudos internos, também são analisadas informações sobre a demanda e concorrência.

Superadas as fases anteriores, inicia-se uma diligência legal do imóvel para identificar ônus, gravames e restrições, formas de superá-las (se possível) e seus custos, bem como o processo de análise de aspectos ambientais e técnicos.

Cada decisão de compra de terreno é analisada e aprovada pelo Comitê Executivo e submetida ao Conselho de Administração quando assim for exigível nos termos previstos no Regimento Interno de referido comitê e do Estatuto Social. Veja o item 12 deste Formulário de Referência para maiores informações sobre as atividades dos comitês e conselhos.

Para a aquisição de novos terrenos, a Companhia procura realizar promessas de compra e venda por permutas, por meio das quais é concedido ao vendedor um determinado número de unidades, a serem construídas no terreno ou um percentual das receitas provenientes das vendas das unidades de tal incorporação. Assim, as necessidades de caixa são reduzidas, ampliando-se os retornos. Quando a implementação dessa estratégia de permuta não é possível ou comercialmente interessante, os terrenos são adquiridos mediante pagamento em dinheiro. Os instrumentos de aquisição de terrenos são celebrados tanto por instrumentos particulares como por escrituras públicas, nos quais a Companhia busca incluir cláusulas e condições que garantam a efetiva conclusão da aquisição do terreno, como forma de obter segurança suficiente, mesmo na hipótese de questionamento judicial do negócio.

A Companhia pretende manter uma reserva de terrenos que permita capturar todo o seu potencial de crescimento, já que acredita que a manutenção de terrenos, permite a aceleração da taxa de lançamento de novos empreendimentos. A Companhia pretende continuar a adquirir terrenos nas regiões definidas como estratégicas, por meio do desembolso de moeda corrente e também por meio de permuta, física e financeira, quando possível.

Desenvolvimento do Projeto

A Companhia possui uma área interna dedicada ao desenvolvimento de produtos, que é responsável pelo aperfeiçoamento e estudo das diferentes tipologias necessárias em cada cidade, pela elaboração dos estudos iniciais para a fase de prospecção de terrenos, elaboração dos projetos legais, memoriais descritivos, e imagens e materiais utilizados pelas áreas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de marketing e vendas.

As equipes, incluindo arquitetos, engenheiros, profissionais de marketing e vendas, trabalham juntos no planejamento e elaboração do projeto dos empreendimentos. Nesta etapa, há também o envolvimento de uma equipe responsável pela elaboração do plano de negócios, orçamento e avaliação da viabilidade financeira de cada um dos projetos da Companhia. Simultaneamente ao planejamento dos empreendimentos, a Companhia inicia o processo de obtenção de todas as licenças e aprovações regulatórias e governamentais necessárias, além da etapa de contratação de cada empreendimento junto a uma instituição financeira que será escolhida para financiar a produção e as unidades habitacionais.

As etapas dos processos de incorporação estão resumidas no diagrama abaixo:

Os empreendimentos da Companhia focam no segmento residencial econômico, enquadrados no Programa Habitacional do Governo (Casa Verde e Amarela). A Companhia tem atuação nacional foco nas regiões metropolitanas dos seguintes Estados: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Fortaleza e Campinas.

Os empreendimentos populares construídos pela Companhia são apartamentos de dois quartos e área privativa de aproximadamente 40 metros quadrados. Os preços estão adequados à capacidade de pagamento dos clientes enquadrados nos segmentos Faixa 1,5 e Faixa 2 do Programa Casa Verde e Amarela.

Construção

Antes de iniciar cada novo projeto, as equipes envolvidas na operação elaboram estudos, análises e projetos para criar o produto mais adequado possível. O modelo construtivo e o sistema de planejamento e controle foram desenvolvidos para otimizar a produtividade e minimizar as perdas de insumos. A Companhia analisa mensalmente o desempenho de cada projeto, as tendências de custo e de prazo e adota um sistema de gerenciamento de qualidade que foi certificado com o ISO 9001:2008 e PBQP-H Siac 2012 – nível A, pela Fundação Bureau Veritas.

A Companhia investe continuamente no desenvolvimento de novas tecnologias. Nossas obras são executadas em paredes de concreto utilizando formas de alumínio. Este modelo tecnológico propiciou, através da melhoria contínua e sincronização das obras, diversas otimizações no custo de construção e uma gestão planejada das áreas de apoio.

A equipe de compras está estruturada para absorver as oportunidades geradas pelo modelo construtivo e suas ramificações, trazendo assim, ganhos oriundos da padronização e sincronização de nossas obras. O resultado deste modelo de compras gerou economias significativas nas contratações de serviços e aquisições de materiais, com acordos estratégicos junto aos fornecedores.

b) características do processo de distribuição

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Comercialização e Vendas

Os canais de venda da Tenda podem ser distribuídos entre:

- Canais próprios *offline*: lojas próprias e *stands* de venda físicos
- Canais próprios *online*: canais digitais operados por estrutura de vendas própria
- Empresas de venda: canais terceirizados de venda

Quanto aos canais próprios *offline*, as lojas próprias são sempre localizadas em locais de grande circulação e têm como principais objetivos gerar escala nas vendas e prestar atendimento aos clientes no pós-venda. Os stands de venda são "satélites" das lojas e oferecem capilaridade ao sistema de vendas.

Os stands são montados em áreas que permitem trabalhar a micro-região do empreendimento lançado.

Encerramos 2021 com 55 pontos de vendas (PDV) sendo 36 lojas próprias e 19 lojas que custeamos para equipes parceiras (EV). Comercializamos em cada PDV todos os respectivos produtos de determinada região

A utilização de equipe de vendas interna permite total conhecimento da marca e produtos da Companhia. Isso garante à equipe de venda melhor e completa argumentação para os potenciais clientes, flexibilidade para o enquadramento nos produtos de interesse, e capacidade de ajustar as propostas de pagamento ao fluxo financeiro dos clientes.

O planejamento da campanha de marketing é feito antecipadamente e a execução das ações é iniciada geralmente 30 dias antes do lançamento de um empreendimento. Após a obtenção do registro do memorial de incorporação no Cartório de Registro de Imóveis competente, iniciam-se as ações de publicidade do empreendimento, como prevê a legislação em vigor. A Companhia alavanca a sua campanha com base na reputação de empreendimentos de qualidade, acessíveis para as rendas alvo e suporte no financiamento imobiliário com os bancos garantidores da obra. Divulgam-se os empreendimentos por meio de jornais, televisão, mala direta e distribuição de folhetos nas regiões vizinhas, assim como por meio de centros de telemarketing e páginas na internet. Além disto, a Companhia faz investimentos na divulgação da marca em si, facilitando o reconhecimento do cliente.

A estrutura de marketing e inteligência de mercado da Companhia é responsável pelo planejamento e execução de todas as campanhas da empresa.

Financiamento a Clientes

A Companhia e suas controladas permitem que os compradores das unidades efetuem pagamentos em parcelas, utilizando financiamento bancário concedido pelo programa "Casa Verde e Amarela" com enquadramento na Faixa 1,5 e Faixa 2, feito hoje através dos bancos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Dentro da modalidade de financiamento bancário, os clientes pagam diretamente à Companhia ou suas controladas um percentual do valor de venda da unidade até o momento da entrega do imóvel e o saldo remanescente é pago através de financiamento bancário.

O financiamento via Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil é, em sua maioria, utilizado por clientes cujos rendimentos mensais não ultrapassam dez vezes o salário mínimo brasileiro. Esta modalidade de financiamento conta com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados, adequando-se à capacidade financeira de tais clientes.

c) características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia atua na atividade de incorporação, construção e vendas de unidades residenciais no segmento econômico (popular), com preços entre R$135 mil e R$264 mil.

ii. condições de competição nos mercados

O mercado imobiliário de residências populares no Brasil é altamente competitivo, tendo como principais características: preço limitado, baixos custos de execução, forma de financiamento bancário diferenciada, projeto, qualidade, reputação, confiabilidade, e atendimento às expectativas de entrega.

Devido à grande fragmentação, nenhum único incorporador ou construtor tem conseguido obter uma participação significativa nos mercados de incorporação e construção, em todos os segmentos de renda. Dada esta fragmentação, não existem informações quantitativas consolidadas em nível nacional acerca do segmento de atuação da Companhia e suas controladas para análise de participação de mercado e competição.

Com exceção de grandes regiões metropolitanas, onde existem as figuras dos grandes concorrentes com ações listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, nas outras regiões geralmente são encontrados pequenos e médios competidores locais, menos capitalizados e de pequeno e médio portes. A Companhia acredita ocupar posição de relevância nos mercados onde atua.

d) eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário brasileiro geralmente não seja sazonal, durante os meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro há uma desaceleração do mercado. Tais meses coincidem com férias escolares, resultando no adiamento de decisões de investimento na aquisição de unidades.

e) principais insumos e matérias primas

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia busca manter relacionamentos de longo prazo com seus fornecedores, que são periodicamente avaliados. Na identificação de quaisquer problemas se trabalha em conjunto na tentativa de resolvê-los e, na eventual necessidade de substitui-los.

A Companhia trabalha com programações antecipadas que, de forma conjunta com os fornecedores, possibilita um planejamento inteligente da produção, a fim de atender a demanda especificada. Este modelo, auxilia na antecipação de eventuais desvios ou atrasos, e propicia melhores relacionamentos com os fornecedores.

Não há controle ou regulamentação governamental nas relações mantidas pela Companhia com fornecedores.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Um dos pilares do novo modelo de negócio da Companhia é executar obras exclusivamente através da tecnologia de formas de alumínio.

O modelo sequencial de nossas obras e a alta reutilização e aproveitamento das formas nos direcionou a trabalhar com um fornecedor específico para este insumo, que produz as formas fora do Brasil. Problemas com este fornecedor podem impactar negativamente o cronograma de algumas obras da Companhia.

Como parte de seu constante desenvolvimento tecnológico, a Companhia está trabalhando, de forma restrita, com um

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

novo fornecedor de forma, buscando assim mitigar os riscos de dependência e melhorar a produtividade da sua operação.

Não obstante a situação referente ao fornecimento da tecnologia de forma de alumínio, não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer outro fornecedor, uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça um insumo de qualidade nas melhores condições. Todo fornecedor deve atender à qualidade mínima necessária para cada empreendimento. Existe um controle do número de obras atendidas pelos fornecedores e sua capacidade de demanda.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia está sujeita a variabilidade de preços dos seus insumos de acordo com as condições normais de mercado. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), acompanha e divulga a variação de preços de uma cesta de insumos da construção mensalmente, o INCC-DI. A Companhia trabalha constantemente no desenvolvimento de novas técnicas de construção, na utilização de insumos alternativos, no emprego de mão de obra capacitada, investe no aprimoramento do processo construtivo e na programação de suas compras como forma de reduzir sua exposição a variabilidade de preços.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Clientes relevantes

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Em 31 de dezembro de 2021, não havia clientes relevantes que fossem responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Em 31 de dezembro de 2021, não havia clientes relevantes que fossem responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A atividade de promoção e incorporação de empreendimentos imobiliários demanda a obtenção de uma série de licenças governamentais para o seu exercício, sendo que as principais estão listadas abaixo. A Companhia e suas controladas, ao longo do curso de seus negócios, vêm mantendo uma relação bastante próxima com os órgãos responsáveis por autorizações governamentais em geral, de forma a adaptar seus negócios às exigências de tais órgãos sem qualquer prejuízo ao desempenho de seu plano de negócios.

b. Aprovação prévia de projetos de empreendimentos sejam eles incorporações ou loteamentos, autorizações para início das obras e certificados de conclusão de obra (habite-se):

Tais aprovações, autorizações e certificados serão emitidos pelas prefeituras locais onde se localizarem os empreendimentos, desde que observadas as regras de uso e ocupação do solo estabelecidas nas respectivas leis municipais.

ii) Aprovação de órgãos municipais, estaduais ou federais específicos, caso o empreendimento esteja localizado em área de interesse especial, tal como de proteção ao patrimônio cultural:

A instalação de empreendimentos localizados em áreas de interesse especial, tais como aqueles localizados em áreas de proteção ao patrimônio histórico e cultural, dependerão de autorizações prévias emitidas pelas autoridades públicas responsáveis pela proteção do patrimônio tutelado, no âmbito federal, estadual e municipal.

iii) Licença prévia ambiental, além de licença de instalação e licença de operação, concedidas pelos órgãos ambientais estaduais ou federais:

A legislação ambiental brasileira determina que a instalação de empreendimentos que, de qualquer forma, causem impacto relevante ao meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental. Esse procedimento é necessário tanto para as fases de instalação inicial do empreendimento, quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA é o órgão responsável por outorgar as referidas licenças para projetos com impacto regional ou nacional sobre o meio ambiente. Em outros casos, os órgãos municipais ou estaduais são responsáveis por outorgarem as referidas licenças ambientais, dependendo da extensão dos impactos ambientais causados por determinados projetos.

O processo de licenciamento ambiental consiste em três fases: a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. A licença prévia, emitida na fase preliminar de planejamento do empreendimento, aprova sua localização e sua concepção, bem como estabelece as condições e as exigências técnicas a serem observadas em outros estágios do empreendimento. A licença de instalação autoriza a construção da instalação. A licença de operação autoriza o início e a continuidade das atividades operacionais. As licenças de operação estão sujeitas à renovação obrigatória dependendo de sua validade.

No processo de licenciamento dos empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, instalados a partir de julho de 2000, é necessário, a título de compensação ambiental, a destinação de recursos a serem fixados pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento para a implantação e/ou manutenção de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (por exemplo parques nacionais, reservas biológicas, etc.)

iv) Outras autorizações ambientais

Implantação de empreendimentos imobiliários normalmente exige a execução de terraplanagens, a destinação final de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

resíduos assim como, em muitos casos, a supressão de vegetação. Essas atividades dependem da prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Como condição para emissão de tais autorizações, os órgãos ambientais competentes poderão estabelecer exigências técnicas e medidas compensatórias, tais como o plantio de árvores e até mesmo a aquisição de áreas de florestas com extensão no mínimo equivalente às áreas impactadas.

Além disso, a legislação brasileira exige proteções especiais para determinados tipos específicos de flora e áreas com objetivo ecológico especial, impondo exigências legais adicionais para a remoção ou manejo da referida vegetação.

O licenciamento de projetos com impactos ambientais relevantes situados em uma unidade de conservação ou dentro de sua zona de amortecimento está sujeito à anuência prévia do órgão gestor da unidade de conservação.

A supressão e intervenção em Áreas de Preservação Permanente ("APP") é restrita às hipóteses de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, a qual dependerá da prévia autorização do órgão ambiental competente.

O desenvolvimento de projetos que exigem a captação de água dos cursos de água ou de água subterrânea, bem como o lançamento de efluentes em cursos de água estão sujeitos às outorgas específicas sobre o uso da água, a serem emitidas pelas autoridades competentes. Outorgas de Uso da Água estão sujeitas à determinadas condições e exigências técnicas, inclusive exigências de capacidade máxima e normas de tratamento de efluentes.

A ausência das necessárias autorizações e/ou anuências, o descumprimento de suas condicionantes ou, de forma genérica, a condução de atividades em desrespeito a normas e regulamentos ambientais aplicável, configura infração administrativa, sujeitando o infrator a penalidades como multas e interdição da atividade de construção do empreendimento, sem prejuízo da responsabilização na esfera criminal e da obrigação de reparar e/ou indenizar eventuais danos ambientais causados.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Práticas Ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos municipais, estaduais e federais relativos à proteção do meio ambiente (conforme relacionados no item "a" acima).

Antes da aquisição de qualquer imóvel, a Companhia busca avaliar todos os aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, outros tipos de vegetação e eventuais áreas de preservação permanente. Todos os custos relativos ao cumprimento da regulamentação ambiental à qual a Companhia está sujeita são considerados nos estudos de viabilidade de seus empreendimentos, não sendo materiais perante o valor total das vendas de tais empreendimentos.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não aderiu a quaisquer padrões nacionais ou internacionais relativos à proteção ambiental, limitando-se a cumprir rigorosamente a legislação ambiental e as normas estabelecidas nos locais onde são desenvolvidos seus projetos.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marca

A Companhia é detentora da marca "Tenda", que está devidamente registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI no segmento de mercado em que a Companhia atua. A marca "Tenda" é fundamental para o

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

desenvolvimento dos produtos da Companhia e uma eventual perda desta marca deve causar impacto relevante nas atividades da Companhia. Para maiores informações a respeito das marcas detidas pela Companhia, vide item 9.1 deste Formulário de Referência.

Patentes

Não há.

Licenças

Os principais softwares utilizados no desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas subsidiárias são SAP, Windows, Office, AutoCAD, InteliCAD, Adobe Acrobat.

A Companhia e suas subsidiárias têm como política a aquisição e utilização regular de softwares em suas dependências, sempre respeitando os direitos autorais de terceiros. Ainda nos termos desta política, os empregados e administradores assinam termos de responsabilidade e de política de segurança da informação, onde reconhecem ser proibido reproduzir, instalar, utilizar e/ou distribuir cópias não autorizadas de softwares ou programas aplicativos, produtos, informações, e e-mails a pessoas não autorizadas bem como a instalação, uso e/ou manuseio de softwares não homologados pela área de Tecnologia da Informação nos servidores e estações de trabalho da empresa. De forma a controlar o cumprimento destes termos, a Companhia e suas subsidiárias executam verificações aleatórias nas máquinas semestralmente.

Concessões

Não há.

Franquias

Não há.

Contratos de Royalties

Não há.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Receitas relevantes provenientes do exterior

Em 31 de dezembro de 2021, não existiam receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil, pois as atividades de incorporação e construção estão restritas ao território nacional.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida, no montante de R$2.540 milhões, auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021é oriunda de vendas a clientes em território nacional.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois conforme mencionado anteriormente, as atividades da Companhia estão restritas ao território nacional.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois conforme mencionado anteriormente, as atividades da Companhia estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, pois a Companhia não obtém receitas relevantes provenientes de outros países que não o Brasil, uma vez que as atividades de incorporação e construção estão restritas ao território nacional.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Políticas socioambientais

a) Informações sociais e ambientais divulgadas pela Companhia

A Companhia ainda não divulga relatórios compilando informações sociais e ambientais materiais para uma análise não-financeira abrangente.

A Companhia, em atendimento ao Comunicado Externo 017/2011-DP, da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A., informa que não elabora Relatório de Sustentabilidade ou documento similar.

A Administração, por sua vez, já está estudando ativamente os conceitos relacionados à elaboração e divulgação dessas informações em Relatório, além de uma política de responsabilidade socioambiental.

b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de relatórios contendo informações sociais e ambientais.

c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de relatórios contendo informações sociais e ambientais.

d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável uma vez que a Companhia não realiza divulgação de relatórios contendo informações sociais e ambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes foram inseridas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Negócios Extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Contratos relevantes celebrados pelo Emissor e suas Controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes

No caso das marcas, os registros de marca nacionais têm vigência de 10 anos contados da data de sua concessão, podem ser prorrogados por períodos iguais e sucessivos e sem qualquer limite temporal e têm o registro válido em todo o território nacional.

As datas de concessão e validade dos registros encontram-se citadas nos subitens relacionados ao item 9.1 deste Formulário de Referência

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
A Companhia não possui ativos imobilizados de valor relevante	Nao aplicável			

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550159 – Classe 36	08/11/2021	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Nome de domínio na internet	construtoratenda.com	11/12/2025	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	sejaalea.com	10/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mbtmengenharia.com	05/10/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	185capital.com.br	19/01/2022	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	tenda.com	31/01/2022	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	sejaalea.com.br	10/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	suaalea.com	10/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	minhavidaminhacasa.com.br	13/06/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	suaalea.com.br	07/01/2022	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	tendaalea.com.br	10/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	tendadecora.com	01/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tendadecora.com.br	01/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	vivaalea.com	10/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	vivaalea.com.br	10/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	TENDA – Registro nº 900078634 – Classe 37	28/07/2029	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marcas	TENDA – Registro nº 900078596 – Classe 36	21/09/2030	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Nome de domínio na internet	portaltenda.com	10/04/2022	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	185capital.com	19/01/2022	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	minhaalea.com	10/12/2021	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Nome de domínio na internet	minhaalea.com.br	07/01/2022	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	creditofacilparasuacasa.net	25/03/2022	O cancelamento do registro do domínio pode ocorrer por solicitação do titular ou por falta de pagamento dos valores para manutenção do domínio, entre outros. A perda do domínio também pode ocorrer por decisão judicial, inclusive no caso de existência de registro de marca ou nome empresarial por terceiros, correspondente ao nome de domínio, em observância à Lei nº 9.279/96 e às demais legislações correlatas.	Na hipótese de seu cancelamento, o domínio seria congelado e posteriormente liberado para novo registro. Não há como quantificar o impacto do cancelamento de tal registro, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o nome de domínio para promover serviços ou produtos concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais, nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda do domínio para a Companhia ou suas subsidiárias.
Marcas	TENDA CONSTRUTORA – Registro nº 822009463 – Classe 40.10	02/05/2026	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marcas	TENDA CONSTRUTORA – Registro nº 821601865 – Classe 37.05/40	10/01/2026	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	TENDA CONSTRUTORA – Registro nº 822009471 – Classe 37.05/40	10/01/2026	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marcas	CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550124 – Classe 37	08/11/2021	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar
Marcas	FIT RESIDENCIAL BRASIL – Registro nº 900258640 – Classe 37	22/12/2019	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marcas	FIGURATIVA – Registro nº 902488376 – Classe 36	05/03/2023	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550140 – Classe 36	08/11/2021	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marcas	CONSTRUTORA TENDA – Registro nº 901550116 – Classe 37	08/11/2021	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia
Marcas	FIGURATIVA – Registro nº 901698423 – Classe 37	28/02/2022	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FIGURATIVA – Registro nº 901698377 – Classe 36	28/02/2022	A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96, artigo 142, e demais legislações correlatas.	Não há como quantificar o impacto, além da impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, para assinalar serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo da mesma. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros. Além disso, não há como quantificar outras possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Acedio spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	08.687.018/0001-15	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	55,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	6.708.657,84
31/12/2020	5,749385	0,000000	0,00			
31/12/2019	964,653907	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

SPE de empreendimento imobiliário.

Cipesa Projeto 02 Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	09.491.019/0001-52	-	Controlada	Brasil	AL	Maceió	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50,000000

				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	9.160.782,31
31/12/2020	0,254813	0,000000	0,00			
31/12/2019	1,367062	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

SPE de empreendimento imobiliário.

Fit 02 Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	09.208.164/0001-83	-	Controlada	Brasil	GO	Goiânia	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	23.461.944,31
31/12/2020	42,500577	0,000000	0,00			
31/12/2019	73,335546	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

SPE de empreendimento imobiliário

Fit 13 Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	09.358.402/0001-37	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50,000000

Valor mercado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	9.949.939,04		
31/12/2020	0,612195	0,000000	0,00					
31/12/2019	-0,545043	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Fit Jardim Botânico spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	08.745.087/0001-38	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	55,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	5.062.092,85		
31/12/2020	-0,830326	0,000000	0,00					
31/12/2019	3,789493	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Spe Franere Gafisa 08 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	10.222.168/0001-03	-	Controlada	Brasil	MA	São Luís	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	8.583.398,69		
31/12/2020	-5,762851	0,000000	0,00					
31/12/2019	-10,337507	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Tenda 46 spe Empreendimento Imobiliário Ltda.	14.363.448/0001-84	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	30.090.017,81		
31/12/2020	152,927030	0,000000	0,00					
31/12/2019	502,779543	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								
Tenda Negócios Imobiliários S.A / Tenda S.A	09.625.762/0001-58	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e construção de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis próprio	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	1.326.739.496,51		
31/12/2020	33,422114	0,000000	78.932.400,71					
31/12/2019	28,104304	0,000000	105.098.178,41					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
SPE de empreendimento imobiliário.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Outras informações relevantes

Nota referente ao item 9.1 (c)

(1) A tabela lista as sociedades nas quais a Companhia possui participação direta, observado que é considerada relevante a sociedade com investimentos superiores a R$5.000.000,00. As participações de 100% indicadas nesta planilha podem ter sido objeto de arredondamento.

(2) Não há valor de mercado para as sociedades controladas da Companhia por serem todas sociedades limitadas ou sociedades por ações de capital fechado e não é realizada avaliação anual de valor de mercado dos investimentos (SPEs).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

10.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A discussão a seguir contém declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na Seção 4 e outros assuntos estabelecidos neste formulário de referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2021, a Companhia consolidou sua posição de destaque no segmento de habitação popular no Brasil, com o lançamento de 20.942 unidades, 15,6% a mais do que em 2020. Em VGV (Valor Geral de Vendas), os lançamentos totalizaram R$ 3,13 bilhões, crescimento de 17,4% com relação ao VGV lançado no ano anterior (R$ 2,67 bilhão). O banco de terrenos encerrou o ano com VGV de R$ 12,39 bilhões, 12,9% maior do que no ano anterior.

Em 2020, a Companhia manteve posição de destaque no segmento de habitação popular no Brasil, com o lançamento de 18.120 unidades, 1,3% a mais do que em 2019. Em VGV (Valor Geral de Vendas), os lançamentos totalizaram R$ 2,67 bilhões, crescimento de 3,5% com relação ao VGV lançado no ano anterior (R$ 2,6 bilhão). O banco de terrenos encerrou o ano com VGV de R$ 10,97 bilhões, 3,3% maior do que no ano anterior. Aquisições e ajustes totalizaram R$ 3,02 bilhões no ano, 29,8% maior do que em 2019.

A Companhia reitera seu compromisso de manter um banco de terrenos equivalente a três anos de lançamentos em cada uma das regiões de atuação, garantindo estabilidade operacional.

Em 2021, as vendas líquidas atingiram R$ 3,14 bilhões, apresentando um crescimento de 23,0% na comparação com o ano de 2020, quando as vendas líquidas totalizaram R$ 2,55 bilhão. A VSO líquida encerrou 2021 em 64,8% – ou seja, 4,0 pontos percentuais superiores a 2020 (60,8%).

Em 2020, as vendas líquidas atingiram R$ 2,6 bilhões, apresentando um crescimento de 25,2% na comparação com o ano

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de 2019, quando as vendas líquidas totalizaram R$ 2,04 bilhão. A VSO líquida encerrou 2020 em 32,5% – ou seja, 4,5 pontos percentuais superiores a 2019 (28,0%).

No ano, a Companhia registrou receita líquida de R$ 2,54 bilhão, representando um crescimento de 11,3% com relação a 2020, e margem bruta ajustada por juros capitalizados de 19,2%. O crescimento da receita líquida foi resultado de uma estratégia que aliou expansão geográfica com foco no bem-sucedido modelo de negócios da Companhia – a Companhia tem expandido para uma nova região metropolitana por ano desde 2017, quando chegou a 7 regiões com a entrada em Curitiba (PR); em 2018, a Companhia ampliou sua atuação para 8 regiões metropolitanas ao entrar em Goiânia (GO); e, em 2019, a Companhia chegou a 9 regiões metropolitanas ingressando em Fortaleza (CE). Em 2021, passamos a atuar também na região de Campinas.

Em 2021, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas de R$ 188,1 milhões, um aumento de 21,8% com relação a 2020. As despesas gerais e administrativas representaram 7,4% da receita líquida em 2021, em comparação com 6,8% no ano anterior.

Em 2020, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas de R$ 154,4 milhões, um aumento de 31,9% com relação a 2019. As despesas gerais e administrativas representaram 6,8% da receita líquida em 2020, em comparação com 6,0% no ano anterior.

No ano, as despesas com vendas atingiram R$ 245,8 milhões, representando um crescimento de 22,5% com relação a 2020. As despesas com vendas representaram 6,8% das vendas brutas em 2021, em comparação com 6,9% no ano anterior. O indicador manteve-se resiliente aos patamares históricos com recorde de vendas impulsionado pela boa performance das vendas online.

A Companhia encerrou o ano de 2021 com prejuízo de R$191.5 milhões, que é 195.6% inferior ao resultado do ano anterior.

A tabela abaixo sumariza o desempenho dos principais indicadores operacionais e financeiros nos últimos três exercícios sociais:

R$ milhões	2021	2020	2019
Lançamentos (# unidades)	20.942	18.120	17.894
Lançamentos (VGV)	3.128,8	2.665,2	2.575,1
Banco de Terrenos (VGV)	12.392,3	10.974,5	10.619,4
Vendas Líquidas (VGV)	3.140,8	2.553,5	2.039,6
VSO Líquida (%)	64,8%	60,8%	56,3%
Receita Líquida	2.540,0	2.282,4	1.950,1
Margem Bruta Ajustada (%)	19,2%	32,2%	35,0%
Despesas com Vendas	(245,8)	(200,6)	(162,5)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas Gerais e Administrativas (G&A)	(188,1)	(154,4)	(117,1)
Lucro Líquido	(191,5)	200,3	263,5
Margem Líquida	-7,5%	8,8%	13,5%

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 27,4%, A redução do caixa livre impactado pelo consumo de caixa ancorou a alavancagem acima dos limites de -10% a +10% estipulados pela companhia.

(b) estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta todo o valor utilizado pela Companhia para financiar suas operações (capitalização total), segregado entre capital de terceiros (passivo circulante e não-circulante) e capital próprio (patrimônio líquido), expresso tanto em termos reais quanto em termos percentuais, para cada exercício social indicado:

R$ milhares	**2021**	**2020**	**2019**
Capital de Terceiros	3.228.869	2.718.598	2.126.776
Capital Próprio	1.212.628	1.518.121	1.351.709
Capitalização Total	**4.441.497**	**4.236.719**	**3.478.485**
Capital de Terceiros (% do total)	72,7%	64,2%	61,1%
Capital Próprio (% do total)	27,3%	35,8%	38,9%

A administração acredita que a estrutura de capital medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia mostrou-se, nos períodos indicados, uma estrutura de capital equilibrada.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia fechou o ano de 2021 com uma posição de caixa líquido (dívida líquida) de R$ -331,8 milhões, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R$ 1,06 bilhão, frente a uma dívida bruta total de R$ 1,4 bilhão e uma relação de dívida líquida sobre patrimônio líquido de 27,4%.

A tabela abaixo sumariza a posição de caixa bruto, dívida bruta, dívida por tipo e dívida líquida nos últimos três exercícios sociais:

R$ milhões	**2021**	**2020**	**2019**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa total	1.064,9	1.305,5	1.070,5
Dívida bruta	(1.396,8)	(1.157,1)	(870,4)
Financiamento à Construção (SFH)	(194,4)	(0,017)	(60,0)
Demais formatos de captação	(1.202,4)	(1.157,1)	(810,4)
Caixa líquido (dívida líquida)	**(331,8)**	**148,3**	**200,0**

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, refletidas ou não no balanço patrimonial, os Diretores acreditam haver liquidez adequada para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas nesta data.

Caso se entenda necessário, a Companhia possui estrutura e capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Na data deste formulário de referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de financiamentos de terceiros, incluindo as emissões de debêntures.

Em 2021, a Companhia encerrou o ano com R$ 194,4 milhões financiados pelo Sistema de Financiamento Imobiliário ("SFH"). Foram realizadas três emissões de debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 200.000.000,00 em março, R$ 200.000.000,00 em abril e R$ 150.000.000,00 em setembro. Foi realizado um financiamento bancário com a instituição China Bank, no montante de R$ 80.000.000,00.

Em 2020, a Companhia não tinha dívidas SFH. Foram realizados cinco financiamentos bancários com as seguintes instituições China bank, Itaú, BTG Pactual e Santander, no montante de R$ 331.405.443,13.

Em 2019, a Companhia encerrou o ano com R$ 60,0 milhões em SFH, uma redução de 41,9% em relação a 2018. Foram realizadas duas emissões de debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 150.000.000,00 e de R$ 200.000.000,00.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para financiar o capital de giro, a Companhia tem acesso ao crédito imobiliário concedido pelo agente financeiro no momento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da contratação dos empreendimentos dentro do SFH, com recursos oriundos do FGTS. Em 2019, a taxa de juros desta linha de financiamento foi equivalente a TR + 8,30% ao ano. Com a redução da taxa de juros básica da economia brasileira, a Companhia reduziu a utilização da linha e aumentou a captação de recursos no mercado de capitais de renda fixa, com o uso de instrumentos como debêntures e CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários). Para o caso de deficiências de liquidez, a Companhia pode retomar o financiamento imobiliário dentro do SFH, pode acessar o mercado de capitais de renda fixa ou estruturar dívidas bancárias com os principais agentes financeiros nacionais.

(f) níveis de endividamento e características das dívidas

(i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2021:

R$ milhões	Vencimento	Taxa (a.a.)	Saldo Devedor
CRI	Até 04/2028	CDI + 2,73%	230,4
Debênture	Até 09/2023	CDI + 1,75%	100,8
Debênture	Até 03/2024	CDI + 1,40%	153,2
Debênture	Até 12/2024	CDI + 1,30%	151,9
Debênture	Até 02/2026	CDI + 2,25%	205,4
Debênture	Até 09/2028	CDI + 1,85%	152,4
Financiamento bancário	Até 03/2024	CDI + 2,95%	208,4
SFH[1]	Até 07/2023	TR + 8,3%	194,4
Total:			**1.396,8**

[1] É representado pelos financiamentos tomados juntos à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas, coligadas. Estes contratos possuem garantias reais representadas pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis. Os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, sua amortização ocorre durante o período de repasse na planta e após a entrega. Após o período de obras e caso o contrato não esteja quitado, inicia-se um cronograma de amortizações.

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2020:

R$ milhões	Vencimento	Taxa (a.a.)	Saldo Devedor

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

CRI	Até 01/2021	CDI + 0,90%	321,2
Debênture	Até 09/2023	CDI + 1,75%	151,7
Debênture	Até 03/2024	CDI + 1,40%	150,9
Debênture	Até 12/2024	CDI + 1,30%	198,8
Financiamento bancário	Até 03/2024	CDI + 3,15%	334,5
Total:			**1.157,1**

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2019:

R$ milhões	**Vencimento**	**Taxa (a.a.)**	**Saldo Devedor**
CRI	Até 01/2021	CDI + 0,90%	306,4
Debênture	Até 09/2023	CDI + 1,75%	153,5
Debênture	Até 03/2024	CDI + 1,40%	152,3
Debênture	Até 12/2024	CDI + 1,30%	198,3
SFH[1]	Até 12/2023	TR + 8,30%	60,0
Total:			**870,4**

[1] É representado pelos financiamentos tomados juntos à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas, coligadas. Estes contratos possuem garantias reais representadas pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis. Os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, sua amortização ocorre durante o período de repasse na planta e após a entrega. Após o período de obras e caso o contrato não esteja quitado, inicia-se um cronograma de amortizações.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas destacadas no item (i) acima.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as dívidas da Companhia podem ser segregadas de acordo com a natureza de suas garantias, conforme abaixo:

R$ milhões	**2021**	**2020**	**2019**
Dívida bruta	**(1.396,8)**	**(1.157,1)**	**(870,4)**
Dívida com Garantia Real	(194,4)	(0,17)	(60,0)
Dívida com Garantia Flutuante	-	-	-
Dívida Quirografária	(1.202,4)	(1.157,0)	(810,4)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei n.º 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alteradas de tempos em tempos.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia é signatária de contratos que possuem cláusulas restritivas próprias da natureza das operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Cabe destacar que as debêntures emitidas pela Companhia possuem restrições relacionadas à observância, durante o período de vigência das debêntures, de "índices financeiros", conforme abaixo destacados:

No último exercício social, a Companhia cumpriu o indicador financeiro exigido pela 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (série única, no valor total de R$270.000), conforme demonstrado a seguir:

	2021
O índice de alavancagem líquida, calculado pelo total de dívida líquida corporativa (ex-financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH ou similares) dividido pelo patrimônio líquido, não deve exceder a 50%	11,2%

No último exercício social, a Companhia também cumpriu o indicador financeiro exigido pela (i) 7ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, de serie única no valor total de R$ 200.000; (ii) 8ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (serie única, no valor total de R$ 150.000); (iii) 9ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (serie única, no valor total de R$ 150.000); conforme demonstrado a seguir

	2021
O índice de alavancagem líquida, calculado pelo total de dívida líquida corporativa (ex-financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH ou similares) dividido pelo patrimônio líquido, não deve exceder a 15%	11,2%

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não estava descumprindo quaisquer cláusulas contratuais que impunham restrições de caráter obrigacional (*covenants* negativos).

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A modalidade de financiamento à construção, contratada pela Companhia no âmbito do SFH, tem seus recursos destinados às obras dos empreendimentos a que se referem. Os recursos contratados são liberados à Companhia conforme avanço

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

físico-financeiro das obras. Além disso, a Companhia pode fazer uso de outras fontes de financiamentos, como Cédulas de Créditos Bancários, liberados à Companhia no momento da contratação.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Consolidado da Companhia

R$ Milhares	2021	2020	2019	Análise Vertical 2021	Análise Horizontal 2021x2020	Análise Vertical 2020	Análise Horizontal 2020x2019	Análise Vertical 2019
Receita operacional líquida	2.539.954	2.282.369	1.950.098	**100,0%**	**11,3%**	**100,0%**	**17,0%**	**100,0%**
Custos operacionais	-2.088.664	-1.572.011	-1.302.023	**-82,2%**	**32,9%**	**-68,9%**	**20,7%**	**-66,8%**
Lucro bruto operacional	**451.290**	**710.358**	**648.075**	**17,8%**	**-36,5%**	**31,1%**	**9,6%**	**33,2%**
Despesas com vendas	-245. 808	-200.588	-162.525	**-9,7%**	**22,5%**	**-8,8%**	**23,4%**	**-8,3%**
Despesas gerais e administrativas	-188.112	-154.424	-117.117	**-7,4%**	**21,8%**	**-6,8%**	**31,9%**	**-6,0%**
Resultado de equivalência patrimonial	-6.801	-480	3.239	**0,3%**	**1316,9%**	**0,0%**	**-114,8%**	**0,2%**
Outras receitas/(despesas) líquidas	-100.999	-90.218	-80.941	**-4,0%**	**11,9%**	**-4,0%**	**11,5%**	**-4,2%**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e do	-90.430	264.648	290.731	**-3,6%**	**-134,2%**	**11,6%**	**-9,0%**	**14,9%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

imposto de renda e contribuição social								
Despesas financeiras	-97.753	-55.638	-52.439	**-3,8%**	**15,6%**	**1,4%**	**-162,1%**	**-2,7%**
Receitas financeiras	37.642	32.567	61.241	**1,5%**	**75,7%**	**-2,4%**	**-190,9%**	**3,1%**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**-150.541**	**241.577**	**299.533**	**-5,9%**	**-162,3%**	**10,6%**	**-19,3%**	**15,4%**
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	-44.229	-37.244	-31.265	**-1,7%**	**18,8%**	**-1,6%**	**19,1%**	**-1,6%**
(Despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferido	-1.819	-4.613	-3.855	**-0,1%**	**-60,6%**	**-0,2%**	**19,7%**	**-0,2%**
Total de (despesas) receitas com impostos	-46.048	-41.857	-35.120	**-1,8%**	**10,0%**	**-1,8%**	**19,2%**	**-1,8%**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**-196.589**	**199.720**	**264.413**	**-7,7%**	**-198,4%**	**8,8%**	**-24,5%**	**13,6%**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível à participação de acionistas não controladores	-5.112	-597	869	**-0,2%**	**756,3%**	**0,0%**	**-168,7%**	**0,0%**
Lucro	**-191.477**	**200.317**	**263.544**	**-7,5%**	**-195,6%**	**8,8%**	**-24,0%**	**13,5%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(prejuízo) líquido do exercício atribuível a controladora								

Resultados Operacionais referentes ao exercício de 2021 comparados com 2020:

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida encerrou o ano de 2021 totalizando R$ 2,54 bilhão, em relação aos R$ 2,28 bilhão no período anterior, representando um aumento de 11,3%. Em 2021, a receita líquida foi influenciada principalmente pelo recorde de vendas realizadas.

Custos de Incorporação e Vendas de Imóvel

Os custos de incorporação e vendas de imóvel e permuta física em 2021 totalizou R$ 2,09 bilhão, em comparação com R$ 1,57 bilhão no mesmo período findo em 2020, representando um aumento de 32,9%. O aumento veio principalmente em razão da revisão orçamentária ocorrida em 2021.

Resultado Bruto

O lucro bruto no ano de 2021 foi de R$ 451,3 milhões, em comparação com R$ 710,4 milhões em 2020, representando uma queda de 36,5%. A margem bruta sofreu variação negativa de 13,4 pontos percentuais em comparação com os 31,1% em 2020, encerrando 2021 em 17,8%. A redução no resultado e na margem bruta ao longo do ano foi impactada negativamente pelos efeitos da revisão orçamentária.

Despesas com Vendas

No acumulado de 2021, as despesas com vendas somaram R$ 245,8 milhões, tendo sido 22,5% maior do que no ano anterior, representando 9,7% da receita operacional líquida no ano, ou seja, um aumento de 0,9% pontos percentuais em relação a 2020 devido principalmente aos recordes registrados em vendas ao longo do ano.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas ("G&A") totalizaram R$ 188,1 milhões em 2021 frente a R$ 154,4 milhões em 2020, representando um aumento de 21,8%. O aumento do G&A decorre, principalmente, da necessidade de medidas emergenciais tomadas durante a pandemia do Covid-19, principalmente com TI viabilizando o trabalho remoto de todos os colaboradores.

Outras Receitas/(Despesas) líquidas

A conta de outras receitas/despesas líquidas totalizou R$ -100,9 milhões em 2021. O saldo manteve-se praticamente estável em comparação a 2020 (R$ -90,2 milhões).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado de Equivalência Patrimonial

Os resultados de equivalência patrimonial totalizaram valor negativo de R$ 6,8 milhões em 2021 frente a um valor negativo de R$ 0,5 milhão em 2020, devido ao impacto negativo gerado no resultado das SPE's ao longo de 2021.

Resultado Financeiro

Em 2021, o resultado financeiro totalizou R$ -60,1 milhões, sendo 160% maior do que em 2020, quando tivemos um impacto negativo de R$ 23,1 milhões. Esse impacto negativo é explicado pela revisão orçamentária e cenário macroeconômico global.

Despesa com IR e Contribuição Social e IR Diferido

No ano de 2021, o imposto de renda, contribuição social e impostos corrente e diferidos totalizaram uma despesa de R$ 46,1 milhões, comparado aos R$ 41,9 milhões reportados em 2020. A variação positiva de 10% deve-se principalmente ao crescimento de vendas.

Lucro Líquido (Prejuízo)

A Companhia encerrou o ano de 2021 com lucro líquido de R$ -191,5 milhões, comparado com o lucro líquido de R$ 200,3 milhões de 2020.

Resultados Operacionais referentes ao exercício de 2020 comparados com 2019:

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida encerrou o ano de 2020 totalizando R$ 2,28 bilhão, em relação aos R$ 1,95 bilhão no período anterior, representando um aumento de 17,0%. Em 2020, a receita líquida foi influenciada pelo recorde de repasses registrados em 2020.

Custos de Incorporação e Vendas de Imóvel

Os custos de incorporação e vendas de imóvel e permuta física em 2020 totalizou R$ 1,57 bilhão, em comparação com R$ 1,30 bilhão no mesmo período findo em 2019, representando um aumento de 20,7%. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

Resultado Bruto

O lucro bruto no ano de 2020 foi de R$ 710,4 milhões, em comparação com R$ 648,1 milhões em 2019, representando um aumento de 9,6%. A margem bruta sofreu variação negativa de 2,1 pontos percentuais em comparação com os 33,2% em 2019, encerrando 2020 em 31,1%. A redução na margem ao longo do ano foi impactada negativamente pelos efeitos da pandemia.

Despesas com Vendas

No acumulado de 2020, as despesas com vendas somaram R$ 200,6 milhões, tendo sido 23,4% maior do que no ano anterior, representando 6,9% das vendas brutas no ano - ou seja, uma queda de 0,4 pontos percentuais em relação a 2019

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

devido aos recordes registrados em vendas ao longo do ano.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 154,4 milhões em 2020 frente a R$ 117,1 milhões em 2019, representando um aumento de 32%. O aumento do G&A decorre, principalmente, da necessidade de medidas emergenciais tomadas durante a pandemia do Covid-19, principalmente com TI viabilizando o trabalho remoto de todos os colaboradores.

Demais Despesas Operacionais

A conta de outras receitas e despesas operacionais totalizou R$ 67,8 milhões em 2020, representando um aumento de 12% em comparação a 2019 (R$ 60,5 milhões).

Resultado de Equivalência Patrimonial

Os resultados de equivalência patrimonial totalizaram valor negativo de R$ 0,5 milhões em 2020 frente a um valor positivo de R$ 3,2 milhões em 2019.

Resultado Financeiro

Em 2020, o resultado financeiro totalizou negativo 23,07 milhões, inferior ao saldo positivo de R$ 8,80 milhões em 2019, em função da posição de caixa líquido da Companhia em 2020 e das piores condições de juros para captação de dívidas, reflexo da pandemia.

Provisão para IR e Contribuição Social e IR Diferido

No ano de 2020, o imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos totalizaram uma despesa de R$ 41,9 milhões, comparado aos R$ 35,1 milhões reportados em 2019.

Lucro Líquido (Prejuízo)

A Companhia encerrou o ano de 2020 com lucro líquido desconsiderando minoritários de R$ 200,3 milhões, comparado com o lucro líquido de R$ 263,5 milhões de 2019.

R$ milhares	2021	2020	2019	Análise Vertical 2021	Análise Horizontal 2021x2020	Análise Vertical 2020	Análise Horizontal 2020x2019	Análise Vertical 2019
Ativo								
Ativo Circulante								
Caixas e equivalentes de caixa	87.074	69.735	48.353	2,0%	24,9%	1,6%	44,2%	1,39%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Títulos e valores mobiliários	977.870	1.235.719	1.022.099	22,0%	-20,9%	29,2%	20,9%	29,38%
Contas a Receber	601.886	562.971	406.599	13,6%	6,9%	13,3%	38,5%	11,69%
Imóveis destinados à venda	978.450	777.719	955.589	22,0%	25,8%	18,4%	-18,6%	27,47%
Partes relacionadas	3.276	3.452	3.051	0,1%	-5,1%	0,1%	13,1%	0,09%
Outros ativos	167.380	109.300	70.675	3,8%	53,1%	2,6%	54,7%	2,03%
Total ativo circulante	**2.815.936**	**2.758.896**	**2.506.366**	**63,4%**	**2,1%**	**65,1%**	**10,1%**	72,05%
Ativo Não Circulante								
Contas a Receber	492.085	348.825	218.543	11,1%	41,1%	8,2%	59,6%	6,28%
Imóveis destinados à venda	798.667	875.204	536.975	18,0%	-8,7%	20,7%	63,0%	15,44%
Partes relacionadas	39.031	39.044	37.421	0,9%	2,6%	0,9%	1,7%	1,08%
Investimentos	32.236	41.989	42.592	0,7%	-23,2%	1,0%	-1,4%	1,22%
Imobilizado	202.262	122.010	79.434	4,6%	5,1%	2,9%	53,6%	2,28%
Intangível	32.027	21.224	22.450	0,7%	50,9%	0,5%	-5,5%	0,65%
Total ativo não circulante	**1.625.561**	**1.477.823**	**972.119**	**36,6%**	**10,0%**	**34,9%**	**52,0%**	**27,95%**
Total do ativo	**4.441.497**	**4.236.719**	**3.478.485**	**100,0%**	**4,8%**	**100,0%**	**21,8%**	**100,00%**
Passivo								

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos	207.127	175.615	8.517	4,7%	17,9%	4,1%	1961,9%	0,24%
Debêntures	137.727	424.051	5.598	3,1%	-67,5%	10,0%	100,0%	0,16¨%
Fornecedores	110.842	38.150	38.926	2,5%	190,5%	0,9%	-2,0%	1,12%
Impostos e contribuições	32.591	23.551	30.048	0,7%	-41,7%	1,3%	86,1%	0,86%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Salários, encargos sociais e participações	68.478	55.926	49.265	0,6%	190,8%	0,6%	-52,2%	1,42%
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes	554.292	370.839	340.862	12,5%	49,5%	8,8%	8,8%	9,80%
Provisões para demandas judiciais e distratos a pagar	7.738	4.155	8.294	0,2%	86,2%	0,1%	-49,9%	0,24%
Partes relacionadas	25.654	24.639	23.681	0,6%	4,1%	0,6%	4,0%	0,68%
Provisão para perda investimento	5.956	5.458	5.705	0,1%	9,1%	0,1%	-4,3%	0,16%
Dividendos a Pagar	122	17.177	18.175	0,0%	-99,3%	0,4%	100,0%	0,52%
Outras contas a pagar	130.279	76.805	46.919	2,7%	71,2%	1,7%	51,7%	1,35%
Total passivo circulante	**1.280.806**	**1.216.366**	**578.971**	**28,8%**	**5,3%**	**28,7%**	**110,1%**	16,64%
Passivo Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	195.675	158.926	51.499	4,4%	23,1%	3,8%	208,6%	1,48%
Debêntures	856.228	398.525	804.822	19,3%	114,8%	9,4%	-50,5%	23,14%
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes	801.231	806.598	602.386	18,0%	-0,7%	19,0%	33,9%	17,32%
Provisões para demandas judiciais e distratos a pagar	33.756	32.317	28.685	0,8%	4,5%	0,8%	12,7%	0,82%
Tributos diferidos	17.251	15.656	11.794	0,4%	10,2%	0,4%	32,7%	0,34%
Outras contas a pagar	9.713	54.094	30.921	0,2%	-82,0%	1,3%	74,9%	0,89%
Total passivo não circulante	**1.948.063**	**1.502.232**	**1.547.805**	**43,9%**	**29,7%**	**35,5%**	**-2,9%**	**44,50%**
Patrimônio Líquido								
Capital Social	1.095.511	1.095.511	1.095.511	24,7%	0,0%	25,9%	0,0%	31,49%
Reserva de Capital	6.392	35.642	33.531	0,1%	-82,1%	0,8%	6,3%	0,96%
Reserva de Lucros	285.269	476.746	324.004	6,4%	-40,2%	11,3%	100,0%	9,31%
Ações em Tesouraria	-158.995	-90.269	-102.425	-3,6%	76,1%	-2,1%	100,0%	-2,94%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	1.203.413	1.517.630	1.350.621	27,1%	-20,7%	35,8%	12,4%	38,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Participação dos Acionistas Não Controladores	9.215	491	1.088	0,2%	1776,8%	0,0%	-54,9%	0,03%
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.441.497**	**4.236.719**	**3.478.485**	**100,0%**	**4,8%**	**100,0%**	**21,8%**	**100,00%**

Balanço Patrimonial referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2021 comparado com 2020:

Ativo

Caixa,

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários – Circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2021, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$ 87,1 milhões, representando um aumento de 25% frente aos R$ 69,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento foi devido as contratações de empréstimos no decorrer de 2021, principalmente no 1º, 2º e 3º trimestre.

Contas a receber de incorporação e serviços prestados – Circulante e Não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de clientes por incorporação de imóveis, circulante e não circulante, totalizou R$ 1,1 bilhão, comparado a R$ 911,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 20%. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

Todos os saldos de contas a receber aqui apresentados estão deduzidos pelo ajuste a valor presente conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 "Ajuste a valor presente".

Imóveis a Comercializar e Terrenos Destinados a Venda – Circulante e Não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de imóveis a comercializar, circulante e não circulante, totalizou R$ 1,78 bilhão, comparado a R$ 1,65 bilhão em 2020. Esse aumento de 7,9% deve-se, sobretudo, ao maior número de terrenos no *landbank*.

Partes relacionadas – Circulante e Não Circulante

O saldo de partes relacionadas, circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 42,3 milhões, comparado a R$ 42,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esta redução é reflexo da queda nas transações entre a Companhia e suas coligadas.

Investimentos em participações societárias

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de investimentos em participações societárias totalizou R$ 32,2 milhões, comparado a R$ 42 milhões ao final de 2020. Esta redução se deve ao aumento do resultado de equivalência explicado acima.

Passivo

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o total do endividamento da Companhia era de R$ 1,4 bilhão, comparado a R$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 20,7% na comparação anual. Esta variação deve-se, sobretudo, à aquisição das linhas de crédito no decorrer de 2021.

Fornecedores

O saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 110,8 milhões, ante o saldo de R$ 38,1 milhões verificado em 31 de dezembro de 2020. O aumento de 190% foi devido a antecipação de materiais que fizemos ao longo do ano.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes da Companhia, circulante e não circulante, totalizaram R$ 1,4 bilhão, em comparação ao mesmo período de 2020, que totalizou R$ 1,2 bilhão. Aumento de 15% devido a aquisição de novos terrenos.

Obrigações trabalhistas e tributárias

O saldo de obrigações trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 118,3 milhões, comparado com um saldo de R$ 95,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 24% entre os dois períodos.

Provisão para demandas judiciais e distratos a pagar

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para contingências e distratos a pagar totalizavam R$41,5 milhões, comparado ao saldo de R$ 36,4 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Partes relacionadas – Circulante

O saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 25,7 milhões, aumento de 4% em relação ao saldo de R$ 24,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, reflexo do aumento nas transações entre a Companhia e suas coligadas.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R$ 1,21 bilhão, comparado a um saldo de R$ 1,52 bilhão em 31 de dezembro de 2020, em razão dos motivos expostos acima.

Demais contas

As demais contas do balanço patrimonial da Companhia não abordadas nas análises sofreram variações normais do curso dos negócios da Companhia ou não possuem relevância face ao total do balanço patrimonial consolidado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2020 comparado com 2019:

Ativo

Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários – Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$ 1,3 bilhão, representando um aumento de 22% frente aos R$ 1,07 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento foi devido as contratações de empréstimos no decorrer de 2020, principalmente no 2º e 3º trimestre.

Contas a receber de incorporação e serviços prestados – Circulante e Não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de clientes por incorporação de imóveis, circulante e não circulante, totalizou R$ 911,7 milhões, comparado a R$ 625 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 45,9%. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

Todos os saldos de contas a receber aqui apresentados estão deduzidos pelo ajuste a valor presente conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 "Ajuste a valor presente".

Imóveis a Comercializar e Terrenos Destinados a Venda – Circulante e Não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imóveis a comercializar, circulante e não circulante, totalizou R$ 1,60 bilhão, comparado a R$ 1,50 bilhão em 2019. Esse aumento de 10,7% deve-se, sobretudo, ao maior número de terrenos no *landbank*.

Partes relacionadas – Circulante e Não Circulante

O saldo de partes relacionadas, circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 41,5 milhões, comparado a R$ 40,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é reflexo do aumento nas transações entre a Companhia e suas coligadas.

Investimentos em participações societárias

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de investimentos em participações societárias totalizou R$ 41,9 milhões, comparado a R$ 42,5 milhões ao final de 2019. Esta redução se deve ao aumento do resultado de equivalência explicado acima.

Passivo

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o total do endividamento da Companhia era de R$ 1,2 bilhão, comparado a R$ 870,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 32,9% na comparação anual. Esta variação deve-se, sobretudo, à aquisição das linhas de crédito no decorrer de 2020 R$ 330 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fornecedores

O saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 38,1 milhões, ante o saldo de R$ 38,9 milhões verificado em 31 de dezembro de 2019. O saldo manteve-se em linha nos dois períodos.

Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes da Companhia, circulante e não circulante, totalizaram R$ 1,2 bilhão, em comparação ao mesmo período de 2019, que totalizou R$ 943 milhões. Aumento de 24,8% devido a aquisição de novos terrenos.

Obrigações trabalhistas e tributárias

O saldo de obrigações trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 95,3 milhões, comparado com um saldo de R$ 91,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 4,6% entre os dois períodos.

Provisão para demandas judiciais e distratos a pagar

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para contingências e distratos a pagar totalizavam R$36,4 milhões, comparado ao saldo de R$ 37,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. O saldo manteve-se em linha nos dois períodos.

Partes relacionadas – Circulante

O saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 24,6 milhões, aumento de 4% em relação ao saldo de R$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, reflexo do aumento nas transações entre a Companhia e suas coligadas.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R$ 1,51 bilhão, comparado a um saldo de R$ 1,35 bilhão em 31 de dezembro de 2019, em razão dos motivos expostos acima.

Demais contas

As demais contas do balanço patrimonial da Companhia não abordadas nas análises sofreram variações normais do curso dos negócios da Companhia ou não possuem relevância face ao total do balanço patrimonial consolidado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de Caixa Consolidado da Companhia

R$ milhares	2021	2020	2019
Caixa líquido das atividades operacionais	-163.657	93.979	68.810
Caixa líquido das atividades de investimento	138.446	-249.787	-209.156
Caixa líquido das atividades de financiamento	42.550	177.190	154.412
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	**17.339**	**21.382**	**14.066**

Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado com 2020:

Atividades Operacionais

Em 2021, o caixa gerado nas operações totalizou R$ -164 milhões, em comparação ao caixa gerado de R$ 94 milhões em 2020. Queda de 274% deve-se, principalmente, ao menor gasto com obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes.

Atividades de Investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 138,4 milhões, em comparação à aplicação de R$ -249,8 milhões em 2020. A variação negativa é explicada pelas aplicações líquidas (isto é, aplicações menos resgates) em títulos e valores mobiliários em 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento totalizou R$ 42,5 milhões, na comparação com R$ 177,2 milhões no mesmo período de 2020, devido principalmente ao menor volume de recompra de ações e maior contratação de empréstimos.

Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com 2019:

Atividades Operacionais

Em 2020, o caixa gerado nas operações totalizou R$ 94 milhões, em comparação ao caixa gerado de R$ 68,9 milhões em 2019. Aumento de 36,6% deve-se, principalmente, ao menor gasto com obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes.

Atividades de Investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 249,8 milhões, em comparação à aplicação de R$ 209,2 milhões em 2019. A variação negativa é explicada pelas aplicações líquidas (isto é, aplicações menos resgates) em títulos e valores mobiliários em 2020.

Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento totalizou R$ 177,2 milhões, na comparação com R$ 154,4 milhões no mesmo período de 2019, devido principalmente ao menor volume de recompra de ações e maior contratação de empréstimos.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) resultados das operações da Companhia

R$ milhares	2021	2020	2019
Incorporação, venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção	2.618.309	2.358.942	2.005.329
Provisão para devedores duvidosos e distratos	-41.600	-39.645	-18.333
Deduções da receita bruta	-36.755	-36.928	-36.898
Total receita líquida	**2.539.954**	**2.282.369**	**1.950.098**

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios

sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é representada, principalmente, pelas receitas de incorporação e pelas vendas de empreendimentos imobiliários.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 11,3% em relação ao mesmo período de 2020, em linha com o crescimento operacional da Companhia ao longo desses períodos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 17,0% em relação ao mesmo período de 2019, em linha com o crescimento operacional da Companhia ao longo desses períodos. O volume recorde de repasses no ano foi fundamental para a melhora da receita.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 16,0% em relação às receitas de mesmo período de 2018, em linha com o crescimento operacional da Companhia ao longo desses períodos. Além disso, mudanças nos processos internos de cobrança (tais como ajustes nos incentivos e implementação de sistemas mais robustos) resultaram em reversões de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"), evento não-recorrente que impactou positivamente a receita líquida nos 3 (três) últimos trimestres

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de vendas. Nos contratos de venda, nossos créditos perante clientes são, em sua maior parte, reajustados por índices oficiais de inflação até a entrega das chaves (durante a fase de construção) e após a concessão do "Habite-se" (pós-construção). As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios (lançamentos e vendas) bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC que, em geral, indexa os custos de construção pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária, caso haja descasamento entre o INCC e os preços de insumos.

Atualmente a companhia não possui exposição direta em moedas estrangeiras, de forma que todo risco cambial se aplica de forma indireta e pode ser representado pelos riscos macroeconômicos da economia brasileira.

A variação na taxa de juros poderá afetar o custo do financiamento imobiliário e influenciar a demanda por nossos produtos. Também poderá afetar (i) nosso custo de financiamento a produção e, desta forma, impactar nos custos de construção de nossos projetos e (ii) as demais dívidas que a companhia possui ou poderá vir a contratar.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia atua com foco no segmento de baixa renda do mercado imobiliário residencial nacional. Nesse sentido, a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, nos três últimos exercícios sociais, introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante de forma a promover impacto nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve eventos ou operações não usuais que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, uma vez que não houve modificações nas práticas contábeis implementadas pela Companhia capazes de ocasionar impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não contêm ressalvas. Tendo em vista não ter havido quaisquer ressalvas a Diretoria não possui comentários.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, contém ênfase relacionada ao fato de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram, adicionalmente, a orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) emitida pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre a transferência do controle do ativo na venda de unidade imobiliária não concluída. A opinião dos auditores independentes não está modificada em função desse assunto.

A Administração da Companhia entende que tal parágrafo de ênfase é padronizado entre as empresas de auditorias e alinhado com as entidades do setor de incorporação imobiliária e órgãos reguladores em função da aplicação da Orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 02, 2018, em adição às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e não possuem comentários adicionais às ênfases em questão. Os auditores reforçaram ainda que a opinião deles não está modificada em função deste assunto.

Em 10 de março de 2022, a Deloitte emitiu o relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 11 de março de 2021, a Deloitte emitiu o relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Em 19 de março de 2020, a Deloitte emitiu o relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Especificamente, as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) emitida pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre a transferência do controle do ativo na venda de unidade imobiliária não concluída.

Os diretores entendem que a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Elencamos a seguir as políticas contábeis das transações mais relevantes que envolvem o exercício de julgamentos da administração:

Perdas estimadas com créditos de clientes e provisão para distratos

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da perda para créditos estimados de liquidação duvidosa e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e esperadas, na busca pelas melhores estimativas.

Para determinar a perda esperada a Companhia utiliza as seguintes informações:

- Histórico de perdas de clientes:
  - Estimativa esperada de perda de créditos de clientes adimplentes; e
  - Ajustes de dados observáveis atuais das condições de cada cliente, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

A Companhia constitui perda esperada de créditos de liquidação duvidosa e distratos para os clientes que apresentem intenções de formalização de distratos, estão em risco significativo de distrato e para clientes adimplentes. Essa perda é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. Na busca pela melhor probabilidade de perda são analisadas todas as informações disponíveis de julgados anteriores (jurisprudência), na avaliação dos advogados externos e no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o reconhecimento da receita.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

i) *Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivo*

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

ii) *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

iii) *Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

iv) *Contratos de construção não terminada*

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, além de serviços contratados para obras já em andamento, cujas movimentações financeiras estão apropriadamente refletidas no balanço patrimonial, conforme o avanço físico da obra.

v) *Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2021.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) natureza e propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de Negócios

(a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos).

O modelo de negócios da Companhia é baseado em uma abordagem industrial da construção civil, ancorada em três pilares: produtos padronizados, coordenação entre atores e continuidade produtiva.

- O foco em habitação popular permitiu à Companhia o desenvolvimento de produtos padronizados, o que permite a busca por ganhos de escala e melhoria contínua. A Companhia atua com uma única SKU nos prédios sem elevador;

- A Companhia atua exclusivamente em regiões metropolitanas do Brasil, onde a formação anual de famílias garante uma demanda constante e permite à Companhia construir de forma eficiente, com o uso de formas de alumínio (o que garante maior controle dos projetos desenvolvidos) e mão-de-obra própria (quase todas as atividades relacionadas à estrutura dos edifícios são feitas por funcionários contratados diretamente pela Companhia);

- Quebrando paradigmas da construção civil, a Companhia criou o conceito de linhas de produção (em substituição à produção em batelada), trazendo conceitos da Engenharia de Produção para a Engenharia Civil.

A melhoria contínua, advinda da abordagem industrial, permite a redução do custo de construção, o que viabiliza a oferta de produtos mais acessíveis na comparação com os peers. Com preços mais baixos, a Companhia garante uma velocidade de vendas superior, o que traz um ganho de escala que retroalimenta os benefícios da abordagem industrial e permite crescimento e geração de valor.

A Companhia estima que irá investir anualmente em pesquisa e desenvolvimento o equivalente a 1% da receita líquida.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em dezembro de 2021, foi inaugurada a fábrica do nosso modelo off-site, conforme melhor explicitamos ao longo deste item 10.8.

(c) novos produtos e serviços

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em evento realizado com investidores no dia 10 de dezembro de 2019 (Tenda Day), a Companhia anunciou a intenção de viabilizar a construção em fábrica (ou "offsite construction") como forma de atender à demanda por habitação popular em cidades pequenas e médias. Hoje, o modelo de negócios é focado na construção com formas de alumínio como forma de garantir maior competitividade de custos, mas a atuação acaba restrita às maiores regiões metropolitanas do país.

Para viabilizar o modelo de negócios offsite e liderar a industrialização da construção civil no Brasil, a Companhia deve investir na validação de conceitos (produtos e tecnologias construtivas) ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022. Espera-se iniciar o scale-up desse novo modelo de negócio a partir de 2023.

10.8 - Plano de Negócios

Em evento realizado com investidores no dia 16 de dezembro de 2020 (Tenda Day), a Companhia anunciou a compra de uma fábrica com início de operação planejado para o 2º semestre de 2021, localizada em Jaguariúna, cidade do interior de São Paulo.

Em evento realizado no dia 09 de dezembro de 2021 (Tenda Day), divulgamos oficialmente a inauguração da fábrica em Jaguariúna. A fábrica tem capacidade plena de 10 mil unidades por ano, volume que ambicionamos atingir em 5 anos (2026).

ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

A Companhia estima que irá investir anualmente em pesquisa e desenvolvimento o equivalente a 1% da receita líquida.

A Companhia estima também que são esperados consumos de caixa de R$ 300-400 milhões entre 2020 e 2024 no modelo offsite, sendo de R$ 150-200 milhões em Capex e R$ 150-200 milhões em despesas operacionais promissores.

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Modelo offsite se caracteriza pelo canteiro localizado fora da obra. No caso da Tenda, decidimos iniciar o modelo construindo casas por meio do método construtivo wood-frame. Mais detalhes do projeto já divulgados ao longo deste item 10.8.

iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia estima que são esperados consumos de caixa de R$ 300-400 milhões entre 2020 e 2024 no modelo offsite, sendo de R$ 150-200 milhões em Capex e R$ 150-200 milhões em despesas operacionais.

v) viabilização do modelos de negócios offsite

Para viabilizar o modelo de negócios offsite e liderar a industrialização da construção civil no Brasil, a Companhia deve investir na validação de conceitos (produtos e tecnologias construtivas) ao longo de 2022. Encontrando alternativas viáveis, espera-se iniciar o scale-up dos modelos comprovados a partir de 2023.

10.9. Outros Fatores com Influência Relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Tendo em vista que projeções e estimativas não foram divulgadas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

a) Objeto das projeções

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

b) Período projetado e prazo de validade da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

11.2. Acompanhamento e Alterações das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Tendo em vista que projeções e estimativas não foram divulgadas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia

a) Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por no mínimo cinco e no máximo sete conselheiros, dos quais, no mínimo dois ou 20%, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e por uma Diretoria, formada por no mínimo dois e no máximo vinte diretores. Os conselheiros possuem mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição, e os diretores possuem mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição.

O Estatuto Social da Companhia admite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês de assessoramento destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, cuja composição e atribuições específicas são definidas pelo próprio Conselho de Administração.

Nesse sentido, o Estatuto Social prevê a existência obrigatória de um Comitê de Pessoas (anteriormente denominado Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa), formado por pelo menos três membros, conforme definido no Estatuto Social. Além disso, a partir de 2019, conforme determinação do Regulamento do Novo Mercado, também é previsto no Estatuto Social da Companhia o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo três membros, sendo que ao menos um deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Além dos comitês estatutários obrigatórios previstos acima, a Companhia possui atualmente os seguintes comitês de assessoramento do Conselho de Administração: Comitê Executivo de Investimentos, Comitê Executivo de Ética e Comitê Executivo de Regulação e Estratégia

Dentre as estruturas internas da Companhia, cabe ressaltar as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, áreas diretamente envolvidas na política de gerenciamento de riscos da Companhia, atuando conjuntamente com o Comitê de Auditoria, principalmente, além da Diretoria e do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal da Companhia é órgão obrigatório, de funcionamento permanente, tendo sua instalação sido deliberada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de julho de 2020 e seu funcionamento permanente deliberado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de agosto de 2021, formado por três membros efetivos e igual número de suplentes.

Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração encontra-se no item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei e pelo Estatuto Social da Companhia:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(b) definir as diretrizes estratégicas que devem nortear a elaboração do orçamento anual e do plano de negócios da Companhia, a serem elaborados pela diretoria;

(c) aprovar o orçamento anual operacional e o plano de negócios da Companhia, bem como quaisquer eventuais alterações dos mesmos (sendo certo que, enquanto não for aprovado novo orçamento ou plano, o orçamento ou plano previamente aprovado prevalecerá);

(d) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, na forma do disposto no art. 13 do Estatuto Social;

(e) indicar chapa para a eleição do Conselho de Administração;

(f) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social e garantindo que os cargos sejam sempre ocupados por pessoas preparadas, familiarizadas com as atividades da Companhia e de suas controladas, e aptas a implementar seus planos de negócios, seus objetivos de longo prazo, e a garantir a continuidade da Companhia;

(g) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;

(h) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) dos administradores e dos ocupantes de cargos de direção da Companhia;

(i) orientar os votos relacionados à remuneração global dos administradores a serem proferidos pelo representante da Companhia nas assembleias gerais das sociedades de que a Companhia participe, exceto as subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico;

(j) de acordo com plano aprovado pela assembleia geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga da opção de compra ou na subscrição das ações;

(k) convocar a assembleia geral;

(l) submeter à assembleia geral proposta de alteração do Estatuto Social;

(m) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria, bem como autorizar a distribuição de dividendos intermediários;

(n) atribuir aos administradores da Companhia a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, incluindo balanços intermediários, respeitadas as limitações e disposições estatutárias e legais;

(o) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(p) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, definindo ainda se será concedida preferência na subscrição aos acionistas na hipótese previstas no Estatuto Social;

(q) deliberar sobre a emissão de debêntures de quaisquer espécies e características e com quaisquer garantias, observado, no caso de debêntures conversíveis em ações, o limite de autorização para emissão de ações ordinárias previsto no Estatuto Social;

(r) aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, ressalvadas as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral;

(s) aprovar os negócios ou contratos de qualquer natureza entre a Companhia e seus acionistas e/ou administradores, bem como entre a Companhia e os sócios controladores, direta ou indiretamente, dos acionistas da Companhia, exceto se previsto no orçamento anual ou no plano de negócios então em vigor;

(t) autorizar previamente, perante as instituições financeiras, a celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos, observando os critérios, bem como as exceções, previstos no Estatuto Social da Companhia;

(u) autorizar a aquisição, alienação, transferência, cessão, oneração ou outra forma de disposição, a qualquer título,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

incluindo conferência ao capital de outra sociedade, de parte substancial do ativo não-circulante da Companhia, como tal entendendo-se o conjunto de ativos da Companhia sobre os quais a sua atividade está baseada, exceto nas situações previstas no Estatuto Social da Companhia;

(v) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

(w) manifestar-se previamente, tornando público o seu parecer e atendendo às regras dispostas no Estatuto Social, sobre os termos de qualquer oferta pública tendo por objeto a aquisição das ações de emissão da Companhia, seja tal oferta formulada na forma da lei ou da regulamentação vigente; e

(x) analisar, no mínimo anualmente, relatório resumido elaborado pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Diretoria

A diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. A composição da Diretora Executiva encontra-se no item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

As atribuições específicas de cada diretor da Companhia encontram-se detalhadas nesse documento.

Auditoria Interna

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna com atuação independente desde 2009, responsável pela análise objetiva e conclusiva dos riscos dos processos, atividades críticas e controles internos. O escopo de avaliação da Auditoria Interna contempla aspectos relacionados à integridade, adequação, eficiência e conformidade com procedimentos, regras e políticas que podem ser internas ou externas.

A área de Auditoria Interna reporta diretamente para o Comitê de Auditoria, seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa. Para a execução dos trabalhos, a área também conta com o suporte especializado da KPMG.

Dentre as principais atribuições da referida área, destacam-se:

(a) avaliação (*assurance*): Reporte de uma opinião ou conclusão independente a respeito de uma entidade, operação, função, processo ou sistema. A natureza e o escopo dos trabalhos de avaliação (*assurance*) são determinados pelo auditor interno com base na análise geral de riscos da Companhia, que é atualizada anualmente;

(b) *compliance*: Auxílio à Administração no processo de conformidade com as Leis Anticorrupção (Lei nº 12.846/13 no Brasil e FCPA - *Foreign Corruption Practice Act* nos Estados Unidos),

(c) monitoramento de indicadores/Planos de Ação: Processamento e análise de indicadores de riscos dos processos, com base nas informações dos sistemas de informação da Companhia, além do acompanhamento dos planos de ação definidos nos relatórios de auditoria; e

(d) Ouvidoria/Canal Confidencial: O processo para tratamento de questões éticas e irregularidades é suportado por uma função estruturada, através de um canal confidencial independente, disponível para os funcionários e para terceiros, além de recursos alocados exclusivamente com este fim.

Controles Internos

A área de Controles Internos da Companhia foi implementada em 2012, subordinada ao Diretor Executivo Financeiro. Os controles internos são entendidos como quaisquer ações, métodos ou procedimentos adotados pela Companhia, compreendendo tanto a Administração (*Entity Level Controls*) como os níveis operacionais apropriados.

Dentre as principais atribuições da referida área, destacam-se:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) garantir a eficiência e adequação dos controles internos da Companhia, do ambiente do seu controle, das atividades de controle, aderência as normas e transparência para a Companhia, por meio de suporte às auditorias interna e externa, suporte aos donos de processos e participação em projetos relevantes, de forma a garantir que as informações fornecidas pelos relatórios e sistemas corporativos são confiáveis e que as leis, regulamentos e normas pertinentes estão sendo cumpridas;

(b) analisar e atualizar as matrizes de riscos e controles com o objetivo de registrar os processos, etapas e atividades das unidades de negócio; e

(c) analisar continuamente os processos, procedimentos, controles internos e riscos.

Com vistas a assegurar a qualidade dos controles internos da Companhia, a administração e a gerência da área planejam, organizam, e controlam o desempenho da eficácia dos controles internos de maneira a possibilitar com razoável certeza o atingimento dos objetivos e metas estabelecidas. A área de Controles Internos, assim como as demais áreas da Companhia, possui metas individuais pré-estabelecidas, todas relativas à performance da respectiva área e da Companhia e a definição e avaliação das metas são realizadas pelo Diretor responsável.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem caráter permanente, conforme artigo 38 do Estatuto Social da Companhia. A composição do Conselho Fiscal encontra-se no item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei e pelo Estatuto Social da Companhia:

(a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

(b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;

(c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

(e) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

(f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

(g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

(h) exercer as atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

(i) solicitar, a pedido de qualquer de seus membros, aos auditores independentes, esclarecimentos ou informações, e a apuração de fatos específicos; e

(j) fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência.

As atribuições do Conselho Fiscal são aquelas definidas no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações e no Regimento Interno.

A Diretoria da Companhia participa das reuniões do Conselho Fiscal, sempre que solicitado, para prestar os esclarecimentos necessários e os membros do Conselho Fiscal possuem acesso ilimitado ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, sempre que entendem ser necessária uma interação com estes órgãos de forma a desempenhar suas competências, não havendo, entretanto, previsão de reuniões conjuntas ordinárias agendadas.

Comitê Executivo de Investimentos

O Comitê Executivo de Investimentos da Companhia é composto por no mínimo três e no máximo seis membros, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre Diretores (estatutários ou não) da Companhia e/ou de suas controladas.

O Comitê Executivo de Investimentos é atualmente composto pelos Srs. Fabricio Quesiti Arrivabene, Luciano do Amaral, Sidney Ostrowski, Renan Barbosa Sanches, Luis Gustavo Scrassolo Martini e Luiz Mauricio de Garcia Paula.Tal órgão tem como atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

(a) análise, discussão e recomendação de aquisições relacionadas a quaisquer terrenos e novos lançamentos imobiliários pela Companhia ou qualquer de suas controladas;

(b) submeter à aprovação do Conselho de Administração a aquisição de terrenos e novos lançamentos imobiliários: (i) que o Valor Geral de Vendas ("VGV") das unidades comerciais representem pelo menos 50% do VGV total do empreendimento; ou (ii) que apresentem uma exposição de caixa maior do que R$ 45 milhões ou cujo valor seja superior a 1,5% do patrimônio líquido da Companhia, o que for maior;

(c) aconselhamento aos Diretores da Companhia na negociação de novos negócios e na estruturação de empreendimentos;

(d) acompanhamento do início dos novos projetos e dos respectivos fluxos de caixa;

(e) em casos especiais, a participação na negociação e estruturação de novos tipos de negócios; e

(f) revisão da adequação do Regimento Interno do Comitê Executivo de Investimentos aos objetivos do Comitê e a recomendação ao Conselho de Administração de qualquer alteração que julgar necessária.

O Comitê Executivo de Investimentos da Companhia possui Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2014 e alterada em 03 de julho de 2021.

Sempre que se entende necessário, ou quando assim o é exigido nos termos de seu Regimento Interno, o Comitê submete suas recomendações e o resultado de apreciações de assuntos sob sua supervisão para apreciação do Conselho de Administração, não havendo, entretanto, previsão de reuniões conjuntas ordinárias agendadas.

Comitê Executivo de Ética

O Comitê Executivo de Ética é constituído por no mínimo três e no máximo seis membros, eleitos pelo Conselho de Administração, entre Diretores (estatutários ou não) da Companhia e/ou de suas controladas e gerentes da Companhia, alocados nos seguintes departamentos: (i) Financeiro; (ii) Jurídico; (iii) Gente e Gestão; (iv) Operações; e (v) Auditoria Interna.

O Comitê de Ética é atualmente composto por seis membros, a saber: os Srs. Rodrigo Osmo, coordenador do comitê, Alex

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Fernando Hamada, Sidney Ostrowski, Cristina Caresia Marques, Raphael Souza Silva, Luiz Mauricio de Garcia Paula e Daniela Ferrari Toscano de Britto.

O Comitê Executivo de Ética possui as seguintes atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

(a) resolver os conflitos de ética que não são solucionados pela cadeia hierárquica ou que não estão previstos no Código de Ética ou nas diretrizes da Companhia, bem como as denúncias recebida pelo Canal Confidencial da Companhia;

(b) garantir o sigilo sobre as informações recebidas;

(c) tomar as atitudes necessárias com relação a violações ao Código de Ética;

(d) aprovar o custeio de passagens e hospedagens oferecidas pelos fornecedores da Companhia a funcionários da Companhia para visitas técnicas, workshops, congressos e feiras, entre outros;

(e) aprovar a contratação de fornecedores com vínculo com colaboradores e/ou familiares de colaboradores em 1º grau (pai, mãe, irmãos(ãs), filhos(as), cônjuge, primos(as) e tios(as)); e

(f) revisar a adequação do regimento interno do Comitê Executivo de Ética aos objetivos do Comitê e recomendar ao Conselho de Administração qualquer alteração que julgar necessária.

O Comitê Executivo de Ética também é responsável por informar aos auditores internos da Companhia e ao Comitê de Auditoria todas as denúncias recebidas pelo “Canal Confidencial”, bem como as deliberações tomadas com relação a cada uma delas.

O Comitê Executivo de Ética da Companhia possui Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2014 e alterada em 02 de julho de 2021.

Sempre que se entende necessário, ou quando assim o é exigido nos termos de seu Regimento Interno, o Comitê submete suas recomendações e o resultado de apreciações de assuntos sob sua supervisão para apreciação do Conselho de Administração, não havendo, entretanto, previsão de reuniões conjuntas ordinárias agendadas. Adicionalmente, o Comitê de Ética participa de todas as reuniões do Comitê de Auditoria, reportando as atividades desenvolvidas durante o período.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é constituído por no mínimo três membros indicados pelo Comitê de Pessoas e eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos um deles deve ser conselheiro independente da Companhia, e ao menos um deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, sendo certo que pode um mesmo membro cumular as duas características referidas.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por três membros, a saber: Srs. rs. Flavio Uchôa Teles de Menezes, na qualidade de Coordenador do Comitê, Mario Mello Freire Neto e Claudio José Carvalho de Andrade.

Compete ao Comitê de Auditoria, reportando-se ao Conselho de Administração, no exercício de suas funções, além de outras funções que possam vir a ser atribuídas pelo referido Conselho:

(a) opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes da Companhia;

(b) avaliar as demonstrações financeiras anuais, trimestrais ou intermediárias

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(d) definir, juntamente com o diretor presidente e o diretor executivo financeiro, os controles e procedimentos de divulgação da Companhia, bem como os controles internos associados aos relatórios financeiros;

(e) revisar e acompanhar a execução, juntamente com o diretor presidente e o diretor executivo financeiro, dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia, bem como dos controles internos associados aos relatórios financeiros, incluindo a constatação de eventuais deficiências significativas e falhas relevantes na concepção ou operacionalização dos controles internos associados aos relatórios financeiros, as quais tenham probabilidade razoável de afetar a capacidade da Companhia de registrar, processar, sumariar e reportar informações financeiras, bem como qualquer fraude envolvendo membros da administração ou demais funcionários que desempenhem papel de relevo no controle interno associado a relatórios financeiros;

(f) revisar quaisquer questões relevantes relativas a princípios contábeis e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer mudanças significativas na escolha ou aplicação de princípios contábeis pela Companhia;

(g) avaliar, monitorar e recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;

(h) acompanhar a execução dos planos de investimento e lançamento;

(i) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

(j) revisar as políticas e práticas da Companhia para avaliação de risco e gestão de risco, inclusive por meio da discussão com a administração das principais exposições a risco financeiro da Companhia, bem como as medidas implementadas para monitoramento e controle de tais exposições;

(k) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

(l) fazer divulgar, por meio da Companhia, no mínimo anualmente, relatório resumido das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração.

A Diretoria da Companhia participa das reuniões do Comitê de Auditoria, sempre que solicitado, para prestar os esclarecimentos necessários e os membros do Comitê de Auditoria possuem acesso ilimitado ao Conselho de Administração, submetendo constantemente para deliberação do Conselho de Administração recomendações e o resultado de apreciações de assuntos sob sua supervisão, não havendo, entretanto, previsão de reuniões conjuntas ordinárias agendadas.

Comitê de Pessoas

O Comitê de Pessoas (anteriormente denominado Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa) é composto por pelo menos três membros, sendo, a maioria deles, Conselheiros Independentes, sendo que ao menos um dos membros do Comitê deverá ter experiência prévia em administração de recursos humanos e no desempenho de funções relativas ao estabelecimento de políticas de remuneração, metas corporativas e atração e retenção de pessoal.

O Comitê de Pessoas é atualmente composto por três membros, a saber: Mauricio Luis Luchetti, Coordenador do comitê, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves e Rodolpho Amboss.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Comitê de Pessoas, além de outras funções que possam vir a ser atribuídas pelo Conselho de Administração:

(a) propor ao Conselho de Administração, e revisar anualmente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores da Companhia, aos membros dos Comitês Consultivos e demais órgãos de assessoramento do Conselho, bem como aos funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas;

(b) propor anualmente ao Conselho de Administração a remuneração dos administradores da Companhia, a ser submetida à assembleia geral;

(c) propor ao Conselho de Administração a orientação dos votos a serem proferidos relativos à atribuição do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia;

(d) recomendar à aprovação do Conselho de Administração, a alocação do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, dos honorários mensais de cada um dos Administradores, membros dos Comitês Consultivos e dos demais órgãos de assessoramento da Companhia;

(e) revisar e recomendar à aprovação do Conselho de Administração, com relação a cada Diretor da Companhia, seu: (i) nível salarial anual, (ii) incentivo anual de remuneração e incentivo de remuneração a longo prazo, (iii) condições aplicáveis à sua contratação, em relação a demissão e mudança de cargo, e (iv) qualquer outro tipo de remuneração, indenização e benefícios;

(f) recomendar à aprovação do Conselho de Administração, a aprovação prévia de implementação, alteração das condições ou realização de outorgas nos termos de plano de incentivo de remuneração de longo prazo aos administradores e empregados, incluindo a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços à Companhia e sociedades controladas;

(g) recomendar à aprovação do Conselho de Administração a atribuição, aos administradores da Companhia, de sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, incluindo balanços intermediários, respeitadas as limitações e disposições estatutárias e legais;

(h) revisar e submeter ao Conselho de Administração as metas e objetivos relativos aos planos de remuneração dos administradores e funcionários de alto escalão da Companhia, acompanhando sua implementação e realizando a avaliação do desempenho de tais administradores e funcionários em face de tais metas e objetivos;

(i) identificar pessoas aptas a se tornarem membros do Conselho de Administração e da Diretoria, e recomendar tais candidatos ao Conselho de Administração, obedecidas as normas legais e regulamentares com relação aos requisitos e impedimentos e para eleição de administradores;

(j) recomendar a indicação dos membros dos demais Comitês Consultivos e outros comitês de assessoramento;

(k) desenvolver, em conjunto com o Diretor Presidente, planos de sucessão para garantir que os cargos nos órgãos da administração sejam sempre ocupados por pessoas preparadas, familiarizadas com as atividades da Companhia e de suas controladas, e aptas a implementar seus planos de negócios, seus objetivos de longo prazo e a garantir a continuidade da Companhia;

(l) desenvolver, revisar e recomendar ao Conselho de Administração a redação do Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, bem como outras políticas internas relativas à governança corporativa que se façam necessárias;

(m) revisar periodicamente as responsabilidades de todos os Comitês Consultivos e demais comitês de assessoramento e recomendar qualquer proposta de alteração ao Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(n) monitorar de forma constante e zelar pelo cumprimento das diretrizes e princípios de governança corporativa da Companhia, propondo melhorias e alterações;

(o) elaborar relatório anual relativo ao desempenho de suas funções, avaliando a atuação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, o cumprimento das diretrizes de governança corporativa da Companhia e outras matérias que o Comitê de Pessoas entenda pertinentes, bem como fazendo recomendações quanto ao número de membros, composição e funcionamento dos órgãos da Companhia; e

(p) propor ações relacionadas a sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, bem como desenvolver estratégias que mantenham ou agreguem valor à imagem institucional da Companhia.

O Comitê de Pessoas da Companhia não possui Regimento Interno em separado e suas regras de funcionamento e competências são aquelas descritas nos termos do Estatuto Social, que somente podem ser alteradas por meio de Assembleia Geral de Acionistas.

A Diretoria da Companhia participa das reuniões do Comitê de Pessoas, sempre que solicitado, para prestar os esclarecimentos necessários e os membros do Comitê de Pessoas possuem acesso ilimitado ao Conselho de Administração, submetendo constantemente para deliberação do Conselho de Administração recomendações e o resultado de apreciações de assuntos sob sua supervisão, não havendo, entretanto, previsão de reuniões conjuntas ordinárias agendadas.

Comitê Executivo de Regulação e Estratégia

O Comitê Executivo de Regulação e Estratégia é constituído por no mínimo três membros, eleitos pelo conselho de administração, sendo que 2 (dois) dos quais serão necessariamente membros titulares do conselho de administração e podendo o terceiro membro ser um profissional independente (“Membro Externo”). Criado em julho de 2021, esse comitê é responsável por tratar de políticas e procedimentos regulatórios existentes envolvendo os programas habitacionais governamentais e seus respectivos orçamentos, normas e abrangência.

O Comitê Executivo de Regulação e Estratégia é atualmente composto por três membros: Srs. Rodolpho Amboss (coordenador); Michele Corrochano Robert; José Urbano Duarte.

Compete ao Comitê sempre se reportando ao Conselho de Administração no exercício de suas funções, além de outras funções que possam vir a ser atribuídas pelo Conselho de Administração:

(a) fornecer orientações, opiniões, recomendações e/ou pareceres ligados à continuidade e aprimoramento dos negócios da Companhia, subsidiando as decisões do Conselho de Administração quanto às diretrizes estratégicas, pertinência quanto ao desenvolvimento e aprimoramento de produtos e serviços, avaliação de tendências de mercado atuais e potenciais, monitoramento do mercado de concorrentes, desenvolvimento de parcerias estratégicas ou preferenciais, bem como sobre eventuais oportunidades de aquisições, investimentos, associações, parcerias, capitalização e/ou desinvestimentos.

(b) emitir pareceres, recomendações e informações sobre políticas e procedimentos regulatórios existentes envolvendo os aspectos de negócio da Companhia, em especial em relação aos programas habitacionais governamentais, regulações, provimentos, existência de fundos, conselhos e planos de habitação em geral e seus respectivos orçamentos, normas e abrangência.

O Comitê Executivo de Regulação e Estratégia da Companhia possui Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de julho de 2021.

Sempre que se entende necessário, ou quando assim o é exigido nos termos de seu Regimento Interno, o Comitê submete suas recomendações e o resultado de apreciações de assuntos sob sua supervisão para apreciação do Conselho de Administração, não havendo, entretanto, previsão de reuniões conjuntas ordinárias agendadas.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

A partir da Assembleia Geral realizada em 20 de agosto de 2021 o Conselho Fiscal da Companhia passou a funcionar de modo permanente.

O Comitê Executivo de Investimentos e o Comitê Executivo de Ética foram criados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2014 e seus membros tomaram posse em seu mandato mais recente em 02 de julho de 2021.

O Comitê de Pessoas (anteriormente denominado Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa) foi criado por meio da alteração do Estatuto Social da Companhia, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de março de 2016, e seus membros tomaram posse em seu mandato mais recente na Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2021.

O Comitê de Auditoria, em sua formação mais recente foi criado por meio da Alteração do Estatuto Social da Companhia, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2018, e seus membros tomaram posse em seu mandato mais recente na Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2021.

O Comitê Executivo de Regulação e Estratégia foi criado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de julho de 2021 e seus membros tomaram posse em seu mandato mais recente em 02 de julho de 2021.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

As regras estatutárias que determinam o funcionamento do Comitê de Pessoas, estabelecem que tal Comitê deve encaminhar periodicamente ao Conselho de Administração relatório de desempenho da Diretoria. Os Comitês Consultivos, que também inclui o Comitê de Auditoria, deverão informar o Conselho de Administração sobre seus trabalhos realizados. No entanto, não há regra específica em relação à autoavaliação do Comitê de Auditoria, Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Ética.

Saliente-se que, na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2019, na sede da Companhia, foi deliberado, pela unanimidade dos conselheiros presentes e sem quaisquer ressalvas, em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, conforme aprovado pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários e vigente a partir de 2 de janeiro de 2018, a aprovação de (i) uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, (ii) uma Política de Remuneração dos administradores e (iii) uma Política de Avaliação dos Administradores.

Tais políticas, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, foram implementadas visando, em linhas gerais, determinar os critérios para composição dos quadros executivos da Companhia, modelos de remuneração e processos de avaliação.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor Presidente:

(a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais e/ou quinquenais, os planos de investimento e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

(b) submeter à apreciação do Conselho de Administração, após manifestação do Comitê de Auditoria e do conselho fiscal, este último quando instalado, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, responsabilizando-se pelo seu conteúdo;

(c) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, com base na orientação geral do Conselho de Administração;

(d) estabelecer os critérios para a execução das deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais diretores;

(e) coordenar e superintender as atividades da diretoria, convocando e presidindo suas reuniões;

(f) desenvolver, em conjunto com o Comitê de Pessoas, planos de sucessão para garantir que os cargos nos órgãos da administração sejam sempre ocupados por pessoas preparadas, familiarizadas com as atividades da Companhia e de suas controladas, e aptas a implementar seus planos de negócios, seus objetivos de longo prazo e a garantir a continuidade da Companhia;

(g) comparecer às reuniões do Conselho de Administração e da assembleia geral, na forma prevista neste Estatuto Social e na legislação aplicável;

(h) representar a Companhia perante acionistas, investidores, clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, resguardando os interesses da organização e zelando pela sua imagem; e

(i) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, assim como demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

(a) além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A., bem como manter atualizado o registro, formulários, cadastros e demais documentações societárias exigidas da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários e de outros órgãos reguladores ou autorreguladores.

Compete ao Diretor Executivo Financeiro:

(a) responder pelo controle e gestão orçamentária da Companhia, acompanhando indicadores e analisando relatórios para consolidação do orçamento, visando garantir o alcance das metas de orçamento e prover informações gerenciais de qualidade;

(b) submeter à apreciação do Conselho de Administração, após manifestação do Comitê de Auditoria e do conselho fiscal, este último quando instalado, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

responsabilizando-se pelo seu conteúdo;

(c) assegurar que a área de Controladoria, envolvendo o controle de gestão e de custos, forneça indicadores para tomadas de decisões, detectando fatores que possam influir nos resultados da Companhia;

(d) responder pelo controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco previamente estabelecidos pela Companhia;

(e) assegurar a eficiência no controle das operações de financiamentos bancários dos clientes (repasse bancário) no menor prazo possível, responsabilizando-se pelo pagamento de tributos e supervisão dos procedimentos;

(f) realizar estudos de viabilidade de investimentos em novos negócios, fusões e aquisições, com o objetivo de suportar a tomada de decisões;

(g) assegurar a correta gestão dos recursos financeiros da Companhia, assim como a relação entre ativos e passivos, através da análise do risco de variação do custo do passivo, a fim de garantir a saúde financeira da Companhia;

(h) definir estratégias e diretrizes para a Companhia, através do planejamento anual das ações e elaboração do orçamento, em conjunto com os demais diretores, visando o alcance das metas estabelecidas pela Companhia;

(i) participar das reuniões de diretoria para tomar decisões e definir estratégias, visando ao desenvolvimento e sucesso da Companhia; e

(j) representar a Companhia perante acionistas, investidores, clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, resguardando os interesses da organização e zelando pela sua imagem.

Compete aos Diretores Operacionais:

(a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia;

(b) coordenar as atividades das controladas da Companhia;

(c) prospectar novas áreas de atuação para a Companhia;

(d) planejar, supervisionar e coordenar construções realizadas pela Companhia ou por terceiros contratados para tal fim;

(e) gerir e fiscalizar a comercialização e divulgação dos produtos da Companhia;

(f) planejar a expectativa de demanda para os produtos da Companhia;

(g) planejar, gerir, identificar e coordenar a aquisição de imóveis para o desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários pela Companhia;

(h) planejar, supervisionar e coordenar a constituição de incorporações e loteamentos de novos empreendimentos imobiliários pela Companhia;

(i) propor e negociar a participação da Companhia em sociedades de propósito específico e a celebração de contratos com parceiros, tudo com vistas ao desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários;

(j) coordenar a atuação de sua área com a das demais Diretorias;

(k) realizar a gestão orçamentária das áreas da Companhia sob sua responsabilidade, incluindo controle de gestão e de custos;

(l) representar a Companhia perante clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, resguardando os interesses da organização e zelando pela sua imagem;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(m) submeter estudos de viabilidade e parâmetros para lançamentos de empreendimentos à aprovação pelos comitês executivos ou de assessoramento do Conselho de Administração, eventualmente constituídos para esta finalidade;

(n) garantir a correta observação e cumprimento da legislação e requisitos ambientais em compra de terrenos, compra de participações ou lançamentos de empreendimentos; e

(o) seguir as diretrizes do planejamento estratégico de curto, médio e longo prazos e políticas de governança da companhia, visando garantir os resultados financeiros e mercadológicos estipulados pelo Conselho de Administração.

12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a) Prazos de Convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 21 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 dias corridos de antecedência em segunda convocação. A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia:

1. aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e
2. interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b) Competências

Além das obrigações previstas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, compete exclusivamente ao acionista da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social, deliberar por meio de Assembleia Geral sobre as seguintes matérias:

1. sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3;
2. aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela assembleia geral; e
3. resolver os casos omissos no Estatuto Social da Companhia, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise endereços eletrônicos:

endereço eletrônico: http://www.cvm.gov.br; https://ri.tenda.com/informacoes-aos-investidores/atas-das-reunioes-e-assembleias/

endereço físico: Rua Boa Vista, 280, Pavimentos 8 e 9, Centro, CEP 01010-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil (Sede social da Companhia).

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, quando aplicável, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda de sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, aplicando as regras constantes na legislação brasileira.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, aplicando as regras constantes na legislação brasileira. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimentos representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representante por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia ainda não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, mas informa que está estudando a implementação de procurações por meio eletrônico, em vista do disposto na Instrução CVM 561/15, alteradora da Instrução CVM 481/09.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Rua Boa Vista, 280, Pavimentos 8 e 9, Centro, CEP 01010-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados da Diretoria ade Relações com Investidores:

1. Via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido e assinado; e
2. Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Para Pessoas Físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista;

Para Pessoas Jurídicas:

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- Documento de identidade com foto do representante legal.

Para Fundos de Investimentos:

- Último regulamento consolidado do fundo;
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto do representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens i e ii acima, a Companhia solicita, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais) e tradução juramentada.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem, até 7 dias antes da data da assembleia. Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia ainda não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância, mas informa que está em processo de implementação do voto a distância, estudando a disponibilização de um sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância, em vista do disposto da Instrução CVM 561/15, alteradora da Instrução CVM 481/09.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Rua Boa Vista, 280, Pavimentos 8 e 9, Centro, CEP 01010-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, juntamente com os documentos pertinentes à proposta ou por meio do endereço eletrônico ri@tenda.com nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou áudio das assembleias. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto poderá ser realizado também pelos escrituradores.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.3. Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reúne-se pelo menos bimestralmente. As reuniões do Conselho de Administração são convocadas pelo Presidente, ou por pelo menos 2 conselheiros efetivos, mediante convocação escrita, contendo, além do local, data e hora da reunião e a ordem do dia. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com no mínimo cinco dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, são consideradas regulares as reuniões a que comparecem todos os membros do Conselho de Administração.

O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de maioria. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião, cabendo ao Presidente, além do seu voto pessoal, o voto de desempate.

Os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro conselheiro a quem tenham sido conferidos poderes especiais. Os conselheiros poderão, ainda, participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata de reunião em nome do referido conselheiro.

O Diretor Presidente deverá comparecer a todas as reuniões do Conselho de Administração, prestando os esclarecimentos que forem necessários.

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração reuniu-se 5 vezes ordinariamente e 15 vezes extraordinariamente, totalizando 21 reuniões durante todo o exercício.
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração reuniu-se 5 vezes ordinariamente e 6 vezes extraordinariamente, totalizando 11 reuniões durante todo o exercício.
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração reuniu-se 5 vezes ordinariamente e 8 vezes extraordinariamente, totalizando 13 reuniões durante todo o exercício.

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

De acordo com a Lei das Sociedades Por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

no item 12.2 (d) acima, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

O estatuto social da Companhia contém uma lista de princípios de governança corporativa que devem ser rigorosamente observados por todos os membros da administração, e cuja observância deveria conduzir à minimização de situações que ofereçam potenciais conflitos de interesses ou, ao menos, dispensar-lhes um tratamento adequado e alinhado com o melhor interesse da Companhia. Especificamente, tal lista de princípios dispõe, entre outras disposições, que nenhum membro da administração poderá ter acesso a informações, participar de reuniões de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia ou quando possa ser particularmente beneficiado sob qualquer forma.

O Código de Ética da Companhia estipula regras sobre conflito de interesses para todos os colaboradores (incluindo os membros do Conselho de Administração). Dentre as provisões ali contidas, destaca-se como relevante, para prevenção de eventual conflito, a proibição do exercício de atividades que estejam ou aparentem estar em conflito com os interesses da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por apreciar eventuais conflitos de interesses envolvendo os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como fornecer opinião sobre a possibilidade ou não de quaisquer de tais Conselheiros votarem qualquer matéria que possa ensejar conflito de interesses, observado o disposto na Transações com Partes relacionadas e demais Situações envolvendo Conflito de Interesses, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2018.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

O Estatuto Social prevê que, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal ficarão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, de sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n.º 6.385/76, na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Andre Luiz Massote Monteiro	02/11/1979	Pertence apenas à Diretoria	01/09/2021	AGO 2024	0
040.765.296-50	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	01/09/2021	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia		Diretor Operacional			
Cristina Caresia Marques	23/10/1979	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	2
288.815.538-99	Psicóloga	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Membro do Comitê Executivo de Ética		Diretora Operacional			
Rodrigo Fernandes Hissa	16/05/1978	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	2
766.983.273-87	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia		Diretor Operacional			
Rodrigo Osmo	25/03/1976	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	2
268.909.818-04	Engenheiro Químico	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/04/2021	Não	0.00%
Coordenador do Comitê Executivo de Ética.					
Luciano do Amaral	20/01/1978	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	1
302.027.938-00	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Membro do Comitê executivo de Investimentos		Diretor Operacional			
Alexandre Millen Grzegorzewski	14/04/1972	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	3
134.858.688-50	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia		Diretor Operacional			
Luiz Mauricio de Garcia Paula	08/09/1977	Pertence apenas à Diretoria	22/08/2022	AGO 2024	0
081.555.687-09	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	22/08/2022	Não	0.00%
Diretor Financeiro, membro do Comitê de Ética e de Investimentos.					
Weliton Luiz Costa Junior	19/02/1982	Pertence apenas à Diretoria	11/01/2022	AGO 2026	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
922.626.431-72	Engenheiro de produção	19 - Outros Diretores	01/02/2022	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia		Diretor Operacional			
Renan Barbosa Sanches	29/11/1985	Pertence apenas à Diretoria	11/01/2022	AGO 2026	0
339.652.628-74	Economista	19 - Outros Diretores	11/01/2022	Não	0.00%
Membro do Comitê Executivo de Investimentos		Chief Operating Officer			
Daniela Ferrari Toscano de Britto	17/08/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	4
173.221.438-76	Engenheira Civil	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia		Diretor Operacional			
Fabricio Quesiti Arrivabene	17/12/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	3
260.101.058-46	Engenheiro de Produção	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Membro do Comitê executivo de Investimentos		Diretor Operacional			
Sidney Ostrowski	29/12/1978	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	2
274.874.888-37	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Membro do Comitê Executivo de Investimentos e do Comitê executivo de Ética		Diretor Operacional			
Luís Gustavo Scrássolo Martini	11/04/1978	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	AGO 2024	3
270.338.348-70	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Não	0.00%
Membro do Comitê executivo de Investimentos		Diretor Operacional			
Cláudio José de Carvalho Andrade	03/10/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO 2023	2
595.998.045-20	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Rodolpho Amboss	10/05/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO 2023	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
742.664.117-15	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Membro do Comitê de Pessoas e membro Coordenador do Comitê Executivo de Regulação e Estratégia					
Mauricio Luis Luchetti	29/12/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO 2023	2
238.595.985-20	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Membro Coordenador do Comitê de Pessoas					
Flavio Uchôa Teles de Menezes	18/12/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO 2023	2
152.597.248-01	Administrador de Empresa	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Membro coordenador do Comitê de Auditoria					
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves	05/03/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO 2023	0
882.494.845-68	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Membro do Comitê de Pessoas					
Mario Mello Freire Neto	03/10/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO 2023	2
129.392.388-55	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Membro coordenador do Comitê de Auditoria					
Michele Corrochano Robert	05/11/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO 2023	0
234.245.078-81	Engenheira	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Membro do comitê executivo de regulação e estratégia					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Carlos Eduardo Parente De Oliveira Alves	20/06/1977	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	1
079.968.627-10	Engenheiro	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					
Laércio Lampiasi	03/11/1960	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	4
044.065.058-57	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					
Fábio Antônio Pereira	16/07/1967	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	4
105.056.268-29	Administrador de empresas	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					
Jose Luiz Ribeiro De Carvalho	23/05/1957	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	1
007.769.948-32	Contador e Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					
Edson Torquato da Silva	01/02/1977	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	4
256.683.018-50	Administrador de empresas e contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					
Renato Justo Stivanin	28/06/1985	Conselho Fiscal	28/04/2022	AGO 2023	4
327.805.238-24	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2022	Não	0.00%
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Andre Luiz Massote Monteiro - 040.765.296-50

Andre Luiz Massote Monteiro é Diretor Operacional, responsável executivo pela Regional de Minas Gerais e Goiás. Foi Diretor Presidente da Precon Engenharia, Diretor da BS Construtora e Head de exportação da Itambé. É graduado em Engenharia Civil e pós-graduação em Finanças Corporativas pelo IBMEC.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro à Diretoria da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Cristina Caresia Marques - 288.815.538-99

Experiência profissional: Cristina Caresia é Diretora Operacional da Companhia, responsável pela área de Recursos Humanos. Anteriormente, foi Diretora de Recursos Humanos da Cia. Hering S.A. e Gerente de Recursos Humanos da Natura. É graduada em Psicologia, com pós-graduação em Administração de Recursos Humanos e em Marketing de Serviços, ambas pela FAAP. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Rodrigo Fernandes Hissa - 766.983.273-87

Experiência Profissional: Rodrigo Hissa é Diretor Operacional da Companhia, responsável pelas regionais da Bahia, Pernambuco e Ceará. Trabalhou nas empresas Gafisa S.A e Caltech Engenharia Ltda. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com especialização em construção civil pela Universidade Federal do Ceará, MBA em Gestão de Negócios Imobiliários pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Salvador e Curso de Extensão em Real Estate pela University of Southern California (USC).

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro à Diretoria da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Rodrigo Osmo - 268.909.818-04

Experiência Profissional: Rodrigo Osmo é Diretor Presidente da Companhia. É membro coordenador dos Comitês Executivos de Investimentos e Ética da Companhia. Foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Diretor Financeiro da Gafisa S.A. e Diretor Superintendente da Alphaville Urbanismo S.A. Trabalhou na GP Investimentos, Bain&Company e Ysoquim Representações Internacionais. Também atuou como professor-assistente no departamento de Finanças da Harvard Business School. É graduado em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de S. Paulo (USP) e possui MBA pela Harvard Business School. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Luciano do Amaral - 302.027.938-00

Experiência Profissional: Fabricio Arrivabene é Diretor Operacional, responsável pela área comercial (vendas, repasse e registro). É membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia. Foi Diretor Regional no Rio de Janeiro e Diretor Nacional de Marketing e Vendas da Companhia. Foi também Diretor de Vendas da Gafisa S.A. e Gerente Comercial e Gerente Corporativo na Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), empresa em que ingressou como trainee. É graduado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos, possui MBA pela Business School São Paulo e curso de extensão pela Kellogg School of Management. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Alexandre Millen Grzegorzewski - 134.858.688-50

Experiência Profissional: Alexandre Millen é Diretor Operacional da Companhia, responsável pelas atividades de incorporação (área de Negócios) no Brasil, com exceção de São Paulo. Anteriormente, foi responsável pelas regionais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Foi Diretor Regional do Rio de Janeiro na Gafisa S.A. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com especialização em Administração de Empresas e Gerenciamento de Projetos pela University of California, Berkeley.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro à Diretoria da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Luiz Mauricio de Garcia Paula - 081.555.687-09

Luiz Mauricio Garcia é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. É membro dos comitês de Investimentos e Ética da Companhia. Antes atuou por 3 anos em gestoras de recursos como Velt e Apex Capital, após 8 anos no Bradesco BBI como analista responsável pelo setor de construção civil, dentre outros. Foi reconhecido por cinco anos consecutivos como melhor analista/time cobrindo setor de Real Estate no Brasil. Também teve passagens por empresas como Ipiranga, Claro, Aracruz (atualmente Suzano) e Gafisa. É graduado em economia pelo IBMEC com mestrado em Administração de Empresas pelo IAG/PUC-RJ e pós graduação pela Fundação Dom Cabral.
Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não possui participação relevante no capital da Companhia ou empresa controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro à Diretoria da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Weliton Luiz Costa Junior - 922.626.431-72

Experiência Profissional: Weliton Luiz Costa Junior é Diretor Operacional da Companhia, responsável pelas regionais do Rio Grande do Sul e Paraná. Possui mais de 14 anos de experiência na Companhia, passando pelas áreas comerciais do ciclo financeiro e geração de negócio imobiliário. É formado em direito pela Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS, com MBA em Gestão de Negócios Imobiliários e Construção Civil pela FGV e Gestão Financeira/Controladoria pela CEDEPE. Anteriormente, atuou como gestor da Amil Assistência Médica Internacional S.A., e acumula bastante experiência no setor de incorporação imobiliária.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro à Diretoria da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Renan Barbosa Sanches - 339.652.628-74

Experiência Profissional: Renan Sanches é Chief Operating Officer. É membro do Comitê Executivo de Investimento. Foi Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e de Controladoria, Gerente de Planejamento Financeiro e Controladoria, e Gerente de Cobrança da Companhia. Trabalhou nas empresas Construtora Mudar, Banco Santander e American Express. É graduado em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Daniela Ferrari Toscano de Britto - 173.221.438-76

Experiência Profissional: Daniela Ferrari é Diretora Operacional da Companhia, responsável pelas atividades de incorporação (área de Negócios) de São Paulo. Foi Diretora de Negócios da Fit Residencial, empresa do segmento de baixa renda da Gafisa S.A., e Gerente e Responsável de Negócios na Gafisa S.A., empresa em que iniciou sua carreira como estagiária. Na Gafisa, atuou em diversas áreas, tais como obras, projetos, custos, planejamento financeiro e incorporação. É graduada em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduada em Engenharia de Produção pela Fundação Vanzolini (USP) e possui MBA em Finanças pelo IBMEC-SP.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro à Diretoria da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Fabricio Quesiti Arrivabene - 260.101.058-46

Experiência Profissional: Fabricio Arrivabene é Diretor Operacional, responsável pela área comercial (vendas, repasse e registro). É membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia. Foi Diretor Regional no Rio de Janeiro e Diretor Nacional de Marketing e Vendas da Companhia. Foi também Diretor de Vendas da Gafisa S.A. e Gerente Comercial e Gerente Corporativo na Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), empresa em que ingressou como trainee. É graduado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos, possui MBA pela Business School São Paulo e curso de extensão pela Kellogg School of Management. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Sidney Ostrowski - 274.874.888-37

Experiência Profissional: Sidney Ostrowski é Diretor Operacional, responsável pela área de operações (obras, suprimentos, entre outras). É membro dos Comitês Executivos de Investimentos e Ética da Companhia. Foi Diretor de Operações da Gafisa S.A., empresa em que iniciou sua carreira como estagiário. Na Gafisa, atuou em diversas funções, tais como engenheiro de obras, gerente geral de obras, entre outras. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui MBA em Gestão Imobiliária pela FAAP e MBA Executivo Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Luís Gustavo Scrássolo Martini - 270.338.348-70

Experiência Profissional: Luis Martini é Diretor Operacional, responsável pelas áreas de Marketing, CRM, Inteligência de Mercado e Tecnologia da Informação. É membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia. Com mais 20 anos de experiência em diversos setores, foi Diretor de CX (Customer Experience) na Amazon, Diretor de Varejo do Grupo Omelete e Diretor de Marketing da Wine.com.br. Antes disso, trabalhou por 12 anos na Natura S.A, onde foi Gerente Global Sênior de Marketing. É formado em Engenharia Mecânica pela USP, com mestrado em Engenharia Aeronáutica e de Produção pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e pós-graduado em Marketing. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Cláudio José de Carvalho Andrade - 595.998.045-20

Claudio Andrade é presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria. É sócio da Polo Capital Gestão de Recursos e de outras empresas de gestão e ativos imobiliários que fazem parte do portfólio de empresas da Polo. Também é membro do Conselho de Administração da Casa e Video Brasil S.A., empresa de varejo. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. possui 15,15% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V18, atualizado em 26/05/2021. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Rodolpho Amboss - 742.664.117-15

Experiência Profissional: Rodolpho Amboss é membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Pessoas da Tenda e membro coordenador do Comitê De regulação e estratégia. Também é sócio-fundador e diretor executivo da Silverpeak Real Estate Partners, empresa de administração e gestão de fundos globais de investimento imobiliário. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado em Administração de Empresas pela Booth School of Business da Universidade de Chicago. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Mauricio Luis Luchetti - 238.595.985-20

Mauricio Luchetti é membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Pessoas. Ele também é membro do Conselho de Administração da Yduqs onde coordena o Comitê de Gente e Governança e participa do Comitê de Acompanhamento e Performance. Sr. Luchetti também é membro do Conselho de Administração da Agrogalaxy onde coordena o Comitê de Gente e Governança e participa do Comitê de Auditoria. Ele também participa dos Conselhos Consultivos da GrandCru e da Sankhya, e ele foi membro dos Conselhos de Administração da Taesa Energia, Tempo Assist, Stefanini, JBS, Mangels e Nutriplant. Maurício Luchetti trabalhou por 19 anos na Brahma/Ambev onde foi Diretor de Gente e Gestão e Diretor Regional de Operações. Ele esteve presente por 3 anos no Grupo Votorantim onde atuou como Diretor Corporativo na Holding VPAR e como COO da Votorantim Cimentos. Ele também é sócio da Galicia Investimentos desde 2007. Sr. Luchetti é graduado em Administração de Empresas pela PUC-RJ com Pós Graduação em Finanças e RH pelo IAG-PUC/RJ. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que seja titular de participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do grupo econômico da Companhia. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Flavio Uchôa Teles de Menezes - 152.597.248-01

Flávio Menezes é vice-presidente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Tenda. É diretor na gestora Pátria Investimentos, onde é responsável por investimentos em companhias abertas. Foi sócio-fundador da empresa de asset management Mainstay Capital, sócio da GPS Planejamento Financeiro, sócio-fundador, CEO e membro do Conselho de Administração da MundoMedia S.A e sócio e head de gestão de renda variável do Banco Patrimônio de Investimentos. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas e MBA pela Booth School of Business da Universidade de Chicago. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Pátria Investimentos Ltda. detém 10,21% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V10, atualizado em 26/05/2021. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68

Antonoaldo é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas. Ele foi CEO da TAP Portugal entre 2017 e 2020. Anteriormente foi Presidente da Azul Linhas Aéreas entre 2014 e 2017 e sócios e líder das práticas de Infraestrutura e Real State na McKinsey Brasil entre 2012 e 2014. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Possui pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Mestrado em Administração pela The Darden Graduate School of Business. Além disso é membro independente do Conselho de Administração do Grupo Ânima desde 2019 e foi membro independente do Conselho de Administração da Infraero entre 2011/2012. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Mario Mello Freire Neto - 129.392.388-55

Mario Mello é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria. É sócio-fundador e presidente da instituição Poder do Voto. É membro do Conselho Consultivo da Valor Capital Group e membro do Conselho de Administração da Track&Field. Foi diretor-geral para a América Latina na Paypal, membro dos Conselhos de Administração da ContaAzul, da Alelo e da Cielo, e ocupou posições executivas na Visa, Bank of Boston e ABN AMRO Bank. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com especialização pela Harvard Business School. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Michele Corrochano Robert - 234.245.078-81

Experiência Profissional: Michele é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Executivo de Regulação e Estratégia. Atualmente Presidente da Gerdau Summit, uma JV da Gerdau, Sumitomo Stell e JSW). Entre 2019 e 2020 atuou como Gerente Geral para o Brasil na Stericycle Brasil e entre 2015 e 2019 atuou como Diretora de Supply Chain para a América Latina e Presidente para a América Latina na GE – Power Conversion Division. Michele é graduada em Engenharia Industrial e de Sistemas pela University of Florida e em Administração de Cadeia de Suprimentos pela Universisty of Michigan.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Carlos Eduardo Parente De Oliveira Alves - 079.968.627-10

Experiência profissional: Carlos Eduardo Parente De Oliveira Alves é membro suplente do Conselho Fiscal da Tenda. é sócio da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., onde atua na área de gestão desde abril de 2003. Iniciou sua carreira em 2000 no Banco UBS como Analista de ações para setor elétrico e de saneamento. É graduado em Engenharia de Produção Elétrica pela PUC-Rio.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. possui 15,15% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência, atualizado em 01/03/2021.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro ao Conselho Fiscal da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Laércio Lampiasi - 044.065.058-57

Experiência profissional: Laércio Lampiasi é membro titular do Conselho Fiscal da Tenda. Atualmente exercendo consultoria contábil e fiscal, foi gerente de planejamento tributário da Gafisa S.A. até outubro de 2018, tendo lá ingressado no ano de 2001. Iniciou a carreira como estagiário na PRODAM, empresa de processamento de dados da Prefeitura do Município de São Paulo. Gerenciou áreas contábil, tributária e de controladoria, na União Associação Brasileira de Pecúlios (de 1982 a 1986), na Arcesp Previdência Privada (de 1986 a 1987) e na Reichhold S.A. (de 1988 a 2001). É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), pós-graduado em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Gestão Empresarial pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP).

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro ao Conselho Fiscal da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Fábio Antônio Pereira - 105.056.268-29

Experiência profissional: Fábio Pereira é membro titular do Conselho Fiscal da Tenda. É CFO da Armco do Brasil S.A. É também membro do Conselho Fiscal da Multiner S.A. e da Mesa Participações S.A., empresas do ramo de energia. Iniciou a carreira na Arthur Andersen, onde permaneceu de 1989 a 2003, tendo posteriormente atuado na Deloitte. Posteriormente, foi diretor de Controladoria, Tributário e de Controles Internos em diversas empresas, tais como Grupo SBF (Lojas Centauro), Gafisa, Gol e Cosern (Grupo Neoenergia). Foi CFO da ID&T e do Grupo Fast Solutions. É graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), e possui MBA em Gestão de Negócios pela FGV-RJ.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro ao Conselho Fiscal da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Jose Luiz Ribeiro De Carvalho - 007.769.948-32

Experiência profissional: Claudemir Corvalan é membro titular do Conselho Fiscal da Tenda. Atualmente é Diretor do GLENIF - Grupo Latino de Estudos das Normas Internacionais de Contabilidade, onde ingressou em outubro de 2019. Foi sócio da KPMG até o ano de 2017. Experiência profissional de mais de 37 anos em auditoria independente, sua atuação além da liderança em projetos de auditoria se dá nas áreas de Governança Corporativa, notadamente em órgãos como Comitês de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Assessoria nas áreas de relatórios financeiros. É graduado em Economia e Ciências Contábeis pela FMU e FET em 1981 e 1985 respectivamente e mestrado em Contabilidade Financeira pela FECAP com previsão para conclusão em meados de 2021.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro ao Conselho Fiscal da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Edson Torquato da Silva - 256.683.018-50

Experiência profissional: Edson Torquato da Silva é membro suplente do Conselho Fiscal da Tenda. É gerente contábil e fiscal da Guerbet Produtos Radiológicos Ltda. Foi contador da Zoetis Brasil, coordenador de controladoria da Natura e contador da Gafisa S.A. É graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Braz Cubas e Pós-Graduado em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro ao Conselho Fiscal da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Renato Justo Stivanin - 327.805.238-24

Renato Justo Stivanin é membro suplente do Conselho Fiscal da Tenda. É vice-presidente na Pátria Investimentos, onde é responsável pela diligência, modelagem financeira e desenvolvimento de teses de investimentos. Foi analista de investimentos na Ujay Capital e no Barclays Capital. É graduado em Economia pela FEA-USP. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Pátria Investimentos Ltda. detém 10,21% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V10, atualizado em 26/05/2021.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Andre Luiz Massote Monteiro - 040.765.296-50

N/A

Cristina Caresia Marques - 288.815.538-99

N/A

Rodrigo Fernandes Hissa - 766.983.273-87

N/A

Rodrigo Osmo - 268.909.818-04

N/A

Luciano do Amaral - 302.027.938-00

N/A

Alexandre Millen Grzegorzewski - 134.858.688-50

N/A

Luiz Mauricio de Garcia Paula - 081.555.687-09

N/A

Weliton Luiz Costa Junior - 922.626.431-72

N/A

Renan Barbosa Sanches - 339.652.628-74

N/A

Daniela Ferrari Toscano de Britto - 173.221.438-76

N/A

Fabricio Quesiti Arrivabene - 260.101.058-46

N/A

Sidney Ostrowski - 274.874.888-37

N/A

Luís Gustavo Scrássolo Martini - 270.338.348-70

N/A

Cláudio José de Carvalho Andrade - 595.998.045-20

N/A

Rodolpho Amboss - 742.664.117-15

N/A

Mauricio Luis Luchetti - 238.595.985-20

N/A

Flavio Uchôa Teles de Menezes - 152.597.248-01

N/A

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68

N/A

Mario Mello Freire Neto - 129.392.388-55

N/A

Michele Corrochano Robert - 234.245.078-81

N/A

Carlos Eduardo Parente De Oliveira Alves - 079.968.627-10

N/A

Laércio Lampiasi - 044.065.058-57

N/A

Fábio Antônio Pereira - 105.056.268-29

N/A

Jose Luiz Ribeiro De Carvalho - 007.769.948-32

N/A

Edson Torquato da Silva - 256.683.018-50

N/A

Renato Justo Stivanin - 327.805.238-24

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Cláudio José de Carvalho Andrade	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	03/10/1966	15/04/2021	AGO 2023
595.998.045-20		Administrador de Empresas		15/04/2021	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Mario Mello Freire Neto	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	03/10/1966	24/05/2021	AGO 2023
129.392.388-55		Engenheiro Civil		24/05/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Flavio Uchôa Teles de Menezes	Comitê de Auditoria		Outros	18/12/1969	15/04/2021	AGO 2023
152.597.248-01		Administrador de Empresa	Coordenador do Comitê	15/04/2021	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Luciano do Amaral	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/01/1978	02/07/2021	AGO 2023
302.027.938-00	Comitê de Investimentos	Engenheiro Civil		02/07/2021	0	100.00%
Membro da Diretoria						
Renan Barbosa Sanches	Outros Comitês		Outros	29/11/1985	02/07/2021	AGO 2023
339.652.628-74	Comitê de Investimentos	Economista	Coordenador do Comitê	02/07/2021	0	100.00%
Membro da Diretoria e do Comitê de Investimentos						
Mauricio Luis Luchetti	Outros Comitês		Outros	29/12/1958	24/05/2021	AGO 2023
238.595.985-20	Comitê de Pessoas	Administrador de Empresas	Coordenador do Comitê	24/05/2021	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Rodolpho Amboss	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/1963	15/04/2021	AGO 2023
742.664.117-15	Comitê de Pessoas	Engenheiro Civil		15/04/2021	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/03/1975	24/05/2021	AGO 2023
882.494.845-68	Comitê de Pessoas	Administrador de Empresas		24/05/2021	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Fabricio Quesiti Arrivabene	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	17/12/1974	02/07/2021	AGO 2023
260.101.058-46	Comitê de Investimentos	Engenheiro de Produção		02/07/2021	0	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro da Diretoria						
Sidney Ostrowski	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1978	02/07/2021	AGO 2023
274.874.888-37	Comitê de Ética e de Investimentos	Engenheiro Civil		02/07/2021	0	100.00%
Membro da Diretoria e Membro do Comitê de Ética						
Alex Fernando Hamada	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	17/12/1972	02/07/2021	AGO 2023
167.831.498-62	Comitê de Ética	Administrador de Empresas		02/07/2021	0	100.00%
Membro da Diretoria						
Luís Gustavo Scrássolo Martini	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/04/1978	02/07/2021	AGO 2023
270.338.348-70	Comitê de Investimentos	Engenheiro Mecânico		02/07/2021	0	100.00%
Membro da Diretoria						
Rodolpho Amboss	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	10/05/1963	02/07/2021	AGO 2023
742.664.117-15	Comitê de Regulação e Estratégia	Engenheiro Civil	Coordenador do Comitê	02/07/2021	0	100.00%
Membro do Comitê de Pessoas e membro do Conselho de Administração						
Michele Corrochano Robert	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/1977	02/07/2021	AGO 2023
234.245.078-81	Comitê de Regulação e Estratégia	Engenheira		02/07/2021	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
José Urbano Duarte	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/10/1958	02/07/2021	AGO 2023
355.375.236-04	Comitê de Regulação e Estratégia	Administrador de Empresas		02/07/2021	0	100.00%
Não exerce outro cargo e funções na Companhia						
Rodrigo Osmo	Outros Comitês		Outros	25/03/1976	02/07/2021	AGO 2023
268.909.818-04	Comitê de Ética	Engenheiro Químico	Coordenador do Comitê	02/07/2021	0	100.00%
Diretor Presidente da Companhia						
Cristina Caresia Marques	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/10/1979	02/07/2021	AGO 2023
288.815.538-99	Comitê de Ética	Psicóloga		02/07/2021	0	100.00%
Membro da Diretoria						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Raphael Souza Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/10/1984	02/07/2021	AGO 2023
334.476.568-08	Comitê de Ética	Administrador de Empresas		02/07/2021	0	100.00%
Não exerce outro cargo e funções na Companhia						
Luiz Mauricio de Garcia Paula	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/09/1977	22/08/2022	2 anos
081.555.687-09	Comitê de Ética e de Investimentos	Economista		16/08/2022	0	100.00%
Daniela Ferrari Toscano de Britto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	17/08/1974	31/10/2022	04/2023
173.221.438-76	Comitê de Ética	Engenheira Civil		31/10/2022	0	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Cláudio José de Carvalho Andrade - 595.998.045-20

Claudio Andrade é presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria. É sócio da Polo Capital Gestão de Recursos e de outras empresas de gestão e ativos imobiliários que fazem parte do portfólio de empresas da Polo. Também é membro do Conselho de Administração da Casa e Video Brasil S.A., empresa de varejo. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. possui 15,15% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V10, atualizado em 26/05/2021. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Mario Mello Freire Neto - 129.392.388-55

Mario Mello é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria. É sócio-fundador e presidente da instituição Poder do Voto. É membro do Conselho Consultivo da Valor Capital Group e membro do Conselho de Administração da Track&Field. Foi diretor-geral para a América Latina na Paypal, membro dos Conselhos de Administração da ContaAzul, da Alelo e da Cielo, e ocupou posições executivas na Visa, Bank of Boston e ABN AMRO Bank. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com especialização pela Harvard Business School. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Flavio Uchôa Teles de Menezes - 152.597.248-01

Flávio Menezes é vice-presidente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Tenda. É diretor na gestora Pátria Investimentos, onde é responsável por investimentos em companhias abertas. Foi sócio-fundador da empresa de asset management Mainstay Capital, sócio da GPS Planejamento Financeiro, sócio-fundador, CEO e membro do Conselho de Administração da MundoMedia S.A e sócio e head de gestão de renda variável do Banco Patrimônio de Investimentos. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas e MBA pela Booth School of Business da Universidade de Chicago. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Pátria Investimentos Ltda. detém 10,21% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V10, atualizado em 26/05/2021. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Luciano do Amaral - 302.027.938-00

Experiência Profissional: Fabricio Arrivabene é Diretor Operacional, responsável pela área comercial (vendas, repasse e registro). É membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia. Foi Diretor Regional no Rio de Janeiro e Diretor Nacional de Marketing e Vendas da Companhia. Foi também Diretor de Vendas da Gafisa S.A. e Gerente Comercial e Gerente Corporativo na Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), empresa em que ingressou como trainee. É graduado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos, possui MBA pela Business School São Paulo e curso de extensão pela Kellogg School of Management. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Renan Barbosa Sanches - 339.652.628-74

Experiência Profissional: Renan Sanches é Chief Operating Officer. É membro do Comitê Executivo de Investimento. Foi Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e de Controladoria, Gerente de Planejamento Financeiro e Controladoria, e Gerente de Cobrança da Companhia. Trabalhou nas empresas Construtora Mudar, Banco Santander e American Express. É graduado em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Mauricio Luis Luchetti - 238.595.985-20

Mauricio Luchetti é membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Pessoas. Ele também é membro do Conselho de Administração da Yduqs onde coordena o Comitê de Gente e Governança e participa do Comitê de Acompanhamento e Performance. Sr. Luchetti também é membro do Conselho de Administração da Agrogalaxy onde coordena o Comitê de Gente e Governança e participa do Comitê de Auditoria. Ele também participa dos Conselhos Consultivos da GrandCru e da Sankhya, e ele foi membro dos Conselhos de Administração da Taesa Energia, Tempo Assist, Stefanini, JBS, Mangels e Nutriplant. Maurício Luchetti trabalhou por 19 anos na Brahma/Ambev onde foi Diretor de Gente e Gestão e Diretor Regional de Operações. Ele esteve presente por 3 anos no Grupo Votorantim onde atuou como Diretor Corporativo na Holding VPAR e como COO da Votorantim Cimentos. Ele também é sócio da Galicia Investimentos desde 2007. Sr. Luchetti é graduado em Administração de Empresas pela PUC-RJ com Pós Graduação em Finanças e RH pelo IAG-PUC/RJ. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que seja titular de participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do grupo econômico da Companhia. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Rodolpho Amboss - 742.664.117-15

Rodolpho Amboss - 742.664.117-15

Experiência Profissional: Rodolpho Amboss é membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Pessoas da Tenda e membro coordenador do Comitê De regulação e estratégia. Também é sócio-fundador e diretor executivo da Silverpeak Real Estate Partners, empresa de administração e gestão de fundos globais de investimento imobiliário. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado em Administração de Empresas pela Booth School of Business da Universidade de Chicago. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68

Antonoaldo é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas. Ele foi CEO da TAP Portugal entre 2017 e 2020. Anteriormente foi Presidente da Azul Linhas Aéreas entre 2014 e 2017 e sócios e líder das práticas de Infraestrutura e Real State na McKinsey Brasil entre 2012 e 2014. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Possui pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Mestrado em Administração pela The Darden Graduate School of Business. Além disso é membro independente do Conselho de Administração do Grupo Ânima desde 2019 e foi membro independente do Conselho de Administração da Infraero entre 2011/2012. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Fabricio Quesiti Arrivabene - 260.101.058-46

Experiência Profissional: Fabricio Arrivabene é Diretor Operacional, responsável pela área comercial (vendas, repasse e registro). É membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia. Foi Diretor Regional no Rio de Janeiro e Diretor Nacional de Marketing e Vendas da Companhia. Foi também Diretor de Vendas da Gafisa S.A. e Gerente Comercial e Gerente Corporativo na Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), empresa em que ingressou como trainee. É graduado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos, possui MBA pela Business School São Paulo e curso de extensão pela Kellogg School of Management. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Sidney Ostrowski - 274.874.888-37

Experiência Profissional: Sidney Ostrowski é Diretor Operacional, responsável pela área de operações (obras, suprimentos, entre outras). É membro dos Comitês Executivos de Investimentos e Ética da Companhia. Foi Diretor de Operações da Gafisa S.A., empresa em que iniciou sua carreira como estagiário. Na Gafisa, atuou em diversas funções, tais como engenheiro de obras, gerente geral de obras, entre outras. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui MBA em Gestão Imobiliária pela FAAP e MBA Executivo Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Alex Fernando Hamada - 167.831.498-62

Experiência Profissional: Alex Hamada é Diretor Operacional da Companhia, sendo um dos responsáveis pelo projeto de offsite construction. Anteriormente, foi responsável pelas áreas administrativas (TI, Jurídico, CSC, CRM e Auditoria Interna) e é membro do Comitê Executivo de Ética. Foi Diretor do Centro de Serviços Compartilhados da Gafisa S.A., Diretor do Centro de Serviços Compartilhados da Walmart Brasil S.A., Diretor de Produtos da Walmart Brasil S.A. e Diretor de Compras no Grupo Pão de Açúcar. É graduado em administração de empresas e possui MBA, ambas pela EAESP/FGV.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Luís Gustavo Scrássolo Martini - 270.338.348-70

Experiência Profissional: Luis Martini é Diretor Operacional, responsável pelas áreas de Marketing, CRM, Inteligência de Mercado e Tecnologia da Informação. É membro do Comitê Executivo de Investimentos da Companhia. Com mais 20 anos de experiência em diversos setores, foi Diretor de CX (Customer Experience) na Amazon, Diretor de Varejo do Grupo Omelete e Diretor de Marketing da Wine.com.br. Antes disso, trabalhou por 12 anos na Natura S.A, onde foi Gerente Global Sênior de Marketing. É formado em Engenharia Mecânica pela USP, com mestrado em Engenharia Aeronáutica e de Produção pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e pós-graduado em Marketing. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Michele Corrochano Robert - 234.245.078-81

Michele é atualmente Presidente da Gerdau Summit, uma JV da Gerdau, Sumitomo Stell e JSW). Entre 2019 e 2020 atuou como Gerente Geral para o Brasil na Stericycle Brasil e entre 2015 e 2019 atuou como Diretora de Supply Chain para a América Latina e Presidente para a América Latina na GE – Power Conversion Division. Michele é graduada em Engenharia Industrial e de Sistemas pela University of Florida e em Administração de Cadeia de Suprimentos pela Universisty of Michigan. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

José Urbano Duarte - 355.375.236-04

O Sr. José Urbano Duarte é trabalhou na Caixa Econômica Federal entre 1981 e 2014, havendo ocupado diversos cargos técnicos e estratégicos, entre eles o de vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal entre 2011 e 2014. É sócio da José Urbano Consultoria Ltda. consultoria especializada no setor imobiliário. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especializações pela FGV e pela Fundação Dom Cabral. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia titular de participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do grupo econômico da Companhia. Declaração de Eventuais Condenações: O Sr. José Urbano Duarte, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Rodrigo Osmo - 268.909.818-04

Experiência Profissional: Rodrigo Osmo é Diretor Presidente da Companhia. É membro coordenador dos Comitês Executivos de Investimentos e Ética da Companhia. Foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Diretor Financeiro da Gafisa S.A. e Diretor Superintendente da Alphaville Urbanismo S.A. Trabalhou na GP Investimentos, Bain&Company e Ysoquim Representações Internacionais. Também atuou como professor-assistente no departamento de Finanças da Harvard Business School. É graduado em Engenharia Química pela Escola Politécnica da Universidade de S. Paulo (USP) e possui MBA pela Harvard Business School. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Cristina Caresia Marques - 288.815.538-99

Experiência profissional: Cristina Caresia é Diretora Operacional da Companhia, responsável pela área de Recursos Humanos. Anteriormente, foi Diretora de Recursos Humanos da Cia. Hering S.A. e Gerente de Recursos Humanos da Natura. É graduada em Psicologia, com pós-graduação em Administração de Recursos Humanos e em Marketing de Serviços, ambas pela FAAP. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Raphael Souza Silva - 334.476.568-08

Raphael é Gerente de Riscos, Auditoria Interna e Compliance da Companhia. É membro do comitê de ética da Companhia e formado em Administração de empresas pela faculdade Anhembi Morumbi e em Gestão e Planejamento Financeiro também pela Anhembi Morumbi. Possui MBA em Gestão Econômica e Financeira de Empresas pela FGV. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Critérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Luiz Mauricio de Garcia Paula - 081.555.687-09

Luiz Mauricio Garcia é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. É membro dos comitês de Investimentos e Ética da Companhia. Antes atuou por 3 anos em gestoras de recursos como Velt e Apex Capital, após 8 anos no Bradesco BBI como analista responsável pelo setor de construção civil, dentre outros. Foi reconhecido por cinco anos consecutivos como melhor analista/time cobrindo setor de Real Estate no Brasil. Também teve passagens por empresas como Ipiranga, Claro, Aracruz (atualmente Suzano) e Gafisa. É graduado em economia pelo IBMEC com mestrado em Administração de Empresas pelo IAG/PUC-RJ e pós graduação pela Fundação Dom Cabral.
Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não possui participação relevante no capital da Companhia ou empresa controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Critérios de Independência: Para indicação deste membro à Diretoria da Companhia foram observados os critérios previstos na legislação aplicável, em especial o disposto nos Arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404/76.

Daniela Ferrari Toscano de Britto - 173.221.438-76

Daniela Ferrari é Diretora Operacional da Companhia, responsável pelas atividades de incorporação (área de Negócios) de São Paulo. Foi Diretora de Negócios da Fit Residencial, empresa do segmento de baixa renda da Gafisa S.A., e Gerente e Responsável de Negócios na Gafisa S.A., empresa em que iniciou sua carreira como estagiária. Na Gafisa, atuou em diversas áreas, tais como obras, projetos, custos, planejamento financeiro e incorporação. É graduada em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduada em Engenharia de Produção pela Fundação Vanzolini (USP) e possui MBA em Finanças pelo IBMEC-SP.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Cláudio José de Carvalho Andrade - 595.998.045-20	
N/A	
Mario Mello Freire Neto - 129.392.388-55	
N/A	
Flavio Uchôa Teles de Menezes - 152.597.248-01	
N/A	
Luciano do Amaral - 302.027.938-00	
N/A	
Renan Barbosa Sanches - 339.652.628-74	
N/A	
Mauricio Luis Luchetti - 238.595.985-20	
N/A	
Rodolpho Amboss - 742.664.117-15	
Rodolpho Amboss - 742.664.117-15	
N/A	
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68	
N/A	
Fabricio Quesiti Arrivabene - 260.101.058-46	
N/A	
Sidney Ostrowski - 274.874.888-37	
N/A	
Alex Fernando Hamada - 167.831.498-62	
N/A	
Luís Gustavo Scrássolo Martini - 270.338.348-70	
N/A	
Michele Corrochano Robert - 234.245.078-81	
N/A	
José Urbano Duarte - 355.375.236-04	
Rodrigo Osmo - 268.909.818-04	

N/A

Cristina Caresia Marques - 288.815.538-99

N/A

Raphael Souza Silva - 334.476.568-08

Luiz Mauricio de Garcia Paula - 081.555.687-09

N/A

Daniela Ferrari Toscano de Britto - 173.221.438-76

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia,controladas e controladores.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia mantém apólice de seguro de responsabilidade civil (D&O) para membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de qualquer outro órgão estatutário, tendo por objeto o pagamento de indenização aos administradores da Companhia e de suas controladas, incluindo expressamente a Companhia e os membros de sua administração, de todas as perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas, que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice. O limite máximo de garantia vigente é de R$ 50.000.000,00 e o valor do prêmio é de R$ 115.012,10 incluindo os valores de IOF. A atual apólice é vigente até 25/02/2023 e cobrirá somente reclamações apresentadas contra o segurado, pela primeira vez, para fatos desconhecidos na data da contratação. Embora a Companhia tenha contratado a apólice descrita, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pela mesma (tais como atos dolosos, multas, novas ofertas de valores mobiliários). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes

Informações a respeito das últimas assembleias gerais da Companhia

Adicionalmente, e de modo a garantir acesso a informações relevantes sobre as práticas adotadas pela Companhia, segue tabela com informações a respeito das assembleias gerais da Companhia realizadas nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente até 31 de dezembro de 2021:

Tipo	Data	Instalação em 1ª Convocação	Quórum da 1ª Convocação	Instalação em 2ª Convocação	Quórum da 2ª Convocação
AGE	25/03/2019	Não	30,98%	Sim	40,27%
AGO	24/04/2019	Sim	59,34%	-	-
AGO	10/07/2020	Sim	55,30%	-	-
AGE	10/07/2020	Não	56,20%	Sim	53,47%
AGO	30/04/2021	Sim	58,87%	-	-
AGE	20/08/2021	Não	37,41%	Sim	38,42%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Descrição da política prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A Política de Remuneração dos Administradores ("Política"), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Construtora Tenda S.A. ("Companhia"), visa determinar os critérios e modelos de remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia, em linha com as melhores práticas de remuneração e de governança corporativa assessorados por consultorias externas conceituadas no mercado, sendo que anualmente é aprovado em AGO (Assembleia Geral Ordinária) a remuneração global dos diretores estatutários.

b. composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e incentivo de longo prazo, na forma de programas de ações restritas.

A remuneração do Conselho de Administração é definida considerando a mediana e as boas práticas de mercado, com base em pesquisa realizada por consultoria externa para as posições de conselheiro, coordenador de comitê e presidente do conselho de administração.

Os programas de ações restritas direcionados ao conselho neste ano representam aproximadamente 42% do valor total da remuneração, possuem 2 (dois) anos de *vesting* e 2 (dois) anos de *lock-up* após o período de *vesting*. Quando outorgados, com frequência máxima anual, são aprovados pelo próprio Conselho de Administração e não podem sofrer qualquer tipo de modificação posterior sem aprovação em assembleia geral de acionistas.

Membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de benefício, porém são reembolsados em suas despesas de viagem (transportes, hotel, etc.) ao atenderem as reuniões e viagens relacionas à Companhia.

b) Diretoria

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, variável de curto prazo e incentivos de longo prazo baseado em ações.

Os valores pagos a título de remuneração fixa, variável de curto prazo e incentivos de longo prazo são auferidos junto ao mercado via contratação de consultoria externa. A parcela variável tem significativa representatividade na remuneração total, permitindo maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, caso as metas estabelecidas para o período sejam atingidas ou superadas. Da mesma forma, os incentivos de longo prazo, baseados em opção de compra de ações e programas de ações restritas, visam recompensar o resultado de um período mais longo, geralmente a partir de 3 (três) anos. Desde 2018 os programas outorgados são exclusivamente de ações restritas.

Adicionalmente à remuneração fixa e variável, a Companhia oferece a seus diretores estatutários os benefícios de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida e vale refeição, os quais são estabelecidos de acordo com o padrão de mercado.

c) Conselho Fiscal

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estabelecida seguindo a legislação existente em vigor. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores. Os membros do conselho fiscal não possuem remuneração variável e benefícios.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

d) Comitês

Todos os administradores da companhia que são membros de comitês de assessoramento não recebem remuneração específica pelo fato de atuarem nos Comitês.

ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

a) Conselho de Administração

No exercício de 2021, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 65% de remuneração fixa e 35% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2020, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 53% de remuneração fixa e 47% de incentivos de longo prazo. Em 2019, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 55% de remuneração fixa e 45% de incentivos de longo prazo.

b) Diretoria Estatutária

No exercício social de 2021, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 75% de remuneração fixa, 1% de incentivos a curto prazo e 24% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2020, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 43% de remuneração fixa, 7% de incentivos a curto prazo e 50% de incentivos a longo prazo. No exercício social de 2019, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 47% de remuneração fixa, 27% de incentivos a curto prazo e 27% de incentivos de longo prazo.

c) Conselho Fiscal

No exercício fiscal de 2021, 2020 e 2019 a remuneração total do Conselho Fiscal esteve alocada da seguinte forma em 100% de remuneração fixa.

d) Comitês

Os administradores da companhia que atuam como membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração praticados pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de ajuste em algum dos componentes. As pesquisas englobam empresas líderes de mercado, de porte equivalente, de diferentes setores de atuação e com nível equivalente de governança corporativa.

iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis tanto de curto como de longo prazo, o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus administradores. As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados, alinhadas às práticas de mercado.

v) existência de membros não remunerados e razão para esse fato

Não existem membros não remunerados na administração da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração variável de curto prazo está diretamente relacionada aos indicadores contidos no *scorecard* da Companhia, o qual é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, como por exemplo, retorno sobre o patrimônio líquido ("ROE"), geração de caixa, EBITDA, volume de repasses, entre outros.

O incentivo de longo prazo outorgado aos diretores sob o formato de programa de ações restritas considera um patamar mínimo de

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

valorização da ação (incluindo-se a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio – JCP), comparada à expectativa interna de valorização da ação e com benchmarks. Ambos os aspectos compõem uma matriz de apuração e são definidos objetivamente pelo Conselho no momento da outorga de cada programa.

O incentivo de longo prazo outorgado aos conselheiros sob o formato de programa de ações restritas considera unicamente o valor da ação na data de outorga.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de aproximadamente 35% de incentivos de longo prazo sob o formato de ações restritas, considerando o preço da ação no momento da outorga. As ações outorgadas somente serão transferidas aos Beneficiários Tenda após o período de *vesting* (2 anos) e poderão ser negociadas em bolsa após 2 anos de *lock-up*, ou seja, 4 anos a partir da outorga. Desta forma, a remuneração do Conselho de Administração está diretamente alinhada com os resultados da companhia no decorrer do período de carência e consequente valorização das suas ações.

Diretoria

A remuneração da Diretoria é composta com maior representatividade nos componentes variáveis de curto e longo prazo. Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada não só à performance individual quanto à performance da Companhia, bem como ao atingimento das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas no âmbito do plano de programa de ações restritas da Companhia estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A prática adotada pela Companhia com relação aos componentes da remuneração está diretamente alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos: a remuneração fixa somada ao incentivo de curto prazo refletem médias de mercado, somadas a componentes de avaliação que levam em consideração indicadores-chave de desempenho ("KPIs") de criação de valor a longo prazo, enquanto os incentivos de longo prazo elevam a remuneração total caso a empresa cresça, tenha boa performance e suas ações se valorizem no mercado de capitais. Desta forma, a Companhia entende que o modelo de remuneração concentrado em incentivos de longo prazo está alinhado ao ciclo operacional e financeiro do mercado em que atua.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

As opções outorgadas nos programas de opção de compra de ações terão seus prazos de carência antecipados e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, assim como as ações restritas outorgadas no programa de ações restritas terão seus prazos de carência antecipados e os Beneficiários Tenda terão direito a receber as referidas ações restritas no prazo de até 60 (sessenta) dias, caso:

i. O Beneficiário seja rebaixado de posição na Companhia ou caso ocorra o término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário, sem justa causa, por iniciativa da Companhia, em até 2 (dois) anos contados a partir dos seguintes eventos:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. da realização de qualquer operação de incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão, ou outra forma de reorganização da Companhia, tenha esta sido a sociedade remanescente, e pela qual o patrimônio líquido anterior da Companhia passe a representar parcela inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da companhia resultante (ou da companhia de maior porte, no caso de cisão);

b. da aquisição de participação equivalente a 30% (trinta por cento) ou mais do capital social da Companhia por pessoas naturais ou jurídicas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, inclusive se sujeitas a controle comum ou coligadas entre si, qualquer que tenha sido a forma de aquisição de tal participação, seja em uma ou mais operações;

c. da dissolução da Companhia.

ii. Caso se concretize uma oferta pública de ações ("OPA") para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

iii. Ocorra qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia;

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

O Comitê de Pessoas (antigo Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa) faz recomendações com base em estudos salariais frequentemente atualizados para subsidiar a tomada de decisão do Conselho de Administração.

ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Anualmente o Comitê de Pessoas recomenda a remuneração individual dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração com base em estudos desenvolvidos por consultorias especializadas. Os estudos levam em consideração empresas líderes de mercado, de porte equivalente, de diferentes setores de atuação e com nível equivalente de governança corporativa.

iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O Conselho de Administração verifica a política de remuneração anualmente, visando a manutenção da atratividade e a retenção dos administradores da companhia, eventualmente realizando os ajustes de estratégia que entender necessário para tal finalidade.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	16,25	3,00	26,25
Nº de membros remunerados	7,00	16,25	3,00	26,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.646.774,20	10.468.956,40	360.000,00	13.475.730,60
Benefícios direto e indireto	0,00	1.461.292,57	0,00	1.461.292,57
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	529.354,80	2.093.791,28	72.000,00	2.695.146,08
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	179.550,00	0,00	179.550,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.725.710,73	4.433.564,37	0,00	6.159.275,10
Observação				
Total da remuneração	3.176.129,04	14.024.040,25	432.000,00	23.970.994,39

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	14,75	3,00	24,75
Nº de membros remunerados	7,00	14,75	3,00	24,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.187.000,00	8.506.526,73	186.837,75	10.880.364,48
Benefícios direto e indireto	0,00	1.248.436,35	0,00	1.248.436,35

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	367.200,00	1.798.219,71	37.367,55	2.202.787,26
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.919.099,43	0,00	1.919.099,43
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.283.808,00	13.533.832,44	0,00	15.817.640,44
Observação				
Total da remuneração	4.838.008,00	27.006.114,66	224.205,30	32.068.327,96

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	12,00	3,00	22,00
Nº de membros remunerados	7,00	12,00	3,00	22,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.430.000,00	7.053.429,00	175.841,00	9.659.270,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.047.494,00	0,00	1.047.494,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	443.168,00	1.410.686,00	0,00	1.853.854,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.398.286,00	0,00	5.398.286,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.364.475,00	5.402.854,00	0,00	7.767.329,00
Observação				
Total da remuneração	5.710.538,00	21.393.320,00	175.841,00	27.279.699,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

ANO 2022 - PREVISTO	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	15,06	3,00	25,06
Nº de membros remunerados	7,00	15,06	3,00	25,06
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	13.961.875,00	na	13.961.875,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	11.169.500,00	na	11.169.500,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00

ANO 2021	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	16,25	3,00	26,25
Nº de membros remunerados	7,00	16,25	3,00	26,25
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	179.550,00	na	179.550,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	179.550,00	na	179.550,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	179.550,00	na	179.550,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

ANO 2020	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	14,75	3,00	24,75
Nº de membros remunerados	7,00	14,75	3,00	24,75
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso asmetas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	1.919.099,43	na	1.919.099,43
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	1.919.099,43	na	1.919.099,43
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	1.919.099,43	na	1.919.099,43

ANO 2019	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	11,92	3,00	21,92
Nº de membros remunerados	7,00	11,92	3,00	21,92
Em relação ao Bônus:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso asmetas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
Em relação à Participação nos Resultados:				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	9.192.188,00	na	9.192.188,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	7.353.750,00	na	7.353.750,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	5.398.285,77	na	5.398.285,77

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Foi aprovado com o objetivo de atrair e reter executivos da Companhia, concedendo aos administradores e conselheiros a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes administradores e empregados de alto nível aos interesses dos acionistas. A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 10% do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas de todos os programas vigentes.

No exercício social de 2021, estavam vigentes três programas de opção de compra de ações:

i. **"Programa de 2014":** Aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2014, outorgando 10.020.000 opções aos diretores estatutários. O número de opções já considera o grupamento de ações da companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2016 e desdobramento de ações realizado em 25 de março de 2019. As opções estão divididas em dois lotes, pelo prazo de *vesting* de 4 e 5 anos, respectivamente, e prazo de exercício de 10 anos a partir da data da outorga.

ii. **"Programa de 2016":** Aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2016, outorgando 240.000 opções aos diretores estatutários. O número de opções já considera o grupamento de ações da companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de novembro de 2016 e desdobramento de ações realizado em 25 de março de 2019. As opções estão divididas em dois lotes, pelo prazo de *vesting* de 4 e 5 anos, respectivamente, e prazo de exercício de 10 anos a partir da data da outorga.

iii. **"Programa de 2017":** Aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2017. Não foram outorgadas ações para os administradores.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Foi aprovado com o objetivo de (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários Tenda a possibilidade de serem acionistas da Companhia, (b) alinhar os interesses dos Beneficiários Tenda com os interesses dos acionistas, e (c) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser entregues aos Beneficiários Tenda, no âmbito deste plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação de referido plano.

No exercício social de 2021, estavam vigentes cinco programas de outorgas de ações restritas:

i. **"Programa de 2018":** Aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2018, outorgando 760.000 ações restritas aos diretores estatutários e 195.000 aos membros do Conselho de Administração.

O número de ações outorgadas aos diretores por sua vez, já considera o desdobramento de ações realizado em 25 de março de 2019.

ii. **"Programa de 2019":** Aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de abril de 2019, outorgando 545.600 ações restritas aos diretores estatutários e 236.000 aos membros do Conselho de Administração.

iii. **"Programa de 2020":** Aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2020, outorgando 353.606 ações restritas aos diretores estatutários.

iv. **"Programa de 2021":** Aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2021, outorgando 509.757 ações restritas aos diretores estatutários, e 353.606 aos diretores Alea estatutários e 147.504 aos membros do Conselho de Administração.

a. termos e condições gerais

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

No âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, são elegíveis para participar os administradores e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentro dos limites estabelecidos pelo plano de opção de compra de ações da Companhia, o Conselho de Administração é responsável por realizar outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicas aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações ("Programas Tenda"), nos quais podem ser definidos:

1. os administradores e empregados da Companhia que serão beneficiários do programa ("Beneficiários Tenda");
2. o número total de ações da Companhia objeto de outorga e sua divisão em lotes;
3. o preço de exercício e eventuais descontos;
4. o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
5. restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e
6. metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia.

O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. Atualmente, o Comitê de Pessoas é responsável por analisar e recomendar todas as ações relacionadas à remuneração e incentivos de longo prazo, para aprovação do Conselho de Administração.

Os Beneficiários Tenda contemplados pelas outorgas celebram com a Companhia seus respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações ("Contratos de Opção Tenda"), por meio dos quais os Beneficiários Tenda têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do plano de opção de compra de ações e do Programa Tenda correspondente. Os Contratos de Opção Tenda podem prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

O plano de opção de compra de ações da Companhia também estabelece a possibilidade de que o Conselho de Administração outorgue opções diferenciadas a determinados Beneficiários Tenda ("Opções Adicionais Tenda"), pelo preço de exercício de R$ 0,01. O exercício das Opções Adicionais Tenda, se outorgadas, será sempre condicionado e proporcional ao prévio exercício das demais opções previstas no plano de opção de compra de ações da Companhia e outorgadas a cada Beneficiário Tenda ("Opções Convencionais"), cujo preço de exercício será sempre calculado conforme o valor de mercado e ao decurso de um prazo de carência contado da data da respectiva outorga.

Plano de Outorga de Ações Restritas

No âmbito do plano de outorga de ações restritas da Companhia, são elegíveis para participar os administradores, conselheiros e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração.

Obedecidas as condições gerais do plano, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do plano de outorga de ações restritas e dos respectivos programas, incluindo:

1. criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de ações restritas, observados os termos gerais do plano, e a solução de dúvidas de interpretação do plano e dos respectivos programas;
2. a eleição dos Beneficiários Tenda e a autorização para outorgar ações restritas em seu favor, estabelecendo todas as metas e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente, observados os termos e princípios do plano de outorga de ações restritas e o disposto nos respectivos contratos de outorga;

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

3. a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das ações restritas, nos termos do plano e da ICVM 567;
4. definir metas relacionadas ao desempenho dos Beneficiários Tenda e/ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das ações restritas, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia;
5. tomar quaisquer providências necessárias para a administração do plano e dos respectivos programas;
6. propor eventuais alterações ao plano a serem submetidas à aprovação da assembleia geral extraordinária; e
7. a criação de programas e a definição da quantidade de ações restritas objeto de cada programa.

O plano será administrado pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo na administração do plano e dos programas, cabendo, no entanto, qualquer decisão ao Conselho de Administração.

Ainda, de acordo com o plano de outorga de ações restritas:

1. o Conselho de Administração da Companhia somente poderá aprovar 1 (um) programa de outorga de ações restritas por ano, que seja destinado a membros do Conselho de Administração; e
2. qualquer alteração a referido programa, após sua aprovação, somente poderá ser realizada mediante autorização da assembleia geral de acionistas da Companhia.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários Tenda, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

1. o *target* de ações restritas objeto da outorga;
2. os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas;
3. as métricas de desempenho; e
4. a possibilidade de incidência de tributos sobre a entrega de ações, inclusive o imposto de renda retido sobre a fonte ("IRRF"), mediante a redução de parte das ações restritas a serem conferidas.

b. principais objetivos do plano:

O plano de opção de compra de ações e o plano de outorga de ações restritas objetivam:

- Estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos respectivos Beneficiários Tenda adquirir ações de sua emissão;
- Atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas; e
- Alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses de seus acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao possibilitar que os administradores se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses da Companhia, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento desta, assim maximizando seus lucros. Atinge-se, ainda, por meio deste modo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito dos planos de outorga de ações restritas.

Adicionalmente, o modelo adotado está condicionado ao cumprimento de carência e matriz de performance (TSR Tenda e TSR Benchmark Concorrentes) na qual possibilita maiores ganhos a medida que haja valorização das ações a longo prazo, desta forma

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

contribui de forma significativa na retenção e engajamento com ações que proporcionam crescimento e valorização da companhia, com entrega de resultados consistentes.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O plano de opção de compra de ações e o plano de outorga de ações restritas, ambos atualmente em vigor, inserem-se na política de concentração de incentivos de longo prazo dos administradores em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. Os incentivos de longo prazo possuem maior representatividade na remuneração total que visa compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos, conforme explicado no item 13.1 acima.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base no plano de opção de compra de ações e no plano de outorga de ações restritas trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores da Companhia em diferentes horizontes de tempo.

A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os respectivos Beneficiários Tenda se comprometam com a constante valorização das ações no curto, médio e longo prazo.

Os referidos planos alinham os interesses de administradores da Companhia e seus acionistas por meio de benefícios aos administradores de acordo com o desempenho das ações da Companhia. Por meio desses planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo, advindos dos resultados construídos no curto prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

A quantidade máxima de Ações Convencionais que podem ser objeto de outorga de opções, considerados de forma agregada no plano de opção de compra de ações da Companhia, é equivalente a 10% das ações representativas do capital social da Companhia, com exceção das Opções Adicionais Tenda, as quais não integram referido limite, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções (totalizando 6.000.000 de ações), conforme aditamento realizado em 22 de novembro de 2016.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Poderão ser entregues aos Beneficiários Tenda, no âmbito deste plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação do plano.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Cada opção assegura ao Beneficiário Tenda o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Cada ação restrita outorgada assegura ao Beneficiário Tenda o direito de receber, mediante atingimento de indicadores específicos, uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de ações a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

h. condições de aquisição de ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Como regra geral, as opções outorgadas sob o modelo convencional de outorga devem ser adquiridas pelo preço de exercício equivalente ao valor de mercado, sendo que este preço pode estar sujeito à correção monetária e à incidência de juros, conforme estipulado pelo Conselho de Administração em cada Programa Tenda.

As Opções Adicionais Tenda, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R$ 0,01 (um centavo), e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário Tenda, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais Tenda têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de outorga, os direitos dos Beneficiários Tenda de efetivamente receberem as ações restritas outorgadas somente serão plenamente adquiridos se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (i) os Beneficiários Tenda permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência; e (ii) sejam atingidas, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no retorno total do acionista ("TSR") da Companhia, comparado ao custo de capital próprio, *benchmark* de TSR e IBRX100 ou outro índice, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração no programa e respectivos contratos de outorga. O Conselho de Administração estabelecerá uma matriz de desempenho, contendo as metas da Companhia e o percentual de ações restritas outorgadas a que o Beneficiário Tenda fará jus em cada quadrante de atingimento de metas constante da matriz de desempenho, sendo que o Beneficiário Tenda poderá receber entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) do *target* de ações restritas outorgadas ao Beneficiário Tenda em cada programa, conforme percentual de atingimento das metas constantes da matriz de desempenho.

Ao final de cada período de carência, o Conselho de Administração verificará o cumprimento das condições estabelecidas no item acima e demais condições previstas no respectivo contrato de outorga e confirmará a quantidade de ações restritas a que o Beneficiário Tenda faz jus a receber ("Ações Maturadas"), sendo que a Companhia deverá transferir as referidas Ações Maturadas ao Beneficiário Tenda após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término do período de carência ou outro prazo acordado com o Beneficiário Tenda em questão.

Os Beneficiários Tenda que sejam membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) não poderão negociar com as ações restritas recebidas da Companhia pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de transferência das ações restritas pela Companhia ao Beneficiário Tenda em questão ("Lock-Up"); (ii) não se aplicará a matriz de desempenho referida no parágrafo anterior.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso, quando do lançamento do Programa Tenda aplicável, e será equivalente: (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa Tenda, ao valor apurado em avaliação realizada por banco ou empresa independente; ou (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa Tenda, à cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na B3, anteriores à data da outorga da opção.

Em Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

qualquer caso, o preço de exercício poderá ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa Tenda, que seja deduzido do preço de exercício a ser pago pelos Beneficiários Tenda o valor dos dividendos e juros sobre o capital

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

próprio por ação, declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção Convencional.

Exclusivamente na hipótese de as deduções mencionadas no parágrafo anterior serem superiores ao valor do preço de exercício a ser pago pelo Beneficiário Tenda, o crédito gerado ao Beneficiário Tenda perante a Companhia poderá ser compensado mediante a outorga de Opções Adicionais Tenda, a critério do Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, na forma a ser determinada em cada Programa Tenda e sempre de acordo com as regras do plano.

O preço de exercício das Opções Adicionais Tenda, se outorgadas, será de R$ 0,01 (um centavo), observadas as disposições deste plano. Não será aplicável ao preço de exercício das Opções Adicionais Tenda a regra disposta no segundo parágrafo deste tópico.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os outros requisitos estabelecidos no plano.

critérios para fixação do prazo de exercício Conforme mencionado nos subitens “a” a “i” acima, as Opções Adicionais Tenda, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R$ 0,01 (um centavo), e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário Tenda, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais Tenda têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas. O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Conforme mencionado nos subitens “a” a “i” acima, as Opções Adicionais Tenda, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R$ 0,01 (um centavo), e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário Tenda, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais Tenda têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas. O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não há prazo de exercício das outorgas pelo Beneficiário, uma vez satisfeitas as condições previstas no Plano, após o Período de Carência, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá, a título não oneroso, por meio de operação privada, para o nome dos Beneficiários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do Período de carência.

Não há a necessidade de se solicitar o resgate das ações restritas, ou mesmo a necessidade de se exercer algo, já que o Plano de Ações Restritas não utiliza o conceito de opções.

k. forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários Tenda serão emitidas, sendo que o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, será homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também utilizar-se-á de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas Tenda aprovados até a data deste documento, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

l. restrições à transferência das ações

Para os Programas Tenda emitidos no âmbito do plano de opção de compra de ações haverá um período de Lock-Up, compreendendo 25% a 40% das opções exercidas. O prazo de vencimento do Lock-Up destes Programas Tenda é de 10 anos após a data de outorga das opções.

Para os programas emitidos no âmbito do plano de outorga de ações restritas, haverá um período de Lock- Up, compreendendo 100% das ações exercidas, com prazo de vencimento em 2 anos após a data da transferência das ações aos membros do Conselho de Administração.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano de opção de compra de ações da Companhia poderá ser alterado ou extinto pelo Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão pode: (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; ou (ii) alterar ou prejudicar, sem o consentimento do Beneficiário Tenda, quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra de ações.

Na hipótese de cisão da Companhia ou de redução de seu capital social: (i) enquanto a Companhia não tiver suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, o preço de exercício das opções não exercidas será ajustado de acordo com o valor equivalente do patrimônio líquido efetivamente transferido ou reduzido, conforme o caso; ou (ii) a partir do momento que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação em bolsa de valores, o preço de exercício será ajustado de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e as opções dos Programas Tenda em vigor, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Pessoas, conforme o caso, poderá ser transferido para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário Tenda. Após o referido prazo, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito a qualquer indenização.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, em cada Programa Tenda, que, caso a Companhia venha a ter suas ações negociadas em bolsa de valores e seja realizada: (i) uma OPA para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM; ou (ii) qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia, as opções outorgadas no âmbito do Programa Tenda terão seus prazos de carência antecipados e, caso aplicável, o período mínimo de indisponibilidade liberados, e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, durante o prazo da OPA ou, se aplicável, durante o prazo adicional previsto em normal legal ou regulamentar.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso, determinará: (i) se o período de restrição para alienação das ações estabelecido no Programa Tenda deverá permanecer em vigor; e (ii) o tratamento a ser dado às Opções Adicionais Tenda eventualmente outorgadas ao Beneficiário Tenda, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário Tenda, sem justa causa.

Nos termos do plano de opção de compra de ações e do plano de outorga de ações restritas da Companhia, o desligamento do

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Beneficiário Tenda terá os seguintes efeitos sobre as opções ou ações a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (i) havendo justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; (ii) no caso de inexistência de justa causa, demissão voluntária ou pedido de aposentadoria, as opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas; (iii) em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário Tenda, todas as opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário ou seus sucessores, em um prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Em todos estes casos, exceto por falecimento ou invalidez permanente, as restrições à transferência das ações que lhes sejam aplicáveis permanecerão em vigor.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

ANO 2021	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Programas Tenda S.A	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Nº total de Membros	7,00	7,00	7,00	12,00	14,75	16,25
Nº de membros remunerados	7,00	0,00	7,00	12,00	14,75	16,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações e ações restritas:						
Data de outorga	09/04/2019	na	31/01/2021	09/04/2019	16/04/2020	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	236.000	na	147.504	545.600	353.606	852.840
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	31/01/2021	na	31/01/2023	31/01/2022 Aditado para 31/01/2023	31/01/2023	Lote A em 31/01/2024: 383.489 Lote B em 31/01/2025: 102.925 Lote B em 30/06/2025: 42.089 Lote C em 31/01/2026: 240.158 Lote C em 30/06/2026: 84.179
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	na	2 anos	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:						
Em aberto no início do exercício social	na	na	na	na	na	na

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Perdidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Exercidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Expiradas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções na data da outorga	18,50	na	29,07	18,50	36,19	29,07
Diluição pontencial no caso do exercício de todas as opções	0,23%	na	0,14%	0,52%	0,34%	0,82%

ANO 2020	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Programas Tenda S.A	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Nº total de Membros	7	7	na	12	15	na
Nº de membros remunerados	7	7	na	12	15	na
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações e ações restritas:						
Data de outorga	09/04/2019	na	na	09/04/2019	16/04/2020	na
Quantidade de opções outorgadas	236.000	na	na	545.600	353.606	na
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	31/01/2021	na	na	31/01/2022	31/01/2023	na
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:						
Em aberto no início do exercício social	na	na	na	na	na	na
Perdidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Exercidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Expiradas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções na data da outorga	18,50	na	na	18,50	36,19	na
Diluição pontencial no caso do exercício de todas as opções	0,23%	na	na	0,52%	0,34%	na

2019	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Programas Tenda S.A	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Nº total de Membros	7	na	na	12	na	na
Nº de membros remunerados	7	na	na	12	na	na
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:						
Data de outorga	09/04/2019	na	na	09/04/2019	na	na
Quantidade de opções outorgadas	236.000	na	na	545.600	na	na

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	31/01/2021	na	na	31/01/2022	na	na
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:						
Em aberto no início do exercício social	na	na	na	na	na	na
Perdidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Exercidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Expiradas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções na data da outorga	18,50	na	na	18,50	na	na
Diluição pontencial no caso do exercício de todas as opções	0,23%	na	na	0,52%	na	na

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

ANO 2021	Conselhod de Administração			Diretoria Estatutária		
Programas Tenda S.A	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Nº total de Membros	7,00	7,00	7,00	11,92	14,75	16,25
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	11,92	14,75	16,00
Em relação às opções ainda não exercíveis						
Quantidade	100% entregues	n.a	147.504	545.600	353.606	852.840
Data em que se tornarão exercíveis	na	na	31/01/2023	31/01/2022 Aditado para 31/01/2023	31/01/2023	31/01/2024
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	na	na	1 ano	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções no último dia do exercício social	na	na	16,71	16,71	16,71	16,71
Em relação às opções exercíveis						
Quantidade	na	na	na	na	na	na
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções no último dia do exercício social	na	na	na	na	na	na
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	na	na	na	na	na	na

13.6 - Opções em Aberto

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

ANO 2021	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Programas Tenda S.A	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Nº total de Membros	7,00	7,00	7,00	12,00	14,75	16,25
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	12,00	14,75	16,00
Em relação às opções exercidas informar:						
Número de ações	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	na	na	na	na	na	na
Em relação às ações entregues informar:						
Número de ações	245.074	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de aquisição	18,50	na	na	na	na	na
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adiquiridas	8,38	na	na	na	na	na

ANO 2020	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Programas Tenda S.A	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Nº total de Membros	7,00	7,00	na	12,00	14,75	na
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	na	12,00	14,75	na
Em relação às opções exercidas informar:						
Número de ações	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	na	na	na	na	na	na
Em relação às ações entregues informar:						
Número de ações	na	na	na	na	na	na

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Preço médio ponderado de aquisição	na	na	na	na	na	na
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas	na	na	na	na	na	na

Opções exercidas referem-se as ações exercidas no ano de 2020 do programa de opção de compra de ação.

Ações entregues referem-se as ações do plano de outorga de ações restritas

ANO 2019	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Programas Tenda S.A	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Nº total de Membros	7,00	na	na	12,00	na	na
Nº de membros remunerados	7,00	na	na	12,00	na	na
Em relação às opções exercidas informar:						
Número de ações	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	na	na	na	na	na	na
Em relação às ações entregues informar:						
Número de ações	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de aquisição	na	na	na	na	na	na
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	na	na	na	na	na	na

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - método de precificação do valor das ações e das opções

As opções de compra de ações e ações restritas outorgadas conferem aos Beneficiários Tenda o direito de subscrever ações ordinárias no capital social da Companhia, após períodos que variam entre três e dez anos de permanência no quadro de empregados ou administradores da Companhia (condição essencial para o exercício da opção). As ações outorgadas no plano de opção de compra de ações (2014 e 2016) expiram após o período aproximado de dez anos da data da outorga.

O valor justo das opções de compra de ações e ações restritas é estabelecido na data de outorga, sendo que esse é reconhecido como despesa no resultado (em contrapartida ao patrimônio líquido) durante o período de carência do programa.

a. modelo de precificação

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas aos Beneficiários Tenda dos planos é o Modelo Black-Scholes, conforme detalhado a seguir.

Modelo Black-Scholes

O modelo Black Scholes, método mais popular para avaliação do valor de opções de ações, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

Plano de Outorga de Ações Restritas (2018, 2019, 2020 e 2021)

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das ações restritas outorgadas aos Beneficiários Tenda dos planos é o Modelo Monte Carlo, conforme detalhado a seguir.

Modelo Monte Carlo

O modelo Monte Carlo, mais aderente para o plano de outorga de ações restritas por analisar cenários futuros, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções e ações restritas devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do programa correspondente).

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Preço médio ponderado das ações

O preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações (2014 e 2016), teve como base a avaliação da Companhia realizada por banco independente no momento da outorga, conforme a regra do plano, considerando que a Companhia não possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação dos Programas Tenda vigentes.

O preço de referência das ações restritas outorgadas no âmbito do plano de outorga de ações restritas (2018, 2019, 2020 e 2021), teve como base o seu valor de mercado, visto que possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação do programa vigente.

Preço de exercício

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

O preço de exercício das opções de compra outorgadas pela Companhia, a ser pago pelos respectivos Beneficiários Tenda, poderá ter seu valor reduzido pelo valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da opção ordinária. Se o preço do exercício, após os abatimentos, for superior ao valor do preço de mercado, o plano estabelece a possibilidade do Conselho de Administração outorgar Opções Adicionais Tenda, podendo os Beneficiários Tenda exercerem a opção de compra pelo valor de R$ 0,01 (um centavo).

Plano de Outorga de Ações Restritas (2018, 2019, 2020 e 2021)

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os requisitos estabelecidos no plano.

Prazo de vida da opção

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 3 a 6 anos a contar da data em que o lote se tornou exercível, ou seja, além do prazo de carência.

Plano de Outorga de Ações Restritas (2018, 2019, 2020 e 2021)

O prazo contratual para transferência de ações restritas é de 3 anos para as ações outorgadas aos Diretores e de 2 anos aos membros do Conselho de Administração, sempre a contar da data de outorga.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

Não foi considerada taxa de distribuição de dividendos na precificação das opções e ações restritas, refletindo a falta de histórico e a não previsibilidade sobre o tema no momento do cálculo.

Taxa de juros livre de risco

A taxa livre de risco foi obtida junto à B3 e se referem a taxa curva DI na respectiva data de outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Considera-se empiricamente que a parte das opções possam ser exercidas antecipadamente por parte dos titulares em relação ao prazo de vida da opção. Este comportamento se deve a diversos motivos, como por exemplo, a necessidade de liquidez pessoal e a impossibilidade de proteção patrimonial *(hedge)*.

Neste sentido, de modo a incorporar essa particularidade, a Companhia adotou a premissa de que as opções serão exercidas em um prazo médio calculado entre a data de *vesting* e o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações em até 60 dias, desde que cumprido todos os requisitos estabelecidos no plano.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice Imobiliário da B3 (IMOB).

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice da própria ação (TEND3).

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014 e 2016)

Período de carência (“vesting period”)

Durante o período de carência, as opções não podem ser exercidas pelos Beneficiários Tenda. Essa condição foi incluída nos cálculos ao tratarmos as opções como do tipo europeia (que somente podem ser exercidas a partir de uma certa data), enquanto ainda não incorporadas. Após a incorporação, as opções passam a ser do tipo americana (isto é, exercíveis a qualquer momento até um prazo final extintivo).

Restrição para venda (“lock-up”)

Contratualmente, existe uma restrição para a venda de parte das ações adquiridas mediante o exercício das opções. Esta restrição, também denominada período de lock-up, tem duração de 10 anos a partir da data de outorga, e de 3 a 6 anos a partir das datas de *vesting*, conforme as condições específicas de cada Programa.

Essa restrição implica na diminuição do valor das ações para o Beneficiário Tenda, tendo em vista que as ações são ilíquidas no momento do exercício das opções. De forma a considerar essa característica, foi aplicado um desconto por falta de liquidez no preço das ações pelo método da “protective put”.

Plano de Outorga de Ações Restritas (2018, 2019, 2020 e 2021)

Métricas de Desempenho

13.8 - Precificação Das Ações/opções

O plano de outorga de ações restritas considera cenários de probabilidade do atingimento das métricas de desempenho, descritas no item 13.4, para a quantidade das ações restritas outorgadas, através do método Monte Carlo, em que são avaliados com base em dados históricos.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Órgão	Quantidade de ações	%
Conselho de Administração	555.881	0,533%
Diretoria Estatutária	955.268	0,915%
Conselho Fiscal	0	0,000%
TOTAL	1.511.149	1,448%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, considerando que não foram conferidos aos membros do Conselho de Administração e Diretores estatutários quaisquer planos de previdência.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	16,25	14,75	12,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	16,25	14,75	12,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.678.198,00	6.877.419,51	5.755.277,00	1.079.428,00	942.893,97	1.013.272,00	144.000,00	62.279,25	58.614,00
Valor da menor remuneração(Reais)	500.955,00	540.801,63	944.234,00	575.714,00	673.506,53	723.765,00	144.000,00	62.279,25	58.614,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.146.902,00	1.829.550,93	1.782.777,00	700.263,00	691.144,00	815.791,00	144.000,00	62.279,25	58.614,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas da Diretoria Estatutária (custo contábil). 1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão. 2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior. 3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.
31/12/2019	Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas da Diretoria Estatutária (custo contábil). 1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão. 2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior. 3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.

Conselho de Administração	
31/12/2020	Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de outorga de ações restritas do Conselho de Administração. (custo contábil). 1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão. 2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior. 3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.

31/12/2019	31/12/2019 Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de outorga de ações restritas do Conselho de Administração. (custo contábil). 1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão. 2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior. 3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, considerando que não foram celebrados arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Adicionalmente, a Companhia não celebrou compromisso de indenidade que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui administradores ou membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 Outras informações relevantes

Sobre o Programa de Remuneração Baseada em Ações:

Os valores apresentados como incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações, refletem o custo contábil de todos os programas outorgados até a data deste Formulário de Referência que ainda estejam sendo amortizados e, portanto, apresentados em nossas demonstrações financeiras. Estes valores são calculados no momento da outorga e cada plano segue um modelo de precificação específica: Modelo Black-Scholes para o plano de outorga de opção de compra de ações, e Modelo Monte Carlo para o plano de outorga de ações restritas. Os custos calculados são amortizados ao longo do tempo (em sua maioria, 4 anos).

Sobre alterações na quantidade de ações e preço de exercício do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia (2014):

a. Em reunião do conselho de administração realizada em 02 de fevereiro de 2016, o preço de exercício das opções outorgadas no Programa Tenda 2014 foi ajustado de R$ 0,77 para R$ 0,85, de forma a refletir corretamente o valor de avaliação da Companhia, conforme apurado por banco independente no momento de aprovação do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.

b. Em reunião do conselho de administração realizada em 22 de novembro de 2016, considerando a necessidade de se adequar o número de ações utilizado como base para as outorgas de opções dos Programas Tenda e, ainda, a necessidade de se refletir em referido o grupamento de ações da Companhia, o Conselho determinou:

   i. O ajuste do número de ações objeto do plano de outorga de opção de compra de ações (2014) de 46.773.302 para 6.000.00 ações

   ii. O ajuste do número de ações objeto dos Programas Tenda à razão de 7,79555:1

   iii. O ajuste do preço de exercício do Programa de 2014 de R$ 0,85 para R$ 6,63 por ação; e

   iv. O ajuste do preço de exercício do Programa de 2016 de R$ 0,88 por ação para R$ 6,86 por ação.

c. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2016, foi aprovada uma redução de capital de R$100.000.000,00 em favor da então controladora Gafisa, impactando posteriormente o preço de exercício das opções outorgadas nos Programas de 2014 e de 2016, conforme previsto em suas regras, como detalhado a seguir:

   i. Programa de 2014: Para refletir a redução societária no *valuation* utilizado como base para definição do preço de exercício, o valor de R$ 100 milhões descontado por juros + TR acumulado no período foi subtraído da avaliação inicial, alterando como consequência o preço de exercício de cada opção de R$ 6,63 para R$ 5,07.

   ii. Programa de 2016: Para refletir a redução societária no *valuation* utilizado como base para definição do preço de exercício no momento da outorga, o valor de R$ 100 milhões descontado pelo CDI acumulado no período foi subtraído da avaliação inicial, alterando como consequência o preço de exercício de cada opção de R$ 6,86 para R$ 5,61.

d. Em reunião de conselho realizada em 12 de dezembro de 2018, foi aprovada distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas outorgados no âmbito do plano de outorga de Opção de Compra de Ação como detalhado a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço de exercício de R$ 5,07 para R$ 4,56;

   ii. Programa de 2016: Preço de exercício de R$ 5,61 para R$ 5,10; e

   iii. Programa de 2017 – Migração: Preço de exercício de R$ 24,25 para R$ 23,74.

13.16 - Outras Informações Relevantes

e. Em reunião do conselho realizada em 25 de março de 2019, foi aprovada o desdobramento de ações afetando o preço do exercício, bem como a quantidade de ações outorgadas no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:

   i. Programa de 2014: Quantidade de opções outorgadas passou de 5.010.000 para 10.020.000, e o preço do exercício passou de R$ 4,56 para R$ 2,28;

   ii. Programa de 2016: Quantidade de opções outorgadas passou de 120.000 para 240.000 e o preço do exercício passou de R$ 5,10 para R$ 2,55; e

   iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.

f. Em reunião do Conselho realizada em 10 de maio de 2019, foi aprovada distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço de exercício de R$ 2,28 para R$ 2,14;

   ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R$ 2,55 para R$ 2,41; e

   iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.

g. Em reunião do Conselho realizada em 25 de junho de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço do exercício de R$ 2,14 para R$ 2,02;

   ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R$ 2,41 para R$ 2,29; e

   iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.

h. Em reunião do Conselho realizada em 23 de agosto de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço do exercício de R$ 2,02 para R$ 1,84;

   ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R$ 2,29 para R$ 2,11; e

   iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.

i. Em reunião do Conselho realizada em 22 de novembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço do exercício de R$ 1,84 para R$ 1,68;

   ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R$ 2,11 para R$ 1,95; e

   iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.

j. Em reunião do Conselho realizada em 11 de julho de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço de exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do pano de outorga de opção de compra de ações, como detalhados a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço do exercício de R$ 1,68 para R$ 1,50; e

   ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R$ 1,95 para R$ 1,77.

k. Em reunião do Conselho realizada em 30 de setembro de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço de exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do pano de outorga de opção de compra de ações, como detalhados a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço do exercício de R$ 1,50 para R$ 1,36; e

   ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R$ 1,77 para R$ 1,63.

13.16 - Outras Informações Relevantes

l. Em reunião do Conselho realizada em 30 de setembro de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço de exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do pano de outorga de opção de compra de ações, como detalhados a seguir:

   i. Programa de 2014: Preço do exercício de R$ 1,36 para R$ 1,22; e

   ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R$ 1,63 para R$ 1,49.

Sobre a tratativa adotada para as ações outorgadas pela Gafisa S.A aos administradores da companhia enquanto controladora

Programa Gafisa S.A. Tradicional 2012 e Programa Gafisa S.A Tradicional 2013: Os programas foram substituídos pelo Programa de 2017 – Migração, no qual os beneficiários de tais programas tiveram suas opções substituídas por opções de compra de ações da Companhia, em condições de equivalência de direito econômico. As informações sobre esse programa foram detalhadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência. Os valores apresentados não representam ganhos aferidos pelos beneficiários, já que conforme citado acima, são calculados no momento da outorga e não são ajustados pelo comportamento do mercado de capitais, regras de vesting, etc.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

FILIAL	DIRETORIA	Nº empregados	Nº empregados	Nº empregados
		31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
BA	ADM.FINANCEIRO	13	12	12
	DESENV. NEGÓCIOS	18	18	23
	OPERAÇÕES	285	327	503
	VENDAS	100	112	129
	BA Total	**416**	**469**	**667**
CE	ADM.FINANCEIRO	1	1	3
	DESENV. NEGÓCIOS	3	5	7
	OPERAÇÕES	1	108	176
	VENDAS	21	37	39
	DF Total	**26**	**151**	**225**
GO	ADM.FINANCEIRO	1	3	4
	DESENV. NEGÓCIOS	2	4	4
	OPERAÇÕES	60	93	148
	VENDAS	19	29	36
	GO Total	**82**	**129**	**192**
MG	ADM.FINANCEIRO	4	3	4
	DESENV. NEGÓCIOS	4	1	3
	OPERAÇÕES	23	5	2
	VENDAS	15	3	0
	MG Total	**46**	**12**	**9**
PA	ADM.FINANCEIRO	0	0	0
	DESENV. NEGÓCIOS	0	0	0
	OPERAÇÕES	0	0	0
	VENDAS	0	0	0
	PA Total	**0**	**0**	**0**
PE	ADM.FINANCEIRO	7	5	5
	DESENV. NEGÓCIOS	7	9	10
	OPERAÇÕES	133	148	157
	VENDAS	70	64	65
	PE Total	**217**	**226**	**237**
RJ	ADM.FINANCEIRO	14	14	21
	DESENV. NEGÓCIOS	20	19	22

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

	OPERAÇÕES	415	481	493
	VENDAS	142	161	110
	RJ Total	**591**	**675**	**646**
PR	ADM.FINANCEIRO	3	3	5
	DESENV. NEGÓCIOS	4	6	6
	OPERAÇÕES	81	110	110
	VENDAS	26	28	20
	PR Total	**114**	**147**	**141**
RS	ADM.FINANCEIRO	7	8	10
	DESENV. NEGÓCIOS	9	10	13
	OPERAÇÕES	269	304	257
	VENDAS	91	87	83
	RS Total	**376**	**409**	**363**
SP	ADM.FINANCEIRO	274	401	458
	DESENV. NEGÓCIOS	84	51	101
	OPERAÇÕES	764	1.096	1.348
	VENDAS	349	317	332
	SP Total	**1.471**	**1.865**	**2.239**
Total Geral Empresa		**3.339**	**4.083**	**4.719**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

REGIÃO	Nº TERCEIROS 31/12/2019	Nº TERCEIROS 31/12/2020	Nº TERCEIROS 31/12/2021
CO/NORTE	71	67	82
NORDESTE	402	423	744
SUDESTE	904	814	938
SUL	356	317	228
TOTAL	1.733	1.621	1.992

(a) Índice de rotatividade

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Índice de Rotatividade médio anual (desligamentos voluntários)	9,70%	7,20%	13,00%

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Índice acumulado refere-se a soma dos meses.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Alterações relevantes

Não aplicável, uma vez que não houve alterações relevantes em relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrição das políticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Para os funcionários (exceto administradores - diretores e membros do Conselho de Administração), a Companhia adota a seguinte prática:

- Na remuneração fixa, salários de acordo com a mediana de mercado, com reajustes salariais de acordo com a legislação trabalhista e data-base dos respectivos reajustes coletivos das categorias dos empregados de acordo com cada região

Além disso, concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos empregados.

b. política de benefícios

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

Seguro de vida. Para todos os empregados, com valores diferenciados de cobertura, variando de acordo com o nível hierárquico.

Assistência médica. Para todos os empregados, concedendo diferentes padrões de cobertura, variando de acordo com o nível hierárquico.

Assistência odontológica. Para todos os empregados (plano opcional), concedendo diferentes padrões de cobertura, a critério de escolha do empregado.

Vale-refeição. Para todos os empregados, descontando um valor de contribuição de acordo com a convenção coletiva de trabalho.

Auxílio-creche. A Companhia concede este benefício para todas as mulheres com filhos de até dois anos de idade.

Vale-transporte. Para todos os cargos. Aplicável somente para utilização de transporte público com trajeto residência e trabalho e vice-versa.

Estacionamento. Para os níveis hierárquicos de coordenação e acima, subsidiando o valor do estacionamento, em sua totalidade.

Licença paternidade. 15 dias corridos de descanso contado a partir da data de nascimento do Filho.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

São beneficiários não administradores dos planos de remuneração baseados em ações da companhia, funcionários que ocupem posições gerenciais e estratégicas.

ii. condições para exercício

As condições para exercício dos beneficiários não administradores da companhia são as mesmas dos administradores, conforme previstas nos planos e programas descritos no item 13.4 deste formulário de referência.

iii. preços de exercício

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Com exceção do Programas Stock Options 2014, os preços para exercício dos beneficiários não administradores da companhia são os mesmos dos administradores, conforme previstos nos planos e programas descritos no item 13.4 deste formulário de referência.

Sobre o Programa Stock Options 2014, a redução de capital ocorrida em dez/16 em favor da então controladora Gafisa S/A, conforme descrito no item 13.16.c deste formulário de referência, afetou o preço de exercício dos beneficiários administradores e não administradores de forma distinta, conforme regras do programa. O preço de exercício para beneficiários não administradores é de R$4,78, enquanto para administradores é de R$5,07.

iv. prazos de exercício

Para os Programas Stock Options, as opções são divididas em quatro lotes anuais, cada um deles exercíveis respectivamente a partir de 3 a 6 anos e por um prazo extintivo aproximado de 10 anos da data de sua outorga. Após o prazo extintivo o Beneficiário perderá, sem direito a indenização, o direito ao exercício das opções que não tiverem sido exercidas.

Os programas de Outorga de Ações Restritas, não há prazo de exercício das outorgas pelo Beneficiário, uma vez satisfeitas as condições previstas no Plano, após o Período de Carência (de 2 a 3 anos), e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá, a título não oneroso, por meio de operação privada, para o nome dos Beneficiários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do Período de carência. Não há a necessidade de se solicitar o resgate das ações restritas, ou mesmo a necessidade de se exercer algo, já que o Plano de Ações Restritas não utiliza o conceito de opções.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 31 de dezembro de 2021, as opções/ações comprometidas por outorgas realizadas a beneficiários não administradores da companhia, resumiam-se a:

- Programa Tenda 2014: 115.080 opções
- Programa Tenda 2016: 46.770 opções
- Programa Tenda 2017: 154.200 opções
- Programa Tenda 2018: 155.000 ações
- Programa Tenda 2019: 132.500 ações
- Programa Tenda 2020: 89.000 ações
- Programa Tenda 2021: 228.778 ações

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrição das relações entre o Emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia e seus profissionais terceirizados em São Paulo são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo SINTRACON. Em regra, o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo SINDUSCON-SP negocia anualmente com o SINTRACON Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis aos empregados da Companhia.

- Em maio de 2021 foi celebrada convenção coletiva de trabalho, vigente de 01.05.2021 a 30.04.2022, prevendo um aumento salarial em 01.05.2021 de 7,59% até a parcela de R$ 6.000,00 para todos os colaboradores elegíveis;
- Em maio de 2020 foi celebrada convenção coletiva de trabalho, vigente de 01.05.2020 a 30.04.2021, prevendo um aumento salarial em 01.05.2020 de 2,46% até a parcela de R$ 6.000,00 para todos os colaboradores elegíveis;
- Em maio de 2019 foi celebrada convenção coletiva de trabalho, vigente de 01.05.2019 a 30.04.2020, prevendo um aumento salarial em 01.05.2019 de 5,07% para todos os colaboradores elegíveis;

Os empregados da Companhia e seus profissionais terceirizados no Rio de Janeiro são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Mármores e Granitos, e da Construção e de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral e Manutenção e Montagem Industrial do Município do Rio de Janeiro SINTRACONST-RIO. Em regra, o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro SINDUSCON-RIO negocia anualmente com a SINTRACONST-RIO convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos empregados da Companhia.

- Em março de 2021 foi celebrada convenção coletiva de Trabalho vigente de 01.03.2021 a 28.02.2022, prevendo aumento salarial de 3,50% até a parcela de R$ 5.000,00, acima deste valor foi concedido uma parcela fixa de R$ 175,00, para colaboradores elegíveis;
- Em março de 2020 foi celebrada convenção coletiva de Trabalho vigente de 01.03.2020 a 28.02.2021, prevendo aumento salarial de 3,0% até a parcela de R$ 5.000,00, acima deste valor foi concedido uma parcela fixa de R$ 150,00, para colaboradores elegíveis;
- Em março de 2019 foi celebrada convenção coletiva de Trabalho vigente de 01.03.2019 a 28.02.2020, prevendo aumento salarial de 3,5% até a parcela de R$ 5.000,00, acima deste valor foi concedido uma parcela fixa de R$ 175,00, para colaboradores elegíveis;

O mesmo ocorre em todas as outras regiões, visto que hoje a Companhia atua em grande parte do Brasil, cada uma dessas regiões tem a sua respectiva data-base e assim negociam Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Sindicato das Empresas na Construção Civil.

Adicional as convenções coletivas respectivas de cada regional, firmadas entre o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Sindicato das Empresas na Construção Civil, de acordo com a necessidade da empresa, firmamos alguns acordos coletivos sobre determinados temas específicos, como por exemplo, PLR, Banco de Horas, Trabalho aos sábados, entre outros.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Indie Capital Investimentos Ltda.					
14.359.791/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	30/05/2022	
Não					
4.495.300	4,790%	0	0,000%	4.495.300	4,790%
Ações de titularidade dos membros da Diretoria					
		Não	Não	30/05/2022	
Não					
955.268	0,915%	0	0,000%	955.268	0,915%
Itaú Unibanco					
60.701.190/0001-04	SP	Não	Não	30/05/2022	
Não					
352.468	0,338%	0	0,000%	352.468	0,338%
VELT Partners Investimentos					
23.862.803/0001-50	Brasil-SP	Não	Não	30/05/2022	
Não					
5.190.300	4,974%	0	0,000%	5.190.300	4,974%
Oceana Investimentos Administradora de Carteira de Valores Mobiliários LTDA					
09.326.542/0001-23	RJ	Não	Não	30/05/2022	
Não					
5.217.100	5,000%	0	0,000%	5.217.100	5,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Ações de Titularidade dos Membros do Conselho Fiscal					
		Não	Não	14/12/2020	
Não					
3.296	0,003%	0	0,000%	3.296	0,003%
Sharp Capital Gestora de Recursos Ltda					
27.957.477/0001-16	Brasileira-SP	Não	Não	30/05/2022	
Não					
134.253	0,128%	0	0,000%	134.253	0,128%
Vinci Equities					
10.917.835/0001-64	Brasileira-SP	Não	Não	30/05/2022	
Não					
1.164.900	1,116%	0	0,000%	1.164.900	1,116%
Ações de titularidade dos membros do Conselho de Administração					
		Não	Não	30/05/2022	
Não					
555.881	0,533%	0	0,000%	555.881	0,533%
Pátria Investimentos Ltda					
12.461.756/0001-17	Brasileira-SP	Não	Não	30/05/2022	
Não					
10.650.356	10,207%	0	0,000%	10.650.356	10,207%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**		
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**				
Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda.						
05.451.668/0001-79	Brasileira-RJ	Não	Não	28/09/2021		
Não						
27.273.536	26,138%	0	0,000%	27.273.536	26,138%	
OUTROS						
40.635.125	38,463%	0	0,000%	40.635.125	38,463%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 30/05/2022						
7.716.463	7,395%	0	0,000%	7.716.463	7,395%	
TOTAL						
104.344.246	100,000%	0	0,000%	104.344.246	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	23.821
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	455
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

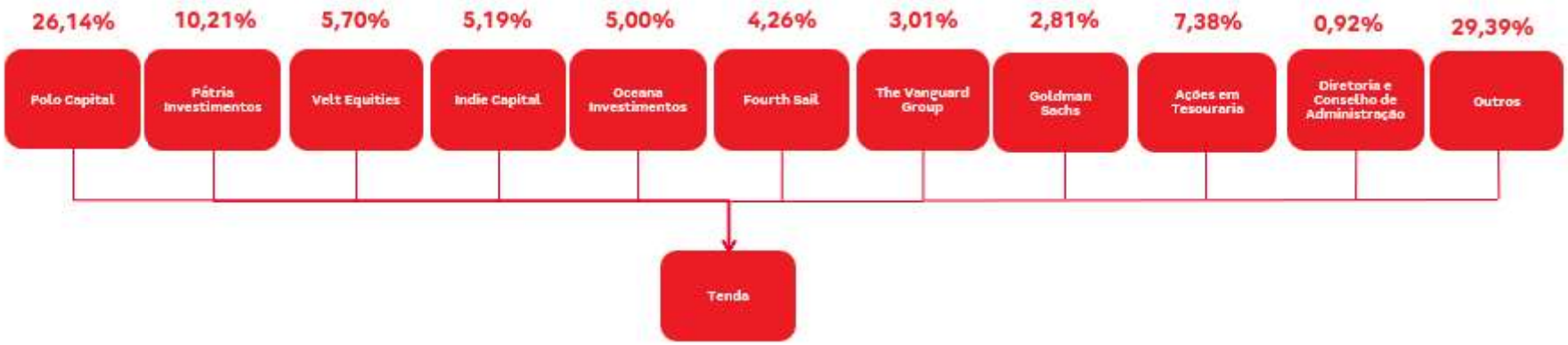
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	95.672.515	91,689%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	95.672.515	91,689%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Organograma de Acionistas



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Acordo de Acionistas arquivado na sede do Emissor ou do qual o Controlador seja parte

a) partes

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle definido.

b) data de celebração

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle definido.

c) prazo de vigência

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle definido.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle definido.

e) indicação de Administradores ou membros de comitês estatutários

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle definido.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle definido.

g) restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle definido.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos administradores da Companhia.

Também não há qualquer observação a se fazer quanto a membros do grupo de controle, dado que há grupo de controle na Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Principais Operações Societárias

Não aplicável, uma vez que não houve operações societárias relevantes nos últimos 3 exercícios sociais, envolvendo a Companhai e suas controladas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Regras, Políticas e Práticas com Partes Relacionadas

Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia, suas sociedades controladas e pessoas ligadas realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

Transações com Sociedades Controladas ou Coligadas

A política da Companhia consiste, em parte, em operar diretamente com Sociedades de Propósito Específico para o desenvolvimento de suas atividades de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários, sempre observando os preços e condições usuais de mercado.

A Companhia participa ainda do desenvolvimento de alguns empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas, baseados na formação de sociedades. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na empresa líder do empreendimento, que gerencia o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam efetuadas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nesses saldos, com observância do respectivo percentual de participação, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros e não possuem vencimento pré-determinado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos, nos quais se encontram aplicados os recursos, é de 24 a 30 meses. A Companhia, quando líder do empreendimento, geralmente recebe uma remuneração pela administração destes empreendimentos.

Dentre os negócios atuais da Companhia com seus parceiros, celebrados através de sociedades de propósito específico, destacam-se a celebração de contratos de construção de empreendimentos imobiliários e contratos de gestão imobiliária e financeira, estes últimos visando à regulação dos aspectos financeiros e administrativos relativos à parceria e ao empreendimento. As sociedades de propósito específico da Companhia funcionam como empresas independentes. A escolha da empresa que prestará os serviços anteriormente descritos leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento da região ou do empreendimento, entre outros, de modo que as sociedades de propósito específico poderão optar pela contratação de serviços de terceiros, em detrimento dos serviços prestados pela Companhia, caso estes apresentem melhores condições do que aquelas apresentadas pela Companhia.

As operações financeiras das subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico da Companhia são avalizadas ou afiançadas na proporção da participação da Companhia no capital social de tais sociedades, à exceção de determinados casos específicos em que a Companhia concede garantia também em favor de seus parceiros. Em todas essas relações em que a Companhia é garantidora, não há incidência de juros ou qualquer outro tipo de remuneração à Companhia em razão da natureza da operação.

Assim, pode-se afirmar que a Companhia e suas subsidiárias realizam operações financeiras e comerciais entre si. A Companhia acredita que todos os contratos firmados com partes relacionadas observam condições equânimes de mercado (*arms' length basis*).

Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas atualmente existentes, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Transações com membros da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar a recomendação do Comitê de Remuneração.

Até a presente data, a Companhia não havia concedido qualquer empréstimo ou celebrado qualquer contrato financeiro com seus diretores ou membros do conselho de administração.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Tenda Negócios Imobiliários S.A / Tenda S.A	13/05/2019	15.713.067,05	11,34	Não é possível aferir	07/10/2022	SIM	8,300000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Financiamento à construção do projeto Ville Provence Fase I Módulo I						
Garantia e seguros	Hipoteca e aval da emissora						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Controlada da Devedora						
Tenda Negócios Imobiliários S.A / Tenda S.A	08/01/2020	6.913.489,30	10,96	Não é possível aferir	12/12/2024	SIM	8,300000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Financiamento à construção do projeto Parque Lusitânia Mod II						
Garantia e seguros	Hipoteca e aval da emissora						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Controlada da Devedora						
Tenda 46 spe Empreendimento Imobiliário Ltda.	31/07/2019	67.198.970,47	17.356,53	Não é possível aferir	02/09/2024	SIM	8,300000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Financiamento à construção do projeto Bela Marajoara Global Fase I						
Garantia e seguros	Hipoteca e aval da emissora						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Controlada da Devedora						
Tenda Negócios Imobiliários S.A / Tenda S.A	14/11/2018	53.810.071,66	36,78	Não é possível aferir	19/10/2023	SIM	8,300000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Financiamento à construção do projeto Vila Itália Global Fase I Módulo 1						
Garantia e seguros	Hipoteca e aval da emissora						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Controlada da Devedora						
Tenda Negócios Imobiliários S.A / Tenda S.A	28/06/2019	25.038.696,18	8,48	Não é possível aferir	31/07/2024	SIM	8,300000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Financiamento à construção do projeto Turquesa						
Garantia e seguros	Hipoteca e aval da emissora						
Rescisão ou extinção	Cláusulas usualmente aplicáveis a rescisão e vencimento antecipado.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento do Empreendimento / Taxa de juros cobrados: TR + 8,30%						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Controlada da Devedora						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações com partes relacionadas são celebradas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições pactuadas entre as partes, e divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e observadas as condições estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas e demais Situações envolvendo Conflito de Interesses aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 13 de agosto de 2018.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração autoriza previamente a concessão, pela Companhia, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas (à exceção de sociedades de propósito específico de cujo capital total e votante a Companhia seja titular de 90% ou mais) ou de terceiros, sempre que as operações sejam contratadas por período superior a 48 meses ou cujo valor supere o maior valor entre R$15 milhões ou 1,5% do ativo consolidado total da Companhia.

O Conselho de Administração é responsável, ainda, pela autorização de celebração, alteração ou término, pela Companhia ou por quaisquer de suas controladas, de qualquer contrato, compromisso ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou uma de suas controladas e, de outro lado, qualquer administrador ou parte relacionada de qualquer administrador da Companhia ou de suas controladas decorrente ou relacionado a tais contratos, compromissos ou acordos, sendo certo que, em qualquer caso, tais contratos, compromissos ou acordos deverão ser celebrados em base equitativas e em condições de mercado.

A Diretoria Executiva e todos os colaboradores da Companhia estão comprometidos com o Código de Ética da Companhia, que previne a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas subsidiárias, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época.

Em relação aos mútuos da Companhia com suas controladas, estes ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros ali descritos. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado (*arm's length basis*).

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

A escolha da empresa que prestará os serviços anteriormente descritos leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento da região ou do empreendimento, etc., de modo que as sociedades de propósito específico poderão optar pela contratação de serviços de terceiros, em detrimento dos serviços prestados pela Companhia, caso estes apresentem melhores condições do que aquelas apresentadas pela Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
25/03/2019	1.095.829.378,49		104.344.246	0	104.344.246
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
06/12/2018	1.095.829.378,49		52.172.123	0	52.172.123
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
13/08/2018	1.095.829.378,49	Totalmente Integralizado	52.172.123	0	52.172.123

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/11/2017	Conselho de Administração	30/11/2017	171.489,00	Subscrição particular	35.100	0	35.100	0,06500000	4,89	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Aumento de Capital realizado para fazer frente ao exercício de opções de compra de ações - Critério do preço de ação de acordo com o Plano de Opção e Compra da Companhia

Forma de integralização Moeda Corrente Nacional

13/08/2018	Conselho de Administração	13/08/2018	1.657.880,49	Subscrição particular	137.023	0	137.023	0,25358147	12,10	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Aumento de Capital realizado para fazer frente ao exercício de opções de compra de ações - Critério do preço de ação de acordo com o Plano de Opção e Compra da Companhia.

Forma de integralização Moeda corrente nacional

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
14/11/2016	633.037.801	0	633.037.801	54.000.000	0	54.000.000
Desdobramento						
25/03/2019	52.172.123	0	52.172.123	104.344.246	0	104.344.246

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
14/12/2016	14/12/2016	100.000.000,00	0	0	0	8,37520900	0,00

Forma de restituição O valor será pago, em moeda corrente nacional, através da transferência de recursos imediatamente disponíveis para conta corrente a ser indicada pela Gafisa S.A. mediante solicitação da Companhia, da seguinte forma: (a) R$50.000.000,00, acrescidos da correção, até 31 de dezembro de 2018; e (b) o saldo até 31 de dezembro de 2019.

Razão para redução Capital considerado excessivo.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5- Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes neste item.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 45, §2º (b) do estatuto social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções previstas no estatuto social e ajustado na forma do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e, para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada. Mencionado direito de retirada não se aplicará no caso de dissenso com relação a fusão da Companhia, sua incorporação em outra, ou ainda participação desta em grupo de sociedades, tendo em vista que as suas ações possuem liquidez e dispersão.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das S.A., o Estatuto Social e as deliberações tomadas em assembleia geral não podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; e (v) retirar-se da Companhia. No que diz respeito à preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, o Estatuto Social dispõe que a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão desses valores mobiliários cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle. Não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes além das já aqui divulgadas.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Regras de Direitos de Voto

Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Oferta Pública por Alienação de Controle

O Estatuto Social da Companhia obriga o adquirente de controle da Companhia, seja por meio de uma única operação, seja por meio de operações sucessivas, à realização de oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na regulamentação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes.

A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na regulamentação vigente no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes.

A oferta pública acima referida também deverá ser realizada quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia, ou, em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, os acionistas controladores alienantes ficarão obrigados a declarar à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário da mesma, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com os acionistas controladores, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

1. efetivar a oferta pública referida acima;
2. pagar a diferença entre o preço pago aos acionistas controladores alienantes e o valor pago em bolsa por ações da Companhia nos seis meses anteriores à data da alienação de controle, devidamente atualizado. Tal quantia deverá ser distribuída entre todos os que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão operacionalizar essa distribuição; e
3. tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações da Companhia em circulação dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

A Companhia não registrará (i) qualquer transferência de ações para o adquirente do poder de controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o termo de anuência pelo qual os novos acionistas controladores ou o(s) acionista(s) que vier(em) a ingressar no grupo de controle da Companhia se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com a cláusula compromissória e com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("Termo de Anuência dos Controladores"); ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores.

Ofertas Públicas para Cancelamento de Registro e/ou por Saída do Novo Mercado

Adicionalmente, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, seja para que as ações da Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja devido a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador, caso haja,

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

ou a Companhia (no caso de cancelamento de registro), ou ainda os acionistas a quem tal responsabilidade seja atribuída em assembleia geral (no caso de saída do Novo Mercado), conforme o caso, deverão realizar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado o correspondente ao valor econômico das ações da Companhia.

A apuração do valor econômico das ações da Companhia, para fins de saída do Novo Mercado ou cancelamento de registro de companhia aberta, será realizada por instituição escolhida pela Assembleia Geral dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico em questão deverá ser tomada, não se computando os votos em branco, pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na respectiva Assembleia Geral, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem no mínimo 20% do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Nas hipóteses de saída da Companhia do Novo Mercado ou de cancelamento do registro de companhia aberta, os custos incorridos com a preparação do laudo de avaliação supram referido serão integralmente suportados pelo ofertante, conforme o caso.

Na hipótese de não haver acionista controlador:

1. sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; e
2. sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado seja por reorganização societária na qual as ações da Companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, porém não haja o cancelamento do registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas a quem tal responsabilidade vier a ser atribuída pela mesma Assembleia Geral, os quais deverão estar presentes na Assembleia Geral e nela assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado decorrente de:

1. deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e
2. ato ou fato da administração, deverá ser convocada Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre a forma de sanar o descumprimento e sobre eventual saída da Companhia do Novo Mercado. Caso seja deliberada, em Assembleia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, a oferta pública correspondente deverá ser efetivada por aqueles acionistas a quem tal responsabilidade vier a ser atribuída pela mesma Assembleia Geral, os quais deverão estar presentes na Assembleia Geral e nela assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Oferta Pública por Atingimento de Participação de 30%

Por fim, o Estatuto Social da Companhia prevê a obrigatoriedade de realização de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia por aquele acionista que venha a atingir participação direta ou indireta igual ou superior a 30% do capital social da Companhia, seja por meio de ações, seja ainda por meio de outros direitos de sócio ou acionista que lhe atribuam o exercício do direito de voto das ações de emissão da Companhia.

Essa oferta pública deverá ter como preço mínimo a ser ofertado o correspondente ao valor econômico das ações da

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Companhia. A apuração do valor econômico das ações da Companhia será realizada por instituição escolhida pela Assembleia Geral dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico em questão, deverá ser tomada, não se computando os votos em branco, pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na respectiva Assembleia Geral, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem no mínimo 20% do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

A oferta pública por atingimento de participação não será obrigatória

1. quando remanescer acionista controlador que era titular de mais de 50% do capital social da Companhia, imediatamente antes do atingimento da participação de 30% pelo acionista adquirente;
2. caso a participação de 30% seja atingida em decorrência de aquisições feitas por ocasião da realização de oferta pública de aquisição de ações, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado ou com a legislação vigente e que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia e, desde que, pelas quais tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao preço por ação na oferta por atingimento de participação;
3. caso a participação de 30% tenha sido atingida de forma involuntária, como resultado do cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações; ou por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública; ou ainda em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; e
4. no caso de alienação de controle da Companhia, oportunidade em que deverão ser observadas as regras descritas no item 18.1 deste Formulário de Referência.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Suspensão de Direitos Patrimoniais ou Políticos

Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto

A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista ou grupo de acionistas que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Os acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada, quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 dias, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista ou grupo de acionistas inadimplente.

Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos de o acionista estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedir informações, assegurados em lei. A suspensão de direitos cessará assim que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/01/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.234.432.203	30,68	24,14	R$ por Unidade	27,37
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.520.564.824	27,72	23,85	R$ por Unidade	25,77
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.606.829.273	25,63	17,47	R$ por Unidade	21,51
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.763.980.716	20,04	16,40	R$ por Unidade	17,67

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.344.590.721	39,69	15,19	R$ por Unidade	31,84
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.156.996.245	31,23	17,86	R$ por Unidade	24,10
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.246.011.588	35,20	26,67	R$ por Unidade	31,67
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.051.749.051	31,47	26,60	R$ por Unidade	29,61

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.813.497.014	30,59	22,16	R$ por Unidade	25,15
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.233.286.323	18,30	15,22	R$ por Unidade	16,93
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	771.789.625	23,59	15,82	R$ por Unidade	18,98
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.390.402.744	28,34	22,84	R$ por Unidade	24,89

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures para Colocação Pública
Data de emissão	15/09/2021
Data de vencimento	15/09/2026
Quantidade (Unidades)	150.000
Valor total (Reais)	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	RESGATE ANTECIPADO: Facultativo. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 15 de setembro de 2024 (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.26 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures. FORMA DAS DEBÊNTURES E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista. COLOCAÇÃO. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures ("Garantia Firme"), tendo como público alvo Investidores Profissionais. ESPÉCIE. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures, para colocação pública, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 .

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures, para Colocação Privada, Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	06/09/2017
Data de vencimento	15/01/2021
Quantidade (Unidades)	270.000

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor total (Reais)	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	270.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	RESGATE ANTECIPADO: Exclusivamente caso (i) os Tributos de responsabilidade da Companhia sofram qualquer acréscimo e (ii) a Emissora venha a ser demandada a realizar o pagamento referente ao referido acréscimo, a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures. O valor a ser pagoa título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização, até a data do efetivo Resgate Antecipado. OFERTA DE RESGATE: A Companhia poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, apresentar ao titular das Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures.O valor a ser pago no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização, até a data do efetivo resgate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, calculado sobre as Debêntures na proporção dos CRI detidos pelos titulares de CRI que optaram pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado dos CRI.
Características dos valores mobiliários de dívida	DEBÊNTURES, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	A emissão das Debêntures se insere no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários que resultará na emissão de certificados de recebíveis imobiliários aos quais o Crédito Imobiliário será vinculado como lastro.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	7ª emissão de Debêntures para colocação pública
Data de emissão	25/02/2021
Data de vencimento	25/02/2026
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor total (Reais)	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	RESGATE ANTECIPADO: Facultativo. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 25 de fevereiro de 2024 (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.26 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures
Características dos valores mobiliários de dívida	FORMA DAS DEBÊNTURES E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista. COLOCAÇÃO. As Debêntures serão objetode oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder. SUBSCRIÇÃO. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3. ESPÉCIE. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Oferta realizada nos termos da ICVM 476/09

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão de Debêntures para colocação pública
Data de emissão	13/04/2021
Data de vencimento	12/04/2028
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor total (Reais)	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	RESGATE ANTECIPADO: Facultativo. Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das Debentures, com o consequente cancelamento de tais Debentures, que será endereçada diretamente a Debenturista, na qualidade de única titular das Debentures, enquanto as Debentures estiverem vinculadas aos CRI, podendo a Debenturista aceitar ou nao a oferta de resgate antecipado, de acordo com a manifestação de adesão a oferta de resgate antecipado pelos Titulares de CRI "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado").

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	FORMA DAS DEBÊNTURES E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debentures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador das Debentures. COLOCAÇÃO. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. SUBSCRIÇÃO. As Debêntures serão subscritas pela Debenturista em uma única data, por meio da assinatura de boletim de subscrição, em uma única data, antes da emissão dos CRI. ESPÉCIE. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia e sem preferência
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	A emissão das Debêntures se insere no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários que resultará na emissão de certificados de recebíveis imobiliários aos quais o Crédito Imobiliário será vinculado como lastro.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	4° Emissão de Debêntures para colocação Pública
Data de emissão	10/09/2018
Data de vencimento	10/09/2023
Quantidade (Unidades)	150.000
Valor total (Reais)	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, em relação a todas as Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário.
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Oferta realizada nos termos da ICVM 476/09

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures, para Colocação Privada, Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	05/12/2019
Data de vencimento	05/12/2024
Quantidade (Unidades)	200.000

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor total (Reais)	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	RESGATE ANTECIPADO: Facultativo. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.26 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures. OFERTA DE RESGATE: A Companhia poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, apresentar ao titular das Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures. O valor a ser pago no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização, até a data do efetivo resgate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, calculado sobre as Debêntures na proporção dos CRI detidos pelos titulares de CRI que optaram pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado dos CRI.
Características dos valores mobiliários de dívida	FORMA DAS DEBÊNTURES E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, não havendo emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures presume-se pela inscrição da Debenturista no Livro de Registro de Debêntures Nominativas, nos termos dos artigos 63 e 31 da Lei das Sociedades por Ações. COLOCAÇÃO. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, e não serão registradas para distribuição e negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. SUBSCRIÇÃO. As Debêntures serão subscritas pela Debenturista em uma única data, por meio da assinatura de boletim de subscrição, bem como a inscrição de seu nome, no Livro de Registro de Debêntures Nominativas. ESPÉCIE. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	A emissão das Debêntures se insere no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários que resultará na emissão de certificados de recebíveis imobiliários aos quais o Crédito Imobiliário será vinculado como lastro.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5° Emissão de Debêntures para colocação Pública
Data de emissão	25/03/2019
Data de vencimento	25/03/2025
Quantidade (Unidades)	150.000
Valor total (Reais)	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	34	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Em 04 de maio de 2017, as ações de emissão da Companhia foram listadas no segmento tradicional de negociação da B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão .

Em 28 de junho de 2017, as ações de emissão da Companhia foram listadas no segmento especial de listagem da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão) denominado Novo Mercado.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não há títulos negociações no exterior pela Companhia.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não há títulos emitidos no exterior pela Companhia.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Ofertas públicas de distribuição

Em 25 de março de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência. A escritura das debêntures estabelece o pagamento da remuneração em parcelas semestrais à taxa equivalente a 100 % da variação acumulada das taxas Dl over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,40% ao ano, base 252 dias uteis calculados de forma exponencial e cumulativa sendo o primeiro pagamento em 25 de setembro de 2019 e o último pagamento em 25 de março de 2024. As debêntures serão amortizadas em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira em 25 de março de 2023 e a última em 25 de março de 2024 .

Em 5 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência. A escritura das debêntures estabelece o pagamento da remuneração, que será realizado nos dias 5 dos meses de junho e dezembro de cada ano, a partir da emissão, à taxa equivalente a 100 % (cem por cento) da variação acumulada das taxas Dl over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,30% ao ano, base 252 dias uteis calculados de forma exponencial e cumulativa sendo o primeiro pagamento em 5 de junho de 2020 e o último em 5 de dezembro de 2024. As debêntures serão amortizadas em 4 (quatro) parcelas, sendo a primeira em 5 de dezembro de 2021 e a última em 5 de dezembro de 2024.

Em 25 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência. A escritura das debêntures estabelece o pagamento da remuneração em parcelas semestrais,

ou seja, no mês de agosto e no mês de fevereiro de cada ano à taxa equivalente a 100 % da variação acumulada das taxas Dl over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia acrescida de sobretaxa de 2,25% ao ano, base 252 dias uteis calculados de forma exponencial e cumulativa sendo o primeiro pagamento em 25 de agosto de 2021 e o último pagamento em 25 de fevereiro de 2026. As debêntures serão amortizadas em 03 (três) parcelas, sendo a primeira em 25 de fevereiro de 2024, a segunda em 25 de fevereiro de 2025 e a terceira em 25 de fevereiro de 2026.

Em 20 de abril de 2021, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência, A escritura das debêntures estabelece o pagamento da remuneração em parcelas semestrais,

ou seja, no mês de outubro e no mês de abril de cada ano à juros remuneratórios correspondentes a 5,3621% ao ano, base 252 dias uteis calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos. As debêntures serão amortizadas em 03 (três) parcelas, sendo a primeira em 13 de abril de 2026, a segunda em 13 de abril de 2027 e a terceira em 12 de abril de 2028.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência, A escritura das debêntures estabelece o pagamento da remuneração em parcelas semestrais,

ou seja, no mês de março e no mês de setembro de cada ano à juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa de DI, acrescida de sobretaxa de 1,85% ao ano, base 252 dias uteis calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos. As debêntures serão amortizadas em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira em 15 de setembro de 2025, a segunda em 15 de setembro de 2026.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.10. Destinação de recursos de ofertas públicas

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 2019, a Companhia emitiu a 5ª Emissão de Debêntures, com recursos destinados à gestão ordinária da Companhia, incluindo reforço de capital de giro e incremento de sua estrutura patrimonial da Emissora

Em 2019, a Companhia emitiu a 6ª Emissão de Debêntures, com recursos destinados à gestão ordinária da Companhia, incluindo reforço de capital de giro e incremento de sua estrutura patrimonial da Emissora.

Em fevereiro de 2021, a Companhia emitiu a 7ª Emissão de Debêntures, com recursos destinados à gestão ordinária da Companhia, incluindo reforço de capital de giro e incremento de sua estrutura patrimonial da Emissora.

Em abril de 2021, a Companhia emitiu a 8ª Emissão de Debêntures, com recursos destinados exclusivamente para o pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à aquisição, construção e/ou reforma de imóveis.

Em setembro de 2021, a Companhia emitiu a 9ª Emissão de Debêntures, com recursos destinados exclusivamente para a gestão ordinária da Companhia, incluindo reforço do capital de giro e incremento de sua estrutura patrimonial.

b) Se houver desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c) Caso tenha havido desvios, a razão para tais desvios

Não aplicável, considerando a não ocorrência de desvios.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Ofertas públicas de aquisição

Não há ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12- Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
13/10/2021	14/10/2021 à 13/04/2023	516.119.000,00	Ordinária		10.434.424	10,000000	0	18,00	R$ por Unidade	0,000000
1) O Programa tem por objetivo a aquisição de ações de emissão da Companhia para maximizar valor aos acionistas da Companhia, ao permitir administração mais eficiente da estrutura de capital. A Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações dos planos de opções de ações e dos planos de remuneração baseados em ações dirigidos a executivos e conselheiros 2) A Companhia poderá adquirir até 10% das ações ordinárias de sua própria emissão 3) as operações em bolsa, a preços de mercado, sob a intermediação do BTG PACTUAL CTVM, XP Investimentos CCTVM e Banco Santander (Brasil) S.A.										
17/12/2020	18/12/2020 à 13/10/2021	417.379.000,00	Ordinária		10.434.424	10,000000	3.637.578	27,60	R$ por Unidade	34,861320
1) O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo manter as ações adquiridas na tesouraria visando gerar valor aos acionistas da Companhia , podendo ser posteriormente canceladas, alienadas e/ou utilizadas em atendimento ao exercício de opções de compra de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações 2) A Companhia poderá adquirir até 10.434.424 ações ordinárias de sua própria emissão 3) as operações em bolsa, a preços de mercado, sob a intermediação do BTG PACTUAL CTVM e XP Investimentos CCTVM.										
09/04/2019	10/04/2019 à 09/04/2020	114.982.000,00	Ordinária		10.379.362	10,000000	600	18,22	R$ por Unidade	0,005780
1) O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo manter as ações adquiridas na tesouraria visando gerar valor aos acionistas da Companhia , podendo ser posteriormente canceladas, alienadas e/ou utilizadas em atendimento ao exercício de opções de compra de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações 2) A Companhia poderá adquirir até 10.379.362 ações ordinárias de sua própria emissão 3) as operações em bolsa, a preços de mercado, sob a intermediação do BTG PACTUAL CTVM, BRADESCO S.A. e XP Investimentos CCTVM .										
08/11/2018	09/11/2018 à 21/02/2019	80.779.000,00	Ordinária		5.408.832	10,000000	1.194.500	29,83	R$ por Unidade	22,084250
1) O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo manter as ações adquiridas na tesouraria visando gerar valor aos acionistas da Companhia , podendo ser posteriormente canceladas, alienadas e/ou utilizadas em atendimento ao exercício de opções de compra de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações 2) A Companhia poderá adquirir até 5.408.832 ações ordinárias de sua própria emissão 3) as operações em bolsa, a preços de mercado, sob a intermediação do BTG PACTUAL CTVM e do XP Investimentos CCTVM.										
05/04/2018	30/04/2018 à 13/08/2018	103.434.931,42	Ordinária		5.398.206	10,000001	4.489.300	25,18	R$ por Unidade	83,162814
Objetivo: O Programa tem por objetivo a aquisição de ações de emissão da Companhia para gerar valor aos acionistas da Companhia, podendo ser posteriormente canceladas, alienadas e/ou utilizadas em atendimento ao exercício de opções de compra de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de agosto de 2014 ou eventuais novos planos de outorga de ações restritas ou de opção de compra de ações que vierem a ser aprovados. Instituições financeiras intermediárias: BTG PACTUAL CTVM, BRADESCO S.A. CTVM, XP INVESTIMENTOS CCTVM e ITAÚ CV. O montante de Reservas / Lucros para recompra corresponde ao valor disponível na data em que o Programa de Recompra foi aprovado pelo Conselho de Administração.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2021

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	5.992.290	
Quantidade adquirida	3.460.600	27,60
Quantidade alienada	1.366.172	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	8.086.718	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	7.008.916	
Quantidade adquirida	176.978	29,50
Quantidade alienada	1.193.604	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	5.992.290	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	3.663.950	
Quantidade adquirida	6.406.404	29,97
Quantidade alienada	3.118.616	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	6.951.738
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3. Outras informações relevantes

Recompra de ações (Tesouraria)

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 9 de abril de 2019, foi aprovado, por unanimidade, um plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia ("Programa"), conforme o disposto na Instrução CVM n° 567, de 17 de setembro de 2015, nos seguintes termos:

Objetivo. O Programa tem por objetivo a aquisição de ações de emissão da Companhia para maximizar valor aos acionistas da Companhia, ao permitir administração mais eficiente da estrutura de capital. A Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações dos planos de opções de ações e dos planos de remuneração baseados em ações dirigidos a executivos e conselheiros.

Quantidade de ações que poderão ser adquiridas. Até 10.379.362 (dez milhões, trezentas e setenta e nove mil, trezentas e sessenta e duas) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Prazo. Até 12 (doze) meses, com início em 10 de abril de 2019 e término em 9 de abril de 2020.

Instituições financeiras intermediárias. As operações de aquisição de ações serão intermediadas pelo BTG PACTUAL CTVM S.A, XP INVESTIMENTOS CCTVM S.A, e BRADESCO S.A. CTVM.

Recursos que serão utilizados. Os recursos disponíveis a serem utilizados correspondem ao montante global das reservas de lucro e de capital disponíveis, com exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar e da reserva especial de dividendos não distribuídos, conforme aplicável e observado o disposto na Instrução CVM n° 567, de 17 de setembro de 2015.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**19/10/2016**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, de Órgãos com funções técnicas ou consultivas, Gerentes e Demais empregados que possam ter acesso a informação relevante

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação prevê que o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar sobre a aquisição ou a alienação, pela Companhia, de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da divulgação de ato ou fato relevante, a informação relativa a: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; ou (ii) a outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) a inexistência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo ato ou fato relevante. Compete ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia zelar pela execução e acompanhamento da Política de Negociação. A política está disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (https://ri.tenda.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-diretrizes/).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

É vedada a negociação de valores mobiliários de emissão por qualquer das Pessoas Vinculadas:

(i) Sempre que ocorrer qualquer ato ou fato relevante nos negócios da Companhia de que tenham conhecimento as pessoas mencionadas acima e, ainda após sua divulgação, caso a negociação possa interferir nas condições dos negócios com ações da Companhia, de maneira a resultar prejuízo para a própria Companhia ou a seus acionistas; (ii) Sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas sociedades controladas ou coligadas ou outra sociedade sob controle comum, sendo que a restrição aqui prevista aplica-se às operações com ações da Companhia realizadas exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie com ações de sua própria emissão; (iii) Sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) Em períodos que antecederem a divulgação ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) ou informações anuais (DFP) da Companhia.

As restrições da Política de Negociação também se aplicam aos ex-administradores da Companhia, (a) pelo prazo de seis meses, após o seu afastamento, ou (b) até a divulgação, pela Companhia, do ato ou fato relevante ao mercado ou das demonstrações financeiras em questão, o que ocorrer em primeiro lugar, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria e também atingem negociações indiretas realizadas pelas Pessoas Vinculadas (ressalvadas negociações indiretas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas tais Pessoas Vinculadas e contanto que (x) os fundos de investimento em questão não sejam exclusivos; e (y) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas).
Não se aplicam as proibições acima (a) às operações de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles relacionados praticadas pelas Pessoas Vinculadas no âmbito de um Programa de Investimento Individual, consistente em investimentos de longo prazo, conforme definido na Política de Negociação; e (b) às operações com ações em tesouraria, realizadas através de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia, ou eventuais recompras realizadas pela Companhia, também por meio de negociação privada e para cancelamento ou manutenção em tesouraria.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Procedimentos adotados para divulgação

Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Manual de Conduta para Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante ("Manual"), atualizado em reunião do Conselho de Administração de 19/10/2016, disponível no site de RI da Companhia (https://ri.tenda.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-diretrizes/).

É atribuída ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante. Cabe ao Diretor a supervisão de:

1. eventuais divulgações não autorizadas de informação na mídia e/ou
2. oscilações atípicas relativas à negociação dos Valores Mobiliários da Companhia

Reportam-se ao Diretor de Relações com Investidores as Gerências de Relações com Investidores e Jurídico Societário, que atuam em conjunto para garantir maior fluidez e segurança ao Diretor quanto à divulgação de informações.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores localizadas no País ou no exterior, e preferencialmente após o encerramento de tais negócios. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, esta deve ser feita, quando possível, com pelo menos 1 hora de antecedência, a fim de evitar atrasos no início das negociações.

Pessoas com acesso à Informação Relevante terão o dever de

1. guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como
2. zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 8º).

Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 7º).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrição da política de divulgação

Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Formatado: Esquerda: 1,23 cm, Direita: 0,53 cm, Superior: 3,53 cm, Largura: 21 cm, Altura: 29,7 cm

Responsabilidade primária por Informar e Divulgar Ato ou Fato Relevante. A Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante de companhias abertas. Nesse passo, foi atribuída ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante. Com o fim de assegurar que o Diretor de Relações com Investidores possa cumprir seus deveres, foram criados encargos para algumas pessoas vinculadas à Companhia, obrigando-as a comunicar Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as providências necessárias.

Procedimentos Internos para Informar e Divulgar Ato ou Fato Relevante. Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, que é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021., artigo 3º).

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e, ainda, os membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos do Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

Responsabilidade em Caso de Omissão. Os Administradores, os Acionistas Controladores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultiva s da Companhia, que tiverem conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021.), as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à Comissão de Valores Mobiliários CVM.

Quando Informar e Divulgar. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores localizadas no País ou no exterior, se aplicável. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Re lações com Investidores deverá, observar, ainda, o que segue: (1) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 3º, caput); (2) divulgar concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 3º, §3º); e (3) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores, nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 5º, §2º).

A Quem Informar. A informação sobre Ato ou Fato Relevante deverá ser simultaneamente comunicada: (i) à CVM; (ii) às Bolsas de Valores onde a Companhia tenha Valores Mobiliários negociados; e (iii) às entidades de balcão organizado onde a Companhia tenha Valores Mobiliários negociados.

Formas de Divulgação. A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá dar-se por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente por ela utilizados (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

2021, artigo 3º, §4º). A Companhia poderá, a cada divulgação de Ato ou Fato Relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários à sua compreensão. Nesta hipótese, deverá(ão) estar indicado(s) nas publicações o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e à SEC, se aplicável (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 3º, §4º).

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo. Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia ou ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 8º). Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Não Divulgar é Exceção à Regra. A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 6º, caput). Há, no entanto, casos excepcionais em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante pode pôr em risco interesse legítimo da Companhia.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia. Nessas situações, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 6º, caput). Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021artigo 6º, parágrafo único).

Solicitação de Manutenção de Sigilo junto à CVM. Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia (Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021, artigo 7º).

Canais de Comunicação Utilizados para Disseminação da Política. A divulgação da Política às Pessoas Vinculadas ocorre não somente pelos sites em que se encontra disponível - no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (https://ri.tenda.com/) - mas também através dos canais internos da Companhia, seja pelo portal da internet, acessível a todos os colaboradores, ou por meio de e-mails de Comunicação Interna.

Locais onde a Política pode ser consultada. A política está disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (https://ri.tenda.com/)

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Outras informações relevantes

Formatado: Esquerda: 1,23 cm, Direita: 0,53 cm, Superior: 3,53 cm, Largura: 21 cm, Altura: 29,7 cm

Procedimentos de comunicação de informações sobre negociações de administradores e pessoas ligadas

Os procedimentos de comunicação de informações sobre negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia são baseados no artigo 11 da Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021.

Os Administradores, os Conselheiros Fiscais e os membros de Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia deverão informar a titularidade de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições e a comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM e à Bolsa de Valores, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo III deste Manual.

A comunicação à Companhia deverá ser efetuada (i) no prazo de 5 dias após a realização de cada negócio; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo. O Diretor de Relações com Investidores, por sua vez, deverá informar à CVM e às Bolsas de Valores no prazo de 10 dias, após o término do mês em que se verificarem as alterações das posições detidas, ou do mês que ocorrer a investidura no cargo das pessoas mencionadas acima, de forma individual e consolidada por órgão da Companhia.

Procedimentos de comunicação e divulgação sobre aquisição ou alienação de participação acionária relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante são baseados no artigo 12 da Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021.

Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, consideradas isoladamente ou em grupo representando um mesmo interesse, que atingir(em) participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações (ou bônus de subscrição, direitos de subscrição, opções de compra, debêntures, conversíveis em ações), em conjunto referidos como "ações" representativas do capital da Companhia deve(m) enviar à Companhia comunicação imediata contendo as informações do artigo 12 da Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021.

É igualmente obrigatória a divulgação cada vez que a referida participação se eleve em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital da Companhia, ou se reduza em 5% de espécie ou classe de ações (ou direitos sobre ações) representativas do capital da Companhia, nesse caso, por forças da alienação ou extinção de ações.

Nos casos em que a aquisição resulte ou que tenha sido efetuada com objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, bem como nos casos em que a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, o adquirente deverá, ainda, promover a publicação da comunicação relativa ao Ato ou Fato Relevante, contendo as informações do artigo 12 da Resolução CVM Nº 44, de 23 de agosto de 2021.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas pela Companhia, à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores.